

# **CONTESTANDO AS FRONTEIRAS DE GÊNERO, RAÇA E SEXUALIDADE NA SOCIEDADE BRASILEIRA**

**VOLUME III**



**ORGANIZADORES**

Raquel da Silva Guedes

Fábio Ronaldo da Silva

# **CONTESTANDO AS FRONTEIRAS DE GÊNERO, RAÇA E SEXUALIDADE NA SOCIEDADE BRASILEIRA**

**VOLUME III**

**ORGANIZADORES**

Raquel da Silva Guedes

Fábio Ronaldo da Silva





**2023 - Editora Amplia**

**Copyright © Editora Amplia**

**Editor Chefe:** Leonardo Pereira Tavares

**Design da Capa:** Editora Amplia

**Diagramação:** Juliana Ferreira

**Contestando as fronteiras de gênero, raça e sexualidade na sociedade brasileira – Volume 3** está licenciado sob CC BY 4.0.



Esta licença exige que as reutilizações deem crédito ao criador. Ele permite que os reutilizadores distribuam, remixem, adaptem e construam o material em qualquer meio ou formato, mesmo para fins comerciais.

O conteúdo da obra e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, não representando a posição oficial da Editora Amplia. É permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores. Todos os direitos para esta edição foram cedidos à Editora Amplia.

**ISBN:** 978-65-5381-131-7

**DOI:** 10.51859/amplia.cfg3217-0

**Editora Amplia**

Campina Grande – PB – Brasil

[contato@ampliaeditora.com.br](mailto: contato@ampliaeditora.com.br)

[www.ampliaeditora.com.br](http://www.ampliaeditora.com.br)



**2023**



# CONSELHO EDITORIAL

Alexander Josef Sá Tobias da Costa – Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Andréa Cátila Leal Badaró – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Andréia Monique Lermen – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Antoniele Silvana de Melo Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Aryane de Azevedo Pinheiro – Universidade Federal do Ceará  
Bergson Rodrigo Siqueira de Melo – Universidade Estadual do Ceará  
Bruna Beatriz da Rocha – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Bruno Ferreira – Universidade Federal da Bahia  
Caio Augusto Martins Aires – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Caio César Costa Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Carina Alexandra Rondini – Universidade Estadual Paulista  
Carla Caroline Alves Carvalho – Universidade Federal de Campina Grande  
Carlos Augusto Trojaner – Prefeitura de Venâncio Aires  
Carolina Carbonell Demori – Universidade Federal de Pelotas  
Cícero Batista do Nascimento Filho – Universidade Federal do Ceará  
Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Dandara Scarlet Sousa Gomes Bacelar – Universidade Federal do Piauí  
Daniela de Freitas Lima – Universidade Federal de Campina Grande  
Darlei Gutierrez Dantas Bernardo Oliveira – Universidade Estadual da Paraíba  
Denilson Paulo Souza dos Santos – Universidade Estadual Paulista  
Denise Barguil Nepomuceno – Universidade Federal de Minas Gerais  
Dinara das Graças Carvalho Costa – Universidade Estadual da Paraíba  
Diogo Lopes de Oliveira – Universidade Federal de Campina Grande  
Dylan Ávila Alves – Instituto Federal Goiano  
Edson Lourenço da Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí  
Elane da Silva Barbosa – Universidade Estadual do Ceará  
Érica Rios de Carvalho – Universidade Católica do Salvador  
Fernanda Beatriz Pereira Cavalcanti – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”  
Fredson Pereira da Silva – Universidade Estadual do Ceará  
Gabriel Gomes de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas  
Gilberto de Melo Junior – Instituto Federal do Pará  
Givanildo de Oliveira Santos – Instituto Brasileiro de Educação e Cultura  
Higor Costa de Brito – Universidade Federal de Campina Grande  
Hugo José Coelho Corrêa de Azevedo – Fundação Oswaldo Cruz  
Isabel Fontgalland – Universidade Federal de Campina Grande  
Isane Vera Karsburg – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Israel Gondres Torné – Universidade do Estado do Amazonas  
Ivo Batista Conde – Universidade Estadual do Ceará  
Jaqueleine Rocha Borges dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Jessica Wanderley Souza do Nascimento – Instituto de Especialização do Amazonas  
João Henriques de Sousa Júnior – Universidade Federal de Santa Catarina  
João Manoel Da Silva – Universidade Federal de Alagoas  
João Vitor Andrade – Universidade de São Paulo  
Joilson Silva de Sousa – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
José Cândido Rodrigues Neto – Universidade Estadual da Paraíba  
Jose Henrique de Lacerda Furtado – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Josenita Luiz da Silva – Faculdade Frassinetti do Recife  
Josiney Farias de Araújo – Universidade Federal do Pará  
Karina de Araújo Dias – SME/Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Katia Fernanda Alves Moreira – Universidade Federal de Rondônia  
Laís Portugal Rios da Costa Pereira – Universidade Federal de São Carlos  
Laíze Lantyer Luz – Universidade Católica do Salvador  
Lindon Johnson Pontes Portela – Universidade Federal do Oeste do Pará



Lisiane Silva das Neves – Universidade Federal do Rio Grande  
Lucas Araújo Ferreira – Universidade Federal do Pará  
Lucas Capita Quarto – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Lúcia Magnólia Albuquerque Soares de Camargo – Unifacisa Centro Universitário  
Luciana de Jesus Botelho Sodré dos Santos – Universidade Estadual do Maranhão  
Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Luiza Catarina Sobreira de Souza – Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central  
Manoel Mariano Neto da Silva – Universidade Federal de Campina Grande  
Marcelo Alves Pereira Eufrasio – Centro Universitário Unifacisa  
Marcelo Williams Oliveira de Souza – Universidade Federal do Pará  
Marcos Pereira dos Santos – Faculdade Rachel de Queiroz  
Marcus Vinicius Peralva Santos – Universidade Federal da Bahia  
Maria Carolina da Silva Costa – Universidade Federal do Piauí  
Maria José de Holanda Leite – Universidade Federal de Alagoas  
Marina Magalhães de Moraes – Universidade Federal do Amazonas  
Mário Cézar de Oliveira – Universidade Federal de Uberlândia  
Michele Antunes – Universidade Feevale  
Michele Aparecida Cerqueira Rodrigues – Logos University International  
Milena Roberta Freire da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Nadja Maria Mourão – Universidade do Estado de Minas Gerais  
Natan Galves Santana – Universidade Paranaense  
Nathalia Bezerra da Silva Ferreira – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte  
Neide Kazue Sakugawa Shinohara – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Neudson Johnson Martinho – Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Mato Grosso  
Patrícia Appelt – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Paula Milena Melo Casais – Universidade Federal da Bahia  
Paulo Henrique Matos de Jesus – Universidade Federal do Maranhão  
Rafael Rodrigues Gomides – Faculdade de Quatro Marcos  
Reângela Cíntia Rodrigues de Oliveira Lima – Universidade Federal do Ceará  
Rebeca Freitas Ivanicska – Universidade Federal de Lavras  
Renan Gustavo Pacheco Soares – Autarquia do Ensino Superior de Garanhuns  
Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília  
Ricardo Leoni Gonçalves Bastos – Universidade Federal do Ceará  
Rodrigo da Rosa Pereira – Universidade Federal do Rio Grande  
Rubia Katia Azevedo Montenegro – Universidade Estadual Vale do Acaraú  
Sabrynnna Brito Oliveira – Universidade Federal de Minas Gerais  
Samuel Miranda Mattos – Universidade Estadual do Ceará  
Selma Maria da Silva Andrade – Universidade Norte do Paraná  
Shirley Santos Nascimento – Universidade Estadual Do Sudoeste Da Bahia  
Silvana Carloto Andres – Universidade Federal de Santa Maria  
Silvio de Almeida Junior – Universidade de Franca  
Tatiana Paschoalette R. Bachur – Universidade Estadual do Ceará | Centro Universitário Christus  
Telma Regina Stroparo – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Thayla Amorim Santino – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Thiago Sebastião Reis Contarato – Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Tiago Silveira Machado – Universidade de Pernambuco  
Virgínia Maia de Araújo Oliveira – Instituto Federal da Paraíba  
Virginia Tomaz Machado – Faculdade Santa Maria de Cajazeiras  
Walmir Fernandes Pereira – Miami University of Science and Technology  
Wanessa Dunga de Assis – Universidade Federal de Campina Grande  
Wellington Alves Silva – Universidade Estadual de Roraima  
William Roslindo Paranhos – Universidade Federal de Santa Catarina  
Yásica Maia Araújo de Brito – Universidade Federal de Campina Grande  
Yasmin da Silva Santos – Fundação Oswaldo Cruz  
Yuciara Barbosa Costa Ferreira – Universidade Federal de Campina Grande



**2023 - Editora Amplia**  
**Copyright © Editora Amplia**  
**Editor Chefe:** Leonardo Pereira Tavares  
**Design da Capa:** Editora Amplia  
**Diagramação:** Juliana Ferreira

**Catalogação na publicação**  
**Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166**

C761

Contestando as fronteiras de gênero, raça e sexualidade na sociedade brasileira -  
Volume 3 / Organizadores Raquel da Silva Guedes, Fábio Ronaldo da Silva. –  
Campina Grande/PB: Amplia, 2023.

Livro em PDF

ISBN 978-65-5381-131-7  
DOI 10.51859/amplia.cfg3217-0

1. Identidade de gênero. 2. Etnia. 3. Sexualidade. 4. Brasil. I. Guedes, Raquel da Silva (Organizadora). II. Silva, Fábio Ronaldo da (Organizador). III. Título.

CDD 305.31

**Índice para catálogo sistemático**

I. Identidade de gênero

**Editora Amplia**  
Campina Grande – PB – Brasil  
 contato@ampliaeditora.com.br  
 www.ampliaeditora.com.br



2023



# PREFÁCIO

Inspirados pelas obras de renomadas teóricas e ativistas como bell hooks e Angela Davis, esta coletânea representa um esforço acadêmico para analisar e problematizar as fronteiras sociais, imagéticas e discursivas que restringem e oprimem indivíduos e grupos marginalizados.

Como hooks expressou em sua obra seminal *O Feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*, a luta pela igualdade de gênero e pela justiça social não deve excluir nenhuma pessoa, independentemente de raça, sexualidade ou origem étnica. De maneira semelhante, Davis, em sua obra *Mulheres, Raça e Classe*, nos lembra que as opressões de gênero, raça e classe estão intrinsecamente interligadas, e a luta contra essas opressões deve ser abordada de maneira interseccional.

Nesse contexto, a presente obra busca lançar uma perspectiva crítica sobre as fronteiras socioculturais e as normas opressivas que moldam as experiências de gênero, raça e sexualidade no Brasil. Os artigos selecionados abordam uma ampla gama de temas, fornecendo análises aprofundadas, reflexões teóricas e estudos de casos para analisar os desafios e as possibilidades desses campos.

Por exemplo, os artigos “**O contrato de comunicação da extrema-direita e as batalhas discursivas na pandemia da covid-19**” e “**Reflexões sobre a velhice e a pandemia de covid-19 a partir de narrativas de um homem gay**” abordam a pandemia da Covid-19 sob diferentes aspectos, contribuindo para a reflexão sobre como, de diferentes formas e em específico, pessoas LGBTQIAP+ no Brasil foram afetadas pela pandemia e pelos discursos violentos e cisheteronormativos do bolsonarismo.

As mulheres indígenas, que historicamente enfrentam sucessivas formas de discriminação e violência, mas também de resistência em todos os âmbitos da vida cotidiana, são tematizadas nos textos “**Participação das mulheres indígenas: apontamentos bibliográficos**” e “**Sob a sombra dos estereótipos – mulheres indígenas no período colonial**”. Com distintas análises, os artigos contribuem na problematização sobre como as representações das mulheres indígenas no período colonial se materializaram em estereótipos e preconceitos. Sabe-se, entretanto, que diversas



articulações políticas nas nações indígenas se materializam como prática estratégica de resistência dessas mulheres.

A questão criminal é abordada em “**A seletividade criminal e a gestão dos não bem quistos**”. Nessa análise crítica, são examinadas as dinâmicas de poder e os processos seletivos presentes no sistema de justiça criminal brasileiro, apontando como o racismo e influência sobre a estrutura do corpo social, servindo de guias para as políticas criminais que elegem pessoas negras como personagens principais.

Ainda nesta coletânea, encontramos o artigo “**Mulheres da vida, sujeitas históricas: representações literárias e vivências históricas da prostituição em Aracaju nas primeiras décadas do século XX**” que analisa como, em uma obra literária, a sociedade machista pensava e dizia sobre a prática de prostituição e as prostitutas, sendo a marginalidade o espaço oferecido para elas.

Por fim, a importância da inclusão e do respeito à diversidade no ambiente escolar é abordada no artigo “**Entre lutas e silenciamentos: gênero e diversidade sexual no cotidiano escolar**”. Essa reflexão crítica traz à tona as vivências e desafios enfrentados por professoras e professores de escolas públicas em uma cidade do interior do Nordeste para com estudantes LGBTQIAP+ e propõe caminhos para a construção de espaços escolares mais inclusivos e acolhedores.

Portanto, este e-book se propõe a ser uma contribuição significativa para o diálogo e o avanço do pensamento inclusivo em nossa sociedade, desafiando paradigmas e propondo um espaço aberto para o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade em múltiplas formas.

Ao final desta jornada intelectual, esperamos que as leitoras e os leitores encontrem inspiração para atuar como agentes de mudança, engajando-se na construção de uma sociedade mais justa, acolhedora e equitativa, onde as fronteiras de gênero, raça e sexualidade se dissolvam, dando lugar a uma ampla e rica tapeçaria de identidades que enriquecem e fortalecem a nossa cultura e nação.

Boa Leitura!

**Raquel da Silva Guedes**  
*Historiadora e Pesquisadora de gênero na Ciência e Tecnologia*

**Fábio Ronaldo da Silva**  
*Historiador, jornalista e Pesquisador de mídias e veículos LGBTQIAP+*



# SUMÁRIO

CAPÍTULO I - PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES INDÍGENAS: APONTAMENTOS BIBLIOGRÁFICOS.....	9
CAPÍTULO II - SOB A SOMBRA DOS ESTEREÓTIPOS - MULHERES INDÍGENAS NO PERÍODO COLONIAL .....	27
CAPÍTULO III - MULHERES DA VIDA, SUJEITAS HISTÓRICAS: REPRESENTAÇÕES LITERÁRIAS E VIVÊNCIAS HISTÓRICAS DA PROSTITUIÇÃO EM ARACAJU NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX.....	41
CAPÍTULO IV - ENTRE LUTAS E SILENCIAMENTOS: GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL NO COTIDIANO ESCOLAR.....	61
CAPÍTULO V - O CONTRATO DE COMUNICAÇÃO DA EXTREMA DIREITA E AS BATALHAS DISCURSIVAS NA PANDEMIA DA COVID-19 .....	76
CAPÍTULO VI - REFLEXÕES SOBRE A VELHICE E A PANDEMIA DE COVID-19 A PARTIR DE NARRATIVAS DE UM HOMEM GAY ...	94
CAPÍTULO VII - A SELETIVIDADE CRIMINAL E A GESTÃO DOS NÃO BEM QUISTOS .....	106

# CAPÍTULO I

## PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES INDÍGENAS: APONTAMENTOS BIBLIOGRÁFICOS

POLITICAL PARTICIPATION OF INDIGENOUS WOMEN:  
BIBLIOGRAPHICAL APPOINTMENTS

DOI: [10.51859/amplia.cfg3217-1](https://doi.org/10.51859/amplia.cfg3217-1)

A Bruno Robson de Barros Carvalho<sup>1</sup>  
Larissa Raposo Diniz<sup>2</sup>  
Jaíze de Andrade Araújo<sup>3</sup>  
Jhonatas Pereira Magalhães<sup>3</sup>  
Raiane Henrique de Souza<sup>3</sup>  
Sanches Max Jesus Viana<sup>4</sup>

<sup>1</sup> Doutor em Psicologia pela Universidade Católica de Pernambuco - Unicap; Docente no Curso de Psicologia do Centro Universitário do Rio São Francisco - UNIRIOS;

<sup>2</sup> Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; Docente no Curso de Psicologia do Centro Universitário do Rio São Francisco - UNIRIOS;

<sup>3</sup> Discente no Curso de Psicologia do Centro Universitário do Rio São Francisco - UNIRIOS;

<sup>4</sup> Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia – PPGPSI da Universidade Federal de Sergipe - UFS.

### RESUMO

As violências contra os povos originários estão calcadas em perspectivas coloniais as quais sustentam e reiteram processos de exclusão e apagamento. A partir disso, objetivou-se investigar como a literatura científica brasileira sobre mulheres indígenas apresentam formas de organização política. Com um corpus de 12 produções pode-se compreender que a organização política de mulheres indígenas no Brasil se apresenta desde a construção de projetos coletivos, por meio de experiências organizativas, e ocupando cargos diretivos em organizações, bem como nas relações comunitárias, nos laços de parentesco e na partilha, na perspectiva da manutenção do bem viver. Além disso, percebe-se a abordagem crítica dada à discussão de gênero nos contextos indígenas, demonstrando a autonomia e coletividade das mulheres ao repensarem teorias e conceitos eurocêntricos que nem sempre as contemplam integralmente.

**Palavras-chave:** Decolonialidade. Gênero. Mulheres indígenas. Organização política.

### ABSTRACT

Violence against native peoples is based on colonial perspectives which sustain and reiterate processes of exclusion and erasure. From this, the objective was to investigate how the Brazilian scientific literature on indigenous women presents forms of political organization. With a corpus of 12 productions, it can be understood that the political organization of indigenous women in Brazil presents itself from the construction of collective projects, through organizational experiences, and occupying managerial positions in organizations, as well as in community relations, in the ties of kinship and sharing, in the perspective of maintaining good living. In addition, the critical approach given to the discussion of gender in indigenous contexts is perceived, demonstrating the autonomy and collectivity of women when rethinking Eurocentric theories and concepts that do not always fully contemplate them.

**Keywords:** Decoloniality. Gender. Indigenous women. Political organization.

## 1. INTRODUÇÃO

Os povos indígenas correspondem a 5% da população mundial, entre 370 e 500 milhões de indivíduos. Tal população está presente em 90 países em todas as regiões geográficas, representando cerca de 5000 mil grupos e 7000 línguas diferentes. Conforme os dados do último censo finalizado no Brasil pelo Instituto brasileiro de Geografia e Estatística, são 817.963 mil indígenas, em 305 etnias e 274 línguas distintas (IBGE, 2010).

As populações indígenas sofreram diversas violências ao longo da história, perpetradas pelo colonialismo e seu múltiplo sistema de opressão imputando exploração da força do trabalho, espoliação, genocídio entre outras práticas de violência. No Brasil, ainda que não exista mais oficialmente o colonialismo concreto, a perspectiva da colonialidade ainda é uma realidade na vida desses povos (MILANEZ et al., 2019).

A colonialidade é entendida como uma dimensão simbólica do colonialismo, se configurando como um padrão de relações de poder que opera através da naturalização de hierarquias territoriais, raciais, culturais, de gênero e epistêmicas (TONIAL; MAHEIRIE; GARCIA JUNIOR, 2017). Apresentado por Anibal Quijano, o termo colonialidade do poder é conceituado para articular dois eixos fundamentais para entender a colonialidade: capital/trabalho e europeu(eia)/não europeu(eia), a fim de atentar para a ideia de raça presente na sociedade e na forma que a mesma é distribuída. O racismo, para Quijano, é o princípio organizador da economia, da política e das diversas formas de poder e existência (QUIJANO, 2000, 2007).

Desse modo, a colonialidade também se inclina para produção do conhecimento e controle das formas de pensar e de viver, contemplando desde a esfera econômica-política, o campo epistemológico, além da colonialidade do ser, abarcando um âmbito mais ontológico. Tais colonialidades requerem uma espécie de desobediência epistêmica que pressupõe um despreendimento das rationalidades modernas, que supostamente tentam demonstrar neutralidade, objetividade e universalidade acerca do pensamento científico, fundamentando assim uma superioridade epistêmica que acaba por inferiorizar as outras formas de produzir conhecimento e de compreensão do mundo (MENEZES; LINS; SAMPAIO, 2019; TONIAL; MAHEIRIE; GARCIA JUNIOR, 2017).

No entanto, para Núñez e Vilharva (2022), a colonização não acabou e a ferida colonial é um trauma. Para elaborar tal trauma é necessário nomeá-lo, reconhecendo a vigência de sua dominação. Para as autoras, negar a colonialidade é cumprir um dos seus objetivos que é realizar a manutenção dos privilégios que a mesma sustenta. E salientam:

[...] Hoje nós podemos demarcar no papel e na escrita sobre nossa sociedade, nossa tradição e nossa memória, com outro olhar, com outras narrativas, despindo-nos da colonialidade e todas suas caravelas epistêmicas, que sempre simulam descobrir como novo e de sua autoria o que já existia (NÚÑEZ; VILHARVA 2022, p.12).

Para Núñez (2021b), abordar sobre uma ideologia colonial é falar também de um sistema de monoculturas, que abarca alguns eixos como a monocultura da fé (no monoteísmo cristão), a monocultura dos afetos (na monogamia), a monocultura da sexualidade (no monossexismo) e a monocultura da terra. A autora entende que analisar tal sistema de pensamento nos leva a reconhecer os efeitos de suas práticas violentas, que tem como eixo central, por exemplo, o pressuposto da não concomitância, no qual só um deus seria verdadeiro, só um amor seria legítimo, apenas uma sexualidade a ser escolhida, apenas um plantio na terra e assim por diante (NÚÑEZ, 2021a).

Alerta-se também aqui para a luta emancipatória das mulheres indígenas, sujeitas a múltiplas formas de violência e discriminação. Elas integram as populações tradicionais na América Latina que, segundo Pacheco (2017), enfrentam problemas específicos para o desenvolvimento sustentável e se esforçam para sair da invisibilidade.

Apesar dos estudos feministas e de gênero serem amplamente discutidos e difundidos nas últimas décadas, autoras indígenas propõem certo cuidado ao utilizar diretamente a categoria gênero nas distintas realidades de seus povos. Para elas, esse cuidado deve ser tomado para que não se reproduzam antigas e contemporâneas formas de violência em relação aos povos indígenas, povos que são constituídos por mulheres e homens que se complementam numa luta coletiva. Assim, as discussões que envolvem os corpos e os direitos das mulheres indígenas “também devem envolver os nossos olhares e nossas perspectivas, respeitando o tempo e a maneira de cada povo sobre o que podemos compreender por concepções de ‘gênero’ e ‘violências’”. (FIDELES, et al., 2020, p. 07).

Assim, nos parece evidente que no debate sobre mulheres indígenas “gênero” e “feminismo” não são condições necessárias ou desejadas para a compreensão de suas experiências. Tais conceitos não acolhem essas mulheres também e não as tem livrado de séculos de opressões. Para algumas delas, as mesmas não devem nada ao Estado, e se chegaram aonde chegaram, foi apesar dele. “Não é porque nos impuseram o gênero que teremos de nos filiar a seu partido” (LESSA; NÚÑEZ, 2021, p. 47).

Diante dessas articulações iniciais, esse estudo teve como pergunta norteadora: “Como se dá a participação política de mulheres indígenas na literatura científica nacional?”.

## 2. MÉTODO

Nossa proposta de pesquisa foi realizar uma revisão bibliográfica de estudos que retratassem as especificidades e discursos de mulheres indígenas. Para tanto, buscamos artigos científicos, dissertações e teses publicadas nas bases de dados digitais Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia Brasil (BVS-PSI), Scielo, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. A referida busca foi efetuada durante os meses de maio e junho do ano de 2021, utilizando os descritores “gênero”, “pandemia”, “sexualidade”, “diversidade sexual”, “políticas públicas”, “saúde”, “educação”, “demarcação de terra”, “terra”, “meio ambiente”, “violência” e “psicologia”. Cada um destes em conjunto com “mulher indígena” e “mulheres indígenas”.

De início foram encontrados 90 estudos em língua portuguesa, para os quais não foi determinado limite para a data de publicação, nem de áreas de conhecimento. Em seguida, iniciamos o processo de leitura de todos esses trabalhos e decidimos por um único critério de inclusão: os trabalhos deviam apresentar, necessariamente, discursos e/ou testemunhos de mulheres indígenas. Portanto, foram excluídos os trabalhos de revisão bibliográfica e que não haviam sido realizados através de entrevistas com as referidas mulheres.

A leitura feita pelo grupo de pesquisa atentou ainda para se a autoria do trabalho era de uma pessoa indígena e teve como questão bússola: *“Como a participação política é apresentada/articulada na pesquisa?”*.

O afunilamento dos trabalhos, que viriam compor as análises realizadas para este artigo, foi estruturado focalizando a temática organização política. Ao total foram selecionados para análise 12 estudos, sendo: 03 artigos, 05 dissertações de mestrado e 04 teses de doutorado.

Ratificamos que cada nação indígena é singular e que não podemos considerar tais nações como um povo único e homogêneo. Os textos selecionados retrataram, em distintos níveis de enfoque, acerca dos seguintes povos/nações<sup>1</sup>: Araweté (Pará); Assurini (Tocantins); Guarani (Mato Grosso do Sul); Haliti-Paresí (Mato Grosso); Ingarikó (Roraima); Kaiowa (Mato Grosso do Sul); Karib (Roraima); Katxuyana (Pará); Kaxixó (Minas Gerais); Krahô (Tocantins); Macuxi (Roraima); Mbyá-Guarani (Rio Grande do Sul); Munduruku (Amazonas); Parakanã (Pará e Tocantins); Patamona (Roraima); Potiguara (Paraíba); Sapará (Roraima); Taurepang (Roraima); Terena (Mato Grosso do Sul e São Paulo); Tikuna (Amazonas); Tupinambá (Bahia); Tupiniquim (Espírito Santo); Waimiri-Atroari (Amazonas e Roraima); Wai-Wai (Amazonas, Pará e Roraima); Wapishana (Roraima); Xakriabá (Minas Gerais); Xukuru do Ororubá (Pernambuco); Yanomami (Amazonas e Roraima); e Ye'kuana (Roraima).

### 3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

[...] Em todas as versões que eu fui, sou e serei, permaneço indígena, originária e nativa dessa terra [...] com-vivendo e me (des)envolvendo nos fios que fazem nosso planeta-casa continuar circulando, sendo mais um entre muitos, pequeno e imenso ao mesmo tempo. Abraço o que sou e sigo, sorrindo com os trilhões que me habitam. Em toda forma e cor que fui sou e serei, sou apenas parte e ser parte é infinito.

Geni Núñez<sup>2</sup>

#### 3.1. APROXIMAÇÕES

No que se refere aos aspectos cujas abordagens são semelhantes entre os textos analisados, destacamos a **perspectiva teórico-política** dos estudos decoloniais demarcada em parte dos trabalhos e, em outros, a sinalização de uma postura que tende para um relativismo cultural. Por exemplo, o texto de Amado, Le Bourlegat e Urquiza

<sup>1</sup> As informações sobre os povos foram confirmadas por meio da plataforma **Povos Indígenas no Brasil**: [https://pib.socioambiental.org/pt/P%C3%A1gina\\_principal](https://pib.socioambiental.org/pt/P%C3%A1gina_principal).

<sup>2</sup> Poema declamado na Web Série Leia Mulheres Indígenas, do SESC IPIRANGA: [https://www.youtube.com/watch?v=79sC\\_C8-pQs&t=6s](https://www.youtube.com/watch?v=79sC_C8-pQs&t=6s).

(2019), sobre o empoderamento de mulheres Kaiowá e Guarani na Reserva Indígena de Dourados, demarca o modo de leitura da realidade a partir da decolonialidade, estabelecendo também uma crítica ao um determinado modo de fazer ciência, indo na direção contrária de uma perspectiva que, segundo os autores, é eurocêntrica e colonizadora da construção do saber científico.

Nesse mesmo sentido, Ferreira (2017) faz questão de sinalizar seu compromisso e cuidado com comparações entre movimentos de mulheres indígenas e não indígenas, em um movimento de não necessariamente se curvar às teorias já existentes sobre gênero e povos indígenas. Para Dutra e Mayorga (2019), a proximidade das etnias indígenas na construção histórica do Brasil, ainda que desconhecida e por vezes abordada de forma estereotipada e distorcida por uma ideologia colonial e eurocêntrica, exige, de fato, precauções no que diz respeito aos conceitos epistemológicos e metodológicos adotados pela comunidade acadêmica.

No que tange as perspectivas teóricas, Rebelo (2015) faz apontamentos precisos sobre quais teorias dialogam com sua pesquisa. Sinaliza que os estudos de mulheres, muitas vezes, trazem uma abordagem etnocêntrica e universalista, da qual não fazem parte as mulheres indígenas. Na sua dissertação de mestrado, intenta estabelecer um diálogo entre a categoria gênero e outras como raça, classe e etnia, a partir de uma perspectiva teórica decolonial, produzida em sua maioria por estudiosas/os da América latina.

Machado (2015) destaca que busca por uma postura ética e de respeito em relação ao grupo Yanomami participante da sua pesquisa de mestrado. Segundo a autora, a pesquisa antropológica deve apresentar coerência à imaginação conceitual indígena, sem enveredar na ideia da produção de um conhecimento exótico a respeito dos interlocutores. Além disso, deve-se levar em conta o contexto político que os indígenas, de modo amplo, estão implicados.

Segundo Monagas (2006), a partir de 1980 os estudos sobre povos indígenas, realizados pela antropologia, começaram a estudar a perspectiva das mulheres, pensando e deslocando a questão de gênero a partir do entendimento de complementaridade. Pois, para a autora, não é assertivo afirmar que a mulher seja excluída universalmente das esferas sociopolíticas nos povos indígenas. É preciso compreender que as mulheres frequentemente estão presentes de uma forma ou

de outra nos espaços de poder. As lideranças indígenas não exercem seu poder na lógica da dominação, e as opiniões das mulheres também são consideradas (MONAGAS, 2006).

Outro aspecto que identificamos que interliga os textos analisados são as descrições sobre **diálogos estabelecidos com órgãos e entidades**. Citamos o caso das mulheres Yanonami, as quais conseguem transitar pelas esferas institucionais e, ao mesmo tempo, exercer a consciência de uma identidade étnica mediante as próprias relações com órgãos governamentais. Elas se articulam nas reuniões locais de mulheres para construir um discurso próprio que é impresso nas reivindicações e posicionamentos nos debates políticos da aldeia, mostrando à própria comunidade como pensam sobre diversas temáticas (FERREIRA, 2017).

De acordo com Amado, Le Bourlegat e Urquiza (2019), quando as mulheres Kaiowá e Guarani se articulam para construir redes de cooperação feminina, são gerados espaços de diálogo para compartilhar saberes e proporcionar capacitação profissional. A organização política dessas mulheres se mostra a partir de um evento organizado pelas próprias no ano de 2012, nomeado de *Assembleia das Mulheres Indígenas Aty Kuña*<sup>1</sup>, na qual elas conseguiram construir um espaço de decisão em suas comunidades e garantir maior representatividade feminina (AMADO; LE BOURLEGAT; URQUIZA, 2019).

Para Monagas (2006), o ingresso das mulheres indígenas na política formal pode estar associado ao trabalho comunitário. Nas novas funções ocupadas, como coordenadoras das mulheres em diversos níveis (local, estadual ou regional), as mulheres buscam por capacitação, desenvolver habilidades em diversas áreas, e assim passam a ter contato com mulheres de diferentes etnias com as quais mantêm intercâmbio de experiências, e realizam negociações complexas com diferentes agentes não indígenas. Assim, a autora considera importante focalizar no relacionamento das mulheres indígenas não somente ao nível 'interno' de seus grupos, mas no diálogo com o Estado e com os organismos intergovernamentais e da cooperação bi/multilateral.

---

<sup>1</sup> Assembleia de Mulheres indígenas reconhecida internacionalmente.  
<http://www.onumulheres.org.br/noticias/nacoes-unidas-participam-do-aty-kuna-grande-assembleia-das-mulheres-indigenas-em-mato-grosso-do-sul/>.

Nesse cenário, as pautas das mulheres meio que se contrapõem às demandas genéricas, quando enfatizam questões como a desnutrição familiar infantil, a violência sofrida pelas mulheres indígenas, o alcoolismo, entre outras. Desse modo, aspectos entendidos como pertencentes da vida privada aparecem como problemas de ordem pública, inclusive tais demandas, para as mulheres, são interrelacionadas (MONAGAS, 2006).

No que concerne às estratégias de resistência, importante elemento que aproxima os textos que compõem as nossas análises, observamos que o texto de Amado, Le Bourlegat e Urquiza (2019) prioriza o reconhecimento da diversidade cultural e étnica e interpreta a resistência de povos indígenas como um direito humano (AMADO; LE BOURLEGAT; URQUIZA, 2019). Segundo descrito por Sebastião (2018), as articulações políticas das mulheres indígenas do povo Terena perpassam por uma série de questões entre a opressão e a resistência, sendo que a questão territorial é colocada como uma das pautas mais urgentes e convergentes das lutas das mulheres indígenas.

Dutra e Mayorga (2019) afirmam que é necessário buscar compreender as possibilidades múltiplas de narrativas, bem como as estratégias de lutas e resistência de cada realidade que temos, como movimentos e organizações de mulheres indígenas frente à opressão social. Diante do avanço de uma realidade tão complexa, Barcellos (2008) observa que os Tupiniquins reafirmam a importância do lugar como foco de resistência ao projeto hegemônico global e trava uma luta incansável pela recuperação territorial. Segundo essa autora, a exploração de recursos naturais, bem como a dominação de terras, impacta diretamente a vida desses indígenas, além de provocar o processo de desterritorialização em decorrência das mudanças socioespaciais frutos da opressão social, do preconceito e da desvalorização da cultura indígena, contidos na própria estrutura da sociedade.

A organização e participação política das mulheres indígenas Xakriabá aparecem no texto de Teixeira (2008), principalmente relacionadas ao protagonismo feminino na implantação e efetivação da escolarização e do sistema de saúde, e no envolvimento com o mundo do trabalho assalariado. Essa autora destaca a progressão escolar das meninas como resultante de uma melhor adaptação das mesmas a este contexto, ao contrário dos meninos que possuem mais dificuldades de adaptação e compreensão desse universo.

É ela que assevera que, o fato de as mulheres dominarem atividades mais especializadas, isso as torna reconhecidas socialmente como autoridades de conhecimento tradicional na sua comunidade. Porém, tal autoridade acaba sendo desconsiderada por alguns profissionais ligados ao sistema de saúde, que diminuem o conhecimento dessas mulheres, a exemplo de conflitos entre parteiras e profissionais especializados dos postos de saúde indígena.

O trabalho de Urruth (2018) apresenta as relações de resistência através de uma articulação expressa por meio de experiências etnográficas da comunidade indígena. Com isso, assume uma forma particular do protagonismo da mulher Kaiowá na luta pela terra frente à violação dos direitos dos povos originários. Assim, conectada pelos pontos da resistência indígena em um campo onde o fazer etnográfico ocorre no contexto de uma situação histórica de guerra genocida, esta experiência une parentes em processos de nuance e vivências que circulam no lugar dos encontros com mulheres, e repousa na construção histórica de opressão mediante a resistência da cultura Kaiowá.

### 3.2. DISTANCIAMENTOS

Há alguns elementos, no entanto, que são bem particulares de cada texto analisado, que aqui denominamos de distanciamentos. Não são, necessariamente, discordâncias entre si, mas olhares que diferem nas suas abordagens sobre a organização política da mulher indígena. Exemplificando, Amado, Le Bourlegat e Urquiza (2019) abordam aspectos do movimento das mulheres indígenas, bem como a forma que se organizam politicamente, empoderamento, emancipação, resistência, enquanto Colman e Azevedo (2017) apontam as relações territoriais conflituosas, assim como dominação e exploração das terras dos Guaranis em um contexto colonialista.

O texto de Ferreira (2017), por sua vez, se ocupou de pesquisar as experiências de mulheres indígenas Yanomami sobre gênero e financiamentos de projetos, assim como a formação de uma associação para busca de direitos e reivindicações. Já Dutra e Mayorga (2019) buscaram evidenciar as desigualdades de gênero, expor a violência sofrida pelas mulheres indígenas das etnias Karib, Katxuyana, Kaxixó, Assurini, Araweté e Parakanã, e suas articulações políticas na tentativa de uma maior visibilidade.

No estudo de Barcellos (2008), ao analisar o lugar da mulher indígena Tupiniquim, esta autora observa que a divisão de trabalho se expressa orientada,

majoritariamente, por princípios culturais e de hierarquia de poder. Numa análise crítica, a autora nota atravessadores que determinam a noção coletiva na configuração familiar nessa etnia, que, na contemporaneidade, assume uma conformação patriarcal e monogâmica, com os papéis sociais claramente definidos para cada gênero.

As diferenças de gênero aparecem no texto de Machado (2015) sobre mulheres Yanomami no qual, diferentemente dos homens, as mulheres e as crianças não são alvos de vinganças por agressão direta nos conflitos. Assim, a autora percebe que as mulheres, nesse contexto específico, estão situadas em uma posição mais “segura”, principalmente as mais velhas, que podem circular pelo território em tempos de conflito entre as comunidades, indo até à casa inimiga, se for necessário. Aos homens, cabem matar e serem mortos.

Porém, apesar de as mulheres não portarem arcos e flechas ou armas de fogo, as mesmas participam dos conflitos estimulando os homens a executarem a vingança, também através de retaliação ou boicotes, o que confere as mulheres o poder de negociação e algum controle nas relações com os homens (MACHADO, 2015).

No texto de Monagas (2006) a participação das mulheres indígenas dos povos Macuxi, Wapishana, Ingarikó, Taurepang, Patamona, Sapará, Ye'kuana, Wai-Wai, Yanomami e Waimiri-Atroari, é apresentada de diversas maneiras. Uma delas é que apesar de não estarem incluídas oficialmente e formalmente na vida política, elas conseguem interferir nesse âmbito através da fala não pública (fofocas e acusações), e pelas discussões com os maridos no contexto doméstico-familiar, pela participação em rituais e cerimônias. Assim é dado um grau de importância maior as relações informais do que necessariamente à instituição política, visando dessa forma priorizar a generosidade e harmonia coletivas.

A mesma autora, por outro lado, apresenta em seu texto que um dos problemas nas comunidades indígenas pesquisadas é um suposto “medo masculino” por uma divisão no movimento indígena, por causa das atitudes das mulheres em se organizarem. Ao mesmo tempo essas mulheres se sentem sobrecarregadas pelo aumento do trabalho, pois além das atividades no âmbito doméstico, também passam a acumular tarefas associativas. Porém, apesar desse medo, as reuniões das associações e movimento das mulheres também contam com a participação dos homens, segundo a autora, indicando que as demandas femininas nesses fóruns vêm

ganhando relevância por causa dessa significativa participação dos homens da comunidade.

O estudo de Santana (2015) demarca importantes bases teóricas que ajudarão em suas análises, como o referencial do feminismo comunitário de Paredes e Cabral, feministas indígenas que estudam a participação das mulheres nos seus espaços de luta em favor dos povos, tendo como princípio filosófico o bem viver. Esse feminismo contrapõe ao ocidental neoliberal ao propor uma análise baseada em particularidades sócio econômicas e culturais de mulheres de sociedades tradicionais, rurais, urbano-periféricas e, as realidades políticas e suas afetações nas relações masculino/feminino. Além disso, se estabelece um diálogo com a perspectiva da orientação de descolonização epistemológica proposta pela práxis educativa de Paulo Freire (SANTANA, 2015).

### 3.3. GÊNERO COMO CATEGORIA A SER REPENSADA E QUESTIONADA

Um ponto que chamou a nossa atenção na leitura de todo o material, foi que as diferentes autoras colocam a necessidade de se considerar gênero como uma categoria a ser questionada e repensada. O processo de colonização deixou marcas intrínsecas tanto na organização dos povos indígenas, como na instauração de estigmas contidos na estrutura social e política, forçando as comunidades a se reafirmarem diante das transformações no âmbito de seu cotidiano. Essas alterações dizem respeito também às normas de gênero impostas socialmente e à divisão sexual do trabalho. Os indígenas em sua articulação de resistência procuram reinstalar práticas culturais tradicionais paralelamente a aspectos das práticas modernas (BARCELLOS, 2008).

Vejamos o que Rebelo (2015) identificou na sua pesquisa. A autora nos apresenta uma ressignificação da própria cosmologia por parte de uma das cacicas sobre os mitos do seu povo. Segundo os referidos mitos, *Nhanderu* criou a mulher para que ela fosse sua auxiliar, o que para a cacica se trata de uma função primordial e de confiança, e não secundária. Além do mais, a mulher, associando-se às divindades, as transforma também em um ser divino.

Assim, Rebelo (2015) registra que, para a cacica, de acordo com os mitos, as mulheres são dignas de grande confiança e poder e que a questão da mulher não liderar, isso veio mais do homem mesmo, como uma espécie de interpretação dos mitos feita pelos homens. Assim, para a cacica, ao se tornar liderança, ela não está transgredindo

uma regra divina, mas exercendo seu papel de origem e auxiliando a comunidade. A pesquisadora conclui que as mulheres indígenas Mbyá-Guarani estão experienciando, defendendo e ressignificando seus territórios, bem como seus princípios cosmológicos.

De acordo com Barcellos (2008), ao se analisar o lugar da mulher indígena Tupiniquim, pode-se tomar como pressuposto, em um contexto relacional, que a divisão de trabalho se expressa orientada, majoritariamente, por princípios culturais e de hierarquia de poder. O estudo de Machado (2015) se dedica a apresentar dados etnográficos que demonstram como as mulheres participam dos conflitos de diferentes formas e espaços como: fazendo uso de plantas mágicas, das cobranças e boicotes aos homens, do cuidado com as cinzas funerárias da pessoa morta ou de sua imunidade como alvo preferencial dos ataques inimigos, com o intuito de levar mensagens de paz ou afastar possíveis inimigos escondidos ao redor das casas.

Além disso, outro aspecto relevante a ser observado é que, devido ao profundo contato da etnia Terena com a sociedade circundante, fez com que o povo *seno têrenoe* adquirisse costumes distintos da sua tradição originaria. Sendo assim, na comunidade indígena, eram principalmente as mulheres que se preparavam para o casamento, cuidando da prole, preparando comida e fazendo artesanato, enquanto a educação se tornava uma prerrogativa masculina. Essas funções mudaram e as mulheres passaram a ter a oportunidade de frequentar a escola e participar de reuniões fora de seus grupos familiares e na aldeia para discutir questões indígenas, como descrito por Sebastião (2018).

### 3.4. VIOLÊNCIA COMO CATEGORIA HÍBRIDA

Foi de nosso interesse enquanto grupo de pesquisa atentar para as violências que atravessam as mulheres e as nações indígenas e que foram trazidas para a produção científica. Sebastião (2018) ressalta as violências contra a mulher indígena por meio de estabelecimento de uma conjuntura dentro de um panorama histórico da figura feminina, sobretudo, a da mulher indígena e seus marcadores de opressão.

O artigo de Colman e Azevedo (2017) destaca as delimitações espaciais construídas socialmente de acordo com o sistema legislativo. Os estabelecimentos de fronteiras que limitam o deslocamento do povo guarani são compreendidos como violência, pois o território é parte constitutiva da identidade (COLMAN; AZEVEDO,

2017), assim como: as relações de dominação colonialistas que ocorrem também por meio da imposição de modelos linguísticos e educacionais distintos como de sistemas de atendimento à saúde; políticas de garantia de territórios e sua exploração influenciando diretamente na concepção de mulher; a relação de interposição entre o modelo biomédico e os de valores e tradições culturais indígenas que afeta a dinâmica relacional do grupo; e o movimento de dominação caracterizado pela sobreposição cultural que implica diretamente no processo de subjetivação provinda da tentativa de descharacterizar o território.

Como descrito por Colman e Azevedo (2017), as fronteiras guaranis começaram a se chocar com as fronteiras dos estados-nação e as fronteiras econômicas de expansão territorial também surgiram, alterando essas fronteiras e destruindo territórios pela imposição de novos marcos.

A questão da violência aparece no estudo de Barcellos (2008) tendo em vista o contato com o mundo moderno que induz alterações sucessivas em todas as dimensões da vida indígena. Configurando-se uma dualidade entre a opressão construída pela violência simbólica da imposição cultural, bem como uma necessidade impositiva de adaptação social.

Por sua vez, a questão da violência aparece no texto de Rebelo (2015), enquanto processo colonial que produziu nas mulheres, por exemplo, um medo de sofrerem abusos, e por conta disso elas acabaram por ficar cada vez mais nos espaços internos da aldeia, distanciando-se assim dos cargos políticos, como o de cacique/cacica (REBELO, 2015).

Para Dutra e Mayorga (2019), a sobreposição cultural caracteriza-se como um indicativo de violência simbólica, como por exemplo, as questões biomédicas. As reivindicações das mulheres indígenas também estão relacionadas à violência de gênero, que é combatida na organização política expressa nos movimentos das mulheres indígenas como apontam as autoras.

No estudo de Machado (2015) a violência direcionada às mulheres Yanomami, ainda que tenha diminuído, ainda é uma realidade presente em algumas regiões. Inclusive vários conflitos são iniciados por questões conjugais, como ciúmes ou traição, além da literatura registrar que o roubo de mulheres entre aldeias ser algo frequente.

Por mais que as mulheres não participem das incursões de conflito, ou manuseiem armas, elas gerenciam a questão considerada mais importante dos homens, seu caráter de valentia, a partir do manuseio das plantas (MACHADO, 2015). De acordo com Machado (2015), as mães e avós Yanomami gerenciam o uso da raiz *waithëri kiki* na infância dos filhos e netos, tendo em vista contribuir para o desenvolvimento de pessoas corajosas, generosas e valentes. Em contrapartida, a autora questiona se tal gerenciamento também não possa estimular e impulsionar os casos de violência voltados para elas. A autora pontua que o tubérculo *hore kiki* também pode ser usado para “acalmar” um marido agressivo e violento (*waithëri*), evitando alguma situação de violência doméstica.

A violência é apresentada e nomeada por Santana (2015) a partir da vivência do povo Tupinambá em diferentes contextos. Como violência simbólica a partir da terra como centralidade, violência como um processo histórico através do coronelismo no Sul da Bahia, pela expropriação fundiária e pela exploração capitalista. Como também aparece a violência produzida pelo Estado e seus agentes, a exemplo da violência policial exercida a partir dos alinhamentos políticos nos contextos de conflitos entre fazendeiros e tupinambás.

A questão da violência aparece no texto em diversos momentos, como violências direcionadas a comunidade, historicamente ao longo de décadas, por causa de disputa de terra, destacando-se inclusive a violência exercida pelo próprio Estado, quando se menciona que militares exerciam esse tipo de violência (SANTANA, 2015). Também estão evidenciadas as violências direcionadas às mulheres indígenas, como violência sexual e doméstica, e estas muito atreladas à questão do alcoolismo na comunidade como uma problemática muito presente, bem como ao consumo de bebidas indígenas fortes. A violência também é apresentada no texto como uma pauta de luta e motivação para que as mulheres se organizem politicamente e coletivamente (MONAGAS, 2006).

Nesse sentido, a violência é apresentada no texto de Teixeira (2008) como um problema que é potencializado pelo alcoolismo, que vem aumentado ultimamente de forma significativa, afetando o coletivo da comunidade, independente dos gêneros e diferentes faixas etárias, sendo também uma preocupação constante manifestada pelas mulheres da comunidade. A autora também destaca a violência sexual como um problema factual que afeta as mulheres, e que influencia na dinâmica da comunidade,

principalmente durante períodos em que os homens que possuem trabalhos fora das terras indígenas permanecem na comunidade, tal dinâmica é alterada, por exemplo, quando as mulheres evitam sair de suas casas sozinhas à noite, resguardando a integridade de suas vidas.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devemos conceber o movimento das mulheres indígenas como categoria política cujo sentido comprehende redefinições de acordo com as dinâmicas da sociedade. A organização política se apresenta em alguns textos como se dando principalmente, mas não somente, através da construção de projetos coletivos, por meio de uma sinalização de organização política cujas expressões das experiências de mulheres indígenas são vinculadas às associações. Tais experiências no contexto citadino revelam dificuldades, mas principalmente o agrupamento dessas mulheres em busca de direitos.

As reivindicações das mulheres são construídas no espaço interétnico, ademais, ao buscarem participação política principalmente através da experiência organizativa, consequentemente deixam suas comunidades para ocupar cargos diretivos nas organizações. Outra expressão da participação política das mulheres baseia-se nas relações comunitárias, nos laços de parentesco e na partilha, na perspectiva da manutenção do bem viver.

Outro aspecto relevante é a autonomia de diferentes mulheres indígenas dialogarem, discutirem e problematizarem a importação do conceito de gênero para suas realidades. Tal autonomia, que também perpassa o coletivo, reflete as questões de colonialidade e eurocentrismo que acabam integrando de certa maneira as teorizações e conceituações na ciência, que quase sempre e por muito tempo, invisibilizou os saberes dos povos indígenas e suas vivências.

A partir das análises realizadas, compreendemos que foi através de lutas que muitos povos conseguiram conquistar seus direitos e, até mesmo, o reconhecimento de suas diferenças, contribuindo diretamente entre os povos indígenas para uma crescente consciência política sobre si e os estigmas contidos na estrutura social. Assim, através de organizações criadas por eles mesmos, têm o objetivo de legitimar o movimento na construção de sua cidadania.

## REFERÊNCIAS

- AMADO, A. M. M.; LE BOURLEGAT, C. A.; URQUIZA, A. H. A. Empoderamento da mulher Kaiowa e Guarani na luta pelo reconhecimento dos direitos indígenas e identidade étnico-cultural. *Polis Revista Latinoamericana*, n.54, p.01-19, 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/polis/18043>. Acesso em: 05. set. 2022.
- BARCELLOS, G. H. **Desterritorialização e resistência tupiniquim:** mulheres indígenas e o complexo agroindustrial da Aracruz Celulose. Tese de doutorado, 2008.
- COLMAN, R. S.; AZEVEDO, M. M. do A. Ñemosarambipa: deslocamentos forçados entre os guaranis de mato grosso do sul. In: *Anais*, XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, p. 1-16, 2017. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/2564>. Acesso em: 15 set. 2022.
- DUTRA, J. C. de O.; MAYORGA, C. Mulheres indígenas em movimentos: possíveis articulações entre gênero e política. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 39, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003221693>. Acesso em: 10 jun. 2022.
- FERREIRA, M. I. M. “**Mulheres Kumirãyõma**”: uma etnografia da criação da Associação de Mulheres Yanomami Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS da Universidade Federal do Amazonas – UFAM), 2017, 205 p.
- FIDELES, J. N. K. et al. Mulheres indígenas kaingang: olhares, desafios e proposições sobre políticas de “gênero” p.191-215, In: FERNANDES, Rosa Maria Castilhos; DOMINGOS, Angélica (Orgs.). **Políticas Indigenistas:** contribuições para afirmação e defesa dos direitos indígenas.. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2020.197 p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Indígenas.** IBGE, 2010 Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/apresentacao-indigenas.html>. Acesso em: 15 abr. 2023.
- LESSA, L. L.; NÚÑEZ, G. Luta e pensamento anticolonial: Uma entrevista com Geni Núñez. *Revista Epistemologias do Sul*, v. 5 n. 2. 2021. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/3482>. Acesso em: 19 maio. 2023.
- MACHADO, A. M. A. “**LUTAMU**”: Relações interétnicas e protagonismo feminino no Papiu no contexto de um conflito intercomunitário Yanomami. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina., Florianópolis: Santa Catarina, 2015.
- MENEZES, J. A.; LINS, S. S.; SAMPAIO, J. V.. PROVOCAÇÕES PÓS-COLONIAIS À FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA. *Psicologia & Sociedade*, v. 31, p. 191-231, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2019v31191231>. Acesso em: 15 maio 2023.

MILANEZ, F. et al.. Existência e Diferença: O Racismo Contra os Povos Indígenas. **Revista Direito e Práxis**, v. 10, n. 3, p. 2161–2181, jul. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2019/43886>. Acesso em: 10 maio. 2023.

MONAGAS, A. C. S. **Organização Política - União, luta, liberdade e resistência: as organizações de mulheres indígenas da Amazônia brasileira**. Tese (Doutorado em Antropologia) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil, 2006.

NÚÑEZ, G.; VILHARVA, N. Artesanato narrativo e as teias da palavra: perspectivas guarani de resistência. **Revista Feminismos**, [S. I.], v. 10, n. 2 e 3, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/45165>. Acesso em: 20 maio. 2023.

NÚÑEZ, G. Da cor da terra: etnocídio e resistência indígena. **Revista Teoria & Cultura**, Rio de Janeiro, Edição especial, 2021a, p. 65-73. Disponível em: [http://www.cefet-rj.br/attachments/article/195/revista\\_especialPPRER.pdf](http://www.cefet-rj.br/attachments/article/195/revista_especialPPRER.pdf). Acesso em: 19 maio. 2023.

NÚÑEZ, G. Monoculturas do pensamento e a importância do reflorestamento do imaginário. **ClimaCom – Diante dos Negacionismos** [online], Campinas, ano 8, n. 21. novembro 2021b. Disponível em: <http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/monoculturas-do-pensamento/>. Acesso em: 17 maio. 2023.

PACHECO, R. A. S.. Mulheres indígenas e participação política: emergência étnica feminina em um contexto de expropriação territorial. **Religación: Revista de Ciencias Sociales y Humanidades**, 2(8), 101-114. 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/comocitar.oa?id=643767399008>. Acesso em: 20 fev. 2023.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. p. 201-245. 2000.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFOGUEL, R. (Orgs.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: siglo del Hombre Editores. Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana. 2007.

REBELO, F. P. **KUNHANGUE MBA'E KUA: AS TRAJETÓRIAS DAS MULHERES CACICAS GUARANI MBYA DE SANTA CATARINA**. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: Santa Catarina, 2015.

SANTANA, S. S. **O papel das mulheres na definição e demarcação das terras indígenas dos Tupinambá de Olivença-BA.** 2015. 429 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

SEBASTIÃO, L. L.. **O protagonismo das seno têrenoe – Mulheres Terena.** Tese de doutorado (Ciências Sociais: Antropologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 2018. 240p.

TEIXEIRA, I. A. V. **Conhecendo a vida das mulheres Xakriabá:** gênero e participação. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, 2008.

TONIAL,F. A. L.; MAHEIRIE, K.; GARCIA JUNIOR, C. A. S. A resistência à colonialidade: definições e fronteiras. **Rev. Psicol. UNESP**, Assis , v. 16, n. 1, p. 18-26, jun. 2017. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-90442017000100002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-90442017000100002&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 21 maio 2023.

URRUTH, M. de F. N. **“Terra, vida, justiça e demarcação”:** mulheres kaiowá e a luta pela terra indígena taquara, município de Juti, Mato Grosso do Sul, Brasil. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Pelotas. 2018.

# CAPÍTULO II

## SOB A SOMBRA DOS ESTEREÓTIPOS - MULHERES INDÍGENAS NO PERÍODO COLONIAL

UNDER THE SHADOW OF STEREOTYPES - INDIGENOUS WOMEN IN THE COLONIAL PERIOD

DOI: [10.51859/amplia.cfg3217-2](https://doi.org/10.51859/amplia.cfg3217-2)

Juliana Martins Garcia Kuzma<sup>1</sup>

Josélia Gomes Neves<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Professora da Educação Básica no município de Vilhena. Mestra em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Educação na Amazônia (GPEA) na Linha de Pesquisa Amazônia Feminista/UNIR.

<sup>2</sup> Doutora em Educação Escolar. Docente da UNIR/DEINTER - Coordenadora da Linha de Pesquisa Amazônia Feminista/GPEA. Atua no Curso de Pós-Graduação em Educação Matemática (PPGEM/UNIR).

### RESUMO

O objetivo do presente texto é discutir aspectos dos processos de representação a respeito da mulher indígena no período colonial que foram materializados em discriminações e estereótipos veiculados nos escritos de viajantes, cronistas e dos próprios colonizadores expressos em seus textos e pinturas. Constitui um recorte do estudo intitulado: "Gênero e Educação Superior: protagonismo de Mulheres Indígenas em Mato Grosso e Rondônia", no período de 2017 – 2019. Esta dissertação de Mestrado foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), campus de Cuiabá. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, recorte do referencial teórico da dissertação mencionada. Os resultados permitem afirmar que o processo da colonização foi devastador para toda a população indígena, mas a mulher – menina, jovem e velha, sofreu a subalternização de forma diferente dos homens, o sistema patriarcal sexista da sociedade não indígena as afetou de maneira particular, como o caso do estupro, uma violência que atinge o sexo feminino. Além das violações de seus direitos ao território, caso dos raptos, as mulheres ainda tiveram que lidar com os preconceitos vindos da sociedade não indígena que ainda hoje compara as mulheres com aquelas características de 1500 anos atrás. Concluímos que os prejuízos da

colonização para as mulheres indígenas ocorreram, sobretudo por meio do silenciamento, das lacunas e das representações discriminatórias e estereotipadas. O trabalho desenvolvido por elas possivelmente tenha se constituído em um dos elementos mais desconsiderados nos registros históricos existentes.

**Palavras-chave:** Mulheres Indígenas. Período Colonial. Estereótipos. Representações.

### ABSTRACT

The objective of this text is to discuss aspects of the processes of representation about indigenous women in the colonial period that were materialized in discrimination and stereotypes conveyed in the writings of travelers, chroniclers and the colonizers themselves expressed in their texts and paintings. It constitutes a section of the study entitled: "Gender and Higher Education: protagonism of Indigenous Women in Mato Grosso and Rondônia", in the period 2017 - 2019. This Master's thesis was developed in the Graduate Program in Education (PPGE) of the Federal University of Mato Grosso (UFMT), campus of Cuiabá. The methodology used was the bibliographical research, clipping of the theoretical reference of the mentioned dissertation. The results allow us to affirm that the colonization process was devastating for the

entire indigenous population, but the woman - girl, young and old, suffered the subalternization differently from the men, the sexist patriarchal system of non-indigenous society affected them in a particular way, as in the case of rape, a violence that affects the female sex. In addition to the violations of their rights to the territory, the case of kidnappings, women still had to deal with the prejudices coming from non-indigenous society that even today compares women with those characteristics of 1500 years

ago. We conclude that the damage of colonization to indigenous women occurred, especially through silence, gaps and discriminatory and stereotyped representations. The work developed by them may have constituted one of the most disregarded elements in the existing historical records.

**Keywords:** Indigenous Women. Colonial Period. Stereotypes. Representations.

## 1. INTRODUÇÃO

Historicamente, a visão da sociedade sobre as mulheres e seus feitos em diferentes temporalidades tem sido marcada por silêncios, lacunas e exclusões, seja em âmbito público ou privado (PERROT, 2005). Em relação às mulheres indígenas considerando suas especificidades culturais, essas ocorrências evidenciam aproximações com outros contextos opressivos. Significa afirmar que perduram os estigmas construídos durante o período colonial, tanto por viajantes e colonizadores durante a invasão portuguesa na América Latina, quanto por pesquisadores brancos.

A imagem equivocada e reduzida de quem era a mulher indígena sob suas percepções eurocêntricas prejudicou e ainda prejudica seus relacionamentos nos contextos indígenas internos e externos. Essas mulheres, durante o período colonial tiveram seus corpos marcados pela erotização na perspectiva de europeus brancos e sexistas conforme aponta documentação da época. “De um colono rico dos primeiros tempos sabe-se que ia ao extremo de fazer-se servir à mesa por índias nuas; e não parece que fosse caso isolado o seu”. (FREYRE, 2000, p. 181), evidenciada na obra *Casa Grande e Senzala*.

Embora a colonização tenha iniciado oficialmente em 1500 é de total relevância retomar esta discussão para se compreender o sofrimento de mulheres indígenas na atualidade. A história dos povos indígenas foi marcada pela violência, situações que se arrastam ainda hoje no Brasil. E, especificamente, nos referimos às meninas e mulheres indígenas que além da violência étnica – um tipo de violação que ocorre por sua condição de ser mulher, pertencente a um povo indígena, acumula a violência de gênero – entendida neste trabalho como todos os crimes cometidos contra as mulheres explicitados na legislação brasileira (BRASIL, 2006; 2015).

Conforme analisam as perspectivas das mulheres originárias: “[...] nós sofremos duplamente o olhar preconceituoso. Primeiro por ser mulher, segundo por ser indígena” (GUEDES PATAKÓ, 2017), p. 1). Embora estas normativas mencionadas – Lei Maria da Penha, nº 11.340/2006 e Lei do Feminicídio, nº 13.104/2015 apresentem lacunas tendo em vista as especificidades indígenas, algumas comunidades têm recorrido a elas e a adoção de regras internas para resolverem conflitos desta natureza em perspectiva intercultural. (ALEIXO; BELTRÃO, 2011; NICODEMOS, 2020).

Estes elementos mobilizaram a realização do estudo materializado na pesquisa intitulada: “Gênero e Educação Superior: protagonismo de Mulheres Indígenas em Mato Grosso e Rondônia”, no período de 2017-2019. A dissertação do Mestrado foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), campus de Cuiabá (KUZMA, 2019).

O objetivo do presente texto, recorte desta investigação, é discutir a invisibilidade da mulher indígena no período colonial de um lado e de outro, as discriminações evidenciadas por meio de estereótipos veiculados nas representações de viajantes, cronistas e dos próprios colonizadores expressos em seus escritos e pinturas. O suporte metodológico adotado foi a pesquisa bibliográfica, compreendida neste texto como a investigação que é “[...] desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. GIL, 2002, p. 44).

## 2. ESTEREÓTIPOS DA MULHER INDÍGENA NO PERÍODO COLONIAL

Historicamente os índios têm sido objeto de múltiplas imagens e conceituações por parte dos não-índios e, em consequência, dos próprios índios, marcadas profundamente por preconceitos e ignorância. Desde a chegada dos portugueses e outros europeus que por aqui se instalaram, os habitantes nativos foram alvo de diferentes percepções e julgamentos quanto às características, aos comportamentos, às capacidades e à natureza biológica e espiritual que lhes são próprias (LUCIANO, 2006, p. 34).

Para o autor da epígrafe, o processo de colonização no Brasil trouxe marcas que até hoje fazem parte do cotidiano dos povos indígenas. Além do massacre, das mortes físicas e simbólicas, esses povos ficaram marcados pelos estereótipos que a sociedade ocidental reproduziu em seus discursos. Um dos grandes desafios que as/os indígenas enfrentam na atualidade. Nesse contexto, Paraíso (2013) ressalta como esse processo causou experiências diferentes entre os homens e as mulheres indígenas, pois elas foram estigmatizadas de uma forma particular. A percepção sobre as indígenas nos

primeiros anos da colonização se deu pelo parâmetro masculino, europeu, branco e sexista. Desta forma a imagem que se criou das indígenas nesse período era de força de trabalho, de procriadoras, ocasião que seus corpos foram erotizados.

A autora destaca que a visão que a sociedade tem em relação aos povos indígenas em geral ainda é estereotipada. As mulheres indígenas em particular foram invisibilizadas nos contextos de protagonismo e retratadas de forma equivocada apenas nos espaços subalternizados, às sombras do masculino. “Pouco se sabe de suas trajetórias e vivências e, muito menos de seus pensamentos, expectativas” (PARAISO, 2013, p. 106). Elas são mostradas como meros objetos por meio de escritos sobre elas pelos homens (FREYRE, 2000) e suas as concepções patriarcais.

Mas, Paraíso (2013) ressalta que alguns viajantes que passaram pelo Brasil no início do século XIX já escreverem sobre as mulheres indígenas sob novas percepções ou representações, compreendidas neste texto como “[...] esquemas intelectuais incorporados que criam figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro torna-se inteligível e o espaço [...] decifrado” (CHARTIER, 1990, p. 17). Segundo esses viajantes, os caciques botocudos, embora sendo sempre eles que tomavam as decisões, não faziam sem antes consultar suas mães. No entanto, alguns registros feitos nessa época invisibilizaram as mulheres indígenas como participantes ativas em suas comunidades, restringindo-lhes a meras reprodutoras, criadoras de filhos, agentes de sexualização e/ou contaminação:

A sifilização do Brasil resultou, ao que parece, dos primeiros encontros, alguns fortuitos, de praia, de europeus com índias. Não só de portugueses como de franceses e espanhóis. Mas principalmente de portugueses e franceses. Degredados, cristãos-novos, traficantes normandos de madeira de tinta que aqui ficavam, deixados pelos seus para irem se acamaradando com os indígenas; e que acabavam muitas vezes tomando gosto pela vida desregrada no meio de muita mulher fácil e a sombra de cajueiros e araçazeiros. (FREYRE, 2000, p. 120).

Nesta direção, Raminelli (2017) faz uma crítica aos estereótipos misóginos que os europeus atribuíram às indígenas Tupinambá. Enfatiza que essa questão fez parte dos planos dos colonizadores para “conquistar” a América. O que se observa é uma lente pré-determinada que toma como referência, única e exclusivamente a concepção europeia de cultura e o que difere disso não era considerado:

O cotidiano feminino entre os tupinambás pode ser vislumbrado a partir dos relatos de viajantes que observaram a cultura indígena no Brasil colonial. [...] Nas terras do além-mar, os costumes heterodoxos eram vistos como indícios de barbarismo e da presença do Diabo; em compensação, os bons hábitos faziam parte das leis naturais criadas por Deus. O que os conquistadores fizeram, então, foi uma comparação das verdades próprias do mundo cristão com a realidade americana. A cultura indígena foi descrita a partir do paradigma teológico e do princípio de que os brancos eram eleitos de Deus, e por isso superiores aos povos do novo continente (RAMINELLI, 2017, p. 11).

O autor ressalta que a forma como as indígenas Tupinambá foram retratadas, tanto na literatura quanto nas pinturas, pois essa concepção fazia parte da mentalidade cristã europeia. Os cronistas e pintores veicularam imagens de mulheres indígenas de acordo com a percepção misógina do século XVI e XVII na Europa. Um elemento a mais para justificar a dominação colonial e, em decorrência disso poder materializar as práticas de subalternização sob a égide da religião hegemônica:

Assim, a lógica das narrativas sobre o cotidiano ameríndio prende-se aos interesses da colonização e da conversão ao cristianismo. Representar os índios como bárbaros (seres inferiores, quase animais) ou demoníacos (súditos oprimidos do princípio das trevas) era uma forma de legitimar a conquista da América. Por intermédio da catequese e da colonização, os americanos podiam sair do estágio primitivo e alcançar a civilização. Esses princípios formavam uma espécie de filtro cultural que distorciam a lógica própria dos ritos e mitos indígenas (RAMINELLI, 2017, p. 12).

A pactuação estabelecida entre os interesses políticos e religiosos exigia uma representação de barbárie pagã. E neste cenário, as leituras apontam como a ótica bíblica orientou o pensamento ocidental, contexto em que os europeus viram nas mulheres indígenas a figura de Eva, passagem bíblica do mito da criação da humanidade em que Eva e Adão viviam no paraíso e Eva sucumbiu ao pecado desobedecendo a ordem divina e por isso levou a humanidade ao pecado.

Assim, as mulheres foram marcadas pelo símbolo de todo mal da humanidade, como fracas, propensas ao pecado e que precisavam ser vigiadas pelos homens. A história de Adão e Eva foi um parâmetro adotado para representar os indígenas como seres puros da natureza e que o caos que os europeus viam no cotidiano desses povos era resultado do esquecimento dos ensinamentos divinos, por isso viviam na desordem.

Outras leituras permitem inferir certa oscilação do olhar europeu para as populações indígenas na medida em que, se por um lado, enxergavam modos de vida pagão em suas organizações sociais, por outro, viam estes agrupamentos, em determinado status de pureza e desta forma, “[...] mais próximos da criação divina do

que os outros habitantes do continente, a existência de um ‘casal original’ criado por Deus exclusivamente para o Novo Mundo ou, ainda, que estas terras teriam sido o local de criação da língua falada por Adão”. (KALIL, 2015, p. 241)

Mas, o conhecimento das práticas sociais indígenas como o canibalismo, a sexualidade, os casamentos poligâmicos podem ter produzido a explicação sustentada pela punição divina resultante da desobediência atribuída à mulher indígena marcada por meio do pecado original. “As mulheres, índias ou europeias, eram filhas de Eva e reuniam em si os piores predados” (RAMINELLI, 2017, p. 36).

Ainda na perspectiva deste autor, a responsável pela desordem era a mulher indígena. Os religiosos eram a imagem do Salvador, mediadores que poderiam ajudar os indígenas a restaurar a ordem e a catequese, o instrumento para a evolução e a civilização. As ideologias católicas viram os indígenas como diabólicos. “A fome, a nudez, a falta de pudor e de regras seriam obras da miséria promovida pelo Diabo” (RAMINELLI, 2017, p.42). Essas características eram atribuídas, sobretudo, às indígenas mais velhas.

Se a misoginia cristã explica a ligação da imagem feminina à perversão a teoria da degeneração permite entender as características atribuídas às velhas índias. Elas foram descritas como pervertedoras sexuais, apresentando aos meninos os prazeres da carne. A carne, aqui, possui um duplo significado. O apetite sexual e o estranho gosto de ingerir carne humana não são antagônicos, mas complementares; constituem características inesperáveis das mulheres enrugadas e de seios caídos. Sua decadência física e moral ganha sentido quando entendemos a concepção de história do mundo cristão. Na primavera dos tempos, os homens viviam no Paraíso. O envelhecimento das sociedades humanas teria promovido a degradação das leis naturais e a decadência da humanidade (RAMINELLI, 2017, p. 42-43).

Significa afirmar que havia uma supervalorização das mais jovens e uma degradação das mais idosas. As indígenas de idade avançadas eram retratadas como as velhas selvagens, canibais e de seios caídos. As jovens eram o ideal da beleza e da civilização, já as mais velhas o atraso, o caos, a desordem, o sinônimo do mal na ideologia cristã. Raminelli (2017) faz essa análise a partir das descrições das mulheres desde a puberdade, período em que elas “perdem a cabeça” com sua sexualidade aflorada, apoderadas do diabo.

Assim, ao chegar à idade avançada ganham novos predados pejorativos, pois são elas que aparecem nas pinturas praticando o canibalismo com ênfase na barbárie, a nosso ver, possíveis aproximações com as bruxas representadas na pintura nos séculos

XVI e XVII relacionadas, sobretudo à gula canibal (CHICANGANA-BAYONA; SAWCZUK, 2009). Para Raminelli (2017) os meninos aparecem como sinônimo do trabalho, do progresso, sempre auxiliando nas caças, pescas, trabalhos também supervalorizados. As tentações libidinosas são características femininas e não masculinas.

Nesta perspectiva, interpretamos que o ônus do pecado original atribuído a Eva ocidental encontra correspondência na percepção da Eva ameríndia. E, no caso do povo Tupinambá, às mulheres mais velhas é dirigida a ideia da humanidade degradada. Quanto aos homens, de acordo com Lasmar (1999), eram poupadados pelos viajantes e missionários que representaram o Brasil colônia:

O papel de iniciadoras sexuais e a decrepitude física das velhas índias, vistos pelas lentes da misoginia cristã e interpretados a partir da teoria da degradação natural, deram origem a uma representação da velha como reservatório de lascívia da sociedade Tupinambá. Essa concepção generalizava a equação entre o feminino e a luxúria: sexualidade supostamente exacerbada e falta de pudor - que da perspectiva dos primeiros observadores aparece como insígnia da decadência moral dos habitantes do Novo Mundo - eram atributos das mulheres; nesse caso, os homens indígenas foram relativamente poupadados. (LASMAR, 1999, p. 4)

Outras interpretações, apresentadas abaixo, evidenciam que os jesuítas consideravam a liberdade sexual ameaçadora para sua salvação. No intuito de catequizar os povos indígenas, pregaram a monogamia e a castidade, atribuindo castigos aqueles que desobedeciam às normas e os levavam ao “pecado”. As mulheres foram submetidas a castigos mais severos, “[...] a ponto de implicar no abandono à morte de recém-nascidos frutos de relações não sancionadas pela Igreja”, (FLECK, 2006, p 631).

Estudos apontam que as mulheres Tupinambá foram invisibilizadas nos relatos de alguns viajantes e até mesmo pela Antropologia, olhares que desconsideraram seu protagonismo no interior dos aldeamentos. Esta visão androcêntrica da sociedade Tupinambá deixa pouco espaço para o reconhecimento das singulares formas de expressão social e de poder exercidas pelas mulheres e está em franco desacordo com o que se sabe hoje acerca das sociedades Tupi e outras sociedades das terras baixas sul-americanas (FERNANDES, 2016, p. 74-75).

O autor acima citado faz uma crítica ao estudo de Florestan Fernandes com os povos Tupi, pois este relata seus cotidianos com uma visão funcionalista, influenciada pela antropologia social inglesa e o culturalismo americano. A divisão sexual do trabalho

foi mostrada, tanto na obra de Florestan Fernandes quanto na de outros antropólogos, com ênfase e prestígio dado aos trabalhos masculinos, enquanto que aqueles exercidos pelas indígenas são acanhados e reproduzindo os estudos universalistas de que a mulher está ligada à natureza e o homem à cultura. Além de universalizar, essencializou os papéis femininos como já pré-estabelecido.

A documentação histórica abre, em diversos momentos, janelas para que possamos vislumbrar esferas de autonomia e poder das mulheres Tupinambá, permitindo que possamos escapar da tradicional imagem da “besta de carga”, legada a nós tanto pela misoginia dos cronistas, quanto pelo androcentrismo de algumas reconstruções históricas (FERNANDES, 2016, p. 76-77).

De acordo com Fernandes (2016), os trabalhos das mulheres Tupinambá, como o plantio, a colheita, o preparo dos alimentos, não ganharam tanto destaque como as guerras, e a caça de que os homens se encarregavam. As indígenas foram grandes responsáveis por ampliar as espécies de plantas, domesticarem as plantas nocivas para o consumo, enfim, tiverem um importante papel para a cultura brasileira, mas ele ficou invisível. Deste modo os papéis das mulheres não se resumiam à questão econômica, mas social e cultural na manutenção e de afirmação do povo.

Até mesmo os objetos de manuseio feminino e masculino ganharam destques diferentes em algumas obras etnográficas. Como as atividades dos homens foi vista com mais valor, os arcos, flechas, os objetos usados também se tornaram símbolos mais valorizados. A cerâmica que era de manuseio das mulheres indígenas Tupinambá não teve essa simbologia: “A olaria era uma atividade complexa, nos limites da tecnologia dos Tupinambás, o que exigia uma grande dose de conhecimento e experiência” (FERNANDES, 2016, p. 92). O conhecimento feminino para a fabricação desses utensílios era muito importante e as mais velhas eram as mais responsáveis, pois eram elas que possuíam mais experiência.

Em *Casa-Grande e Senzala* de Gilberto Freyre (2000) é possível observar um conjunto de representações a respeito das mulheres negras e indígenas. Como já discutimos em outros trabalhos (NEVES, 2010) elas aparecem como disponíveis, à toa, alcoviteiras, sem ter o que fazer, entre outros adjetivos depreciativos. No segundo capítulo – “O indígena na formação da família brasileira”, é possível localizar fragmentos-sínteses que evidenciam estas perspectivas:

O europeu saltava em terra escorregando em índia nua; os próprios padres da Companhia precisavam descer com cuidado, senão atolavam o pé em carne. [...]. As mulheres eram as primeiras a se entregarem aos brancos, as mais ardentes indo esfregar-se nas pernas desses que supunham deuses. Davam-se ao europeu por um pente ou um caco de espelho (FREYRE, 2000, p. 164).

Essa concepção das mulheres indígenas representada no livro de Freyre (2000) pode sugerir, a nosso ver que esta mentalidade colonial que repercute nos dias atuais veiculadas por meio do senso comum sobre o que é ser mulher “fácil” e/ou “difícil” no que se refere a comportamentos esperados na esfera social. Isso ainda constitui um desafio na atualidade, pois as marcas são fortes nos cotidianos de muitos povos indígenas no Brasil. Vale acrescentar que é uma visão hegemônica que acaba por negar outras experiências vivenciadas com valorização da atuação das mulheres indígenas:

Na organização social do Povo Tupinambá, a mulher sempre teve um papel importante. Com a invasão de nosso Território, nossa cultura foi contaminada pelo egoísmo do mundo branco e passamos a ser consideradas como inferiores. Com a “civilização” veio o machismo. Muitas mulheres Tupinambá hoje criam seus filhos sozinhas. Mulheres guerreiras, são mães e pais ao mesmo tempo, são “Pães”, que querem dar uma vida melhor para seus filhos (TUPINAMBÁ, 2015, p. 59).

De acordo com Suely Tupinambá ainda na atualidade as mulheres indígenas sofrem com as cicatrizes do período colonial. Como aponta a autora o resultado do contato as deixou em desvantagem, em péssimas condições socioeconômicas, tendo que sustentar seus filhos e filhas sozinhas, pois muitos homens indígenas migrarem para a cidade em busca de outros trabalhos e não voltar mais, deixando suas companheiras sozinhas com suas crianças. Dessa forma, as mulheres indígenas ficaram com a responsabilidade de criar seus filhos e filhas sem o apoio paterno.

Isso se deu devido ao processo de colonização que interferiu na sustentação tribal dos povos indígenas submetendo-os ao estilo de vida dos não indígenas, tendo que buscar trabalho remunerado para manter suas famílias. Como observaremos mais adiante, o contato com a sociedade não indígena pós-colonização trouxe muitos problemas como, por exemplo, a bebida alcóolica que causa várias questões, uma delas é a violência contra as mulheres.

Nesse contexto, as leituras apontam também para outras formas de violação dos direitos das mulheres indígenas. Discute os efeitos da desterritorialização ou da opção

pela moradia nos centros urbanos. Em decorrência deste contexto sofrem diversas violências, principalmente no que diz respeito à sexualização e erotização:

Sobre as mulheres indígenas, a violação aos seus direitos humanos as tem conduzido às mãos de homens corruptos que as seduzem por um prato de comida, por programas ou eventuais promessas, que confundem esse universo feminino, pois essas mulheres têm valores e tradições totalmente diferentes do mundo urbano, envolvente e masculino. Temos como exemplo o caso de algumas mulheres indígenas Yanomami (Roraima), que, há mais de uma década, são conduzidas à prostituição, ludibriadas por soldados ou comerciantes (POTIGUARA, 2018, p. 26).

Como já mencionado neste trabalho, inferimos que as representações produzidas sobre as mulheres indígenas repercutem nas práticas sociais da atualidade. A autora citada pontua que, além disso, algumas mulheres indígenas se submetem ao trabalho com péssimas condições de trabalho e má remuneração, trabalhando apenas por comida, sem dignidade. Uma situação que a aproxima da condição subalternizada de outras mulheres: “Outras vezes, vão morar com homens sem caráter que as transformam em objeto de cama e mesa, submetidas agressões físicas e parindo dezenas de filhos, para viverem, miseravelmente, nas casas de palafita na Amazônia [...]” (POTIGUARA, 2018, p. 27).

Sonia Guajajara, coordenadora-executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) em uma programação em Cuiabá no período de sua pré-candidatura à vice-presidência da República em 2018 discorreu sobre a violência contra a mulher indígena. Na ocasião, fez uma breve apresentação no Museu Rondon de Etnologia e Arqueologia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e durante sua exposição recordou de diversos momentos em suas viagens em que ouviu a expressão “minha avó foi pega no laço”. Uma expressão presente em muitas narrativas amazônicas para explicar supostamente relações parentais com as populações indígenas e que estão diretamente relacionadas a raptos, estupros, gestações indesejadas, dentre outras violações:

Hoje é muito comum a gente escutar as pessoas falarem, -ah, a minha vó, - sou indígena, sou descendente, minha vó foi pega no laço, minha vó foi pega a dente de cachorro. Gente! É impressionante o quanto eu estou escutando isso, eu estou rodando esse Brasil inteiro e todo lugar a gente escuta isso, e as pessoas falam com a naturalidade tão grande sabe!? Como assim que não foi nada, aí as pessoas falam, -ah! Foi meu avô que pegou ela no laço e trouxe para casa e aí engravidou a minha mãe. Eu penso - esse avô não era gente, sequestrou uma criança tirou ela do seu povo, abusou sexualmente, porque violentou uma pessoa menor de idade, engravidou, muitos dos casos eles pegavam a criança e a mãe devolviam para qualquer lugar. Então assim,

quando a gente escuta essa expressão dente de cachorro, pega a laço, temos que ver o peso que carrega essas expressões, por que será que foi pega no laço? Por que ela não queria vir né? Por que botou um cachorro atrás dela como se fosse bicho? Então no Brasil inteiro é muito comum a gente escutar isso e as pessoas tratam com muita naturalidade, isso expressa muito o que foi essa violência que nossos povos durante todo esse período (Informação verbal)<sup>1</sup>.

Esta fala de Sonia retrata bem as violências que muitas mulheres indígenas sofreram com o contato com a sociedade não indígena. Com a colonização, os territórios indígenas foram invadidos e muitas populações sofreram reduções populacionais e extinção (RIBEIRO, 1995). As indígenas foram arrancadas de suas famílias e escravizadas por homens que detinham poder econômico. Aquelas “pegas a laço ou dente de cachorro”, conforme relata Sonia sugerem indícios de que foram estupradas, obrigadas a se casar ou abusadas sexualmente e descartadas longe de seus povos.

Como dito anteriormente, muitas mulheres indígenas ainda sofrem esse processo devastador em seus cotidianos, de luta por sobrevivência e contra a violação de seus direitos, tanto no território indígena como fora dele. Sim, é preciso discutir as violações que ocorre também nas aldeias indígenas (KUZMA, 2015).

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concepção da mulher indígena, formada no imaginário social, sugere resquícios de uma visão preconceituosa e sexista por parte dos colonizadores e escritores, visão que persiste ainda na atualidade. As leituras teóricas possibilitaram compreender que os parâmetros sexistas dos colonizadores foram utilizados para descrever os comportamentos de mulheres indígenas no período colonial e isso ficou marcado de forma genérica, carregaram um estigma negativo e distorcido oriundo desta mentalidade produzida nesta época.

As leituras evidenciam que as mulheres indígenas foram estigmatizadas pelos europeus no período da colonização. As indígenas Tupinambá, por exemplo, foram retratadas de forma pejorativa sob a visão masculina europeia. Os parâmetros sexistas dos colonizadores foram utilizados para descrever seus comportamentos e isso ficou marcado de forma genérica. As mulheres seguem carregando esse estigma de

---

<sup>1</sup> Fala da candidata indígena a vice-presidência da República, Sonia Bone Guajajara, no dia 11 de junho de 2018 durante a apresentação de sua candidatura na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Campus de Cuiabá.

sexualmente lascivas, canibais, reprodutoras, enfim, uma imagem negativa que perdura ainda no imaginário na atualidade.

O processo da colonização foi devastador para toda a população indígena, mas a mulher – menina, jovem e velha, sofreu a subalternização de forma diferente dos homens, o sistema patriarcal sexista da sociedade não indígena as afetou de maneira particular, como o caso do estupro, uma violência que atinge o sexo feminino. Além das violações de seus direitos ao território, as mulheres ainda tiveram/têm que lidar com a violação de seus corpos, com os preconceitos vindos da sociedade não indígena que ainda compara as mulheres com aquelas características de 1500 anos atrás.

Assim, os prejuízos da colonização para as mulheres indígenas ocorreram, sobretudo por meio do silenciamento, das lacunas e das representações discriminatórias e estereotipadas. O trabalho desenvolvido por elas possivelmente tenha se constituído em um dos elementos mais desconsiderados nos registros existentes. Um aspecto que demanda estudos nas pautas das investigações críticas do país.

## REFERÊNCIAS

- ALEIXO, Mariah; BELTRÃO, Jane. **Violências domésticas, gênero e diversidade cultural: a Lei Maria da Penha entre as indígenas.** Disponível em: <https://nadir.fflch.usp.br/sites/nadir.fflch.usp.br/files/upload/paginas/gt9%20-%20mariah.pdf> Acesso em 12 ago. 2021.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.** (Lei Maria da Penha). Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher [...]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm). Acesso em: 20 set. 2020.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.104 de 9 de março de 2015.** (Lei do Feminicídio). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm) Acesso em: 2 set. 2016.
- CHARTIER, Roger. **A História cultural:** entre práticas e representações. Lisboa: LIFEL, Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
- CHICANGANA-BAYONA, Yobenj Aucardo; SAWCZUK, Susana Inés González. Bruxas e índias filhas de Saturno: arte, bruxaria e canibalismo. **Revista Estudos Feministas**, v. 17, n. 2 Florianópolis mai./ago., 2009.
- FERNANDES, João Azevedo. **De cunhã a mameluca:** a mulher tupinambá e o nascimento do Brasil. 2. ed. João Pessoa, Paraíba: Editora da UFPB, 2016.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann. De mancebas auxiliares do demônio a devotas congregantes: mulheres e condutas em transformação (reduções jesuítico-guaranis, séc. XVII). **Revista Estudos Feministas** [online]., v. 14, n. 3, Florianópolis p.617-634, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. 41. ed., Rio de Janeiro: Record, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUEDES PATAXÓ, Mariceia Meireles. A Liderança das Mulheres Indígenas. **Anais Seminário 15/05/2017**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ma8khw6GUe8&feature=youtu.b> Acesso em 12 ago. 2021.

KALIL, Luis Guilherme Assis. **Filhos de Adão**. Análise das hipóteses sobre a chegada dos seres humanos ao Novo Mundo (séculos XVI e XIX). 2015. 124 f. Tese (Doutorado em História) Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2015.

KUZMA, Juliana Martins. **Violência de gênero em contexto indígena**: uma tênue linha entre a cultura e a violação dos direitos das mulheres? Orientadora: Josélia Gomes Neves. 2015. 58f. Monografia (Pedagogia). Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Pedagogia. Ji-Paraná, 2015.

KUZMA, Juliana Martins Garcia. **Gênero e Educação Superior**: protagonismo de mulheres indígenas em Mato Grosso e Rondônia. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Programa de Pós-Graduação em Educação, Cuiabá, 2019.

LASMAR, Cristiane. Mulheres Indígenas: representações. **Revista Estudos Feministas**, v. 7, n. 1 e 2, 1999. Dossiê Mulheres Indígenas. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11989/11264>. Acesso em: maio 2017.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. LACED/Museu Nacional, 2006. p. 208-215.

NEVES, Josélia Gomes. Representações de Gênero em casa Grande e Senzala. **Presença**, Porto Velho - RO, v. 4, n.-, p. 46-82, 2003.

NICODEMOS, Barbara Jandaia de Brito. Violência doméstica e feminicídio contra a mulher indígena. **Conselho Nacional de Justiça** (CNJ). 1 de março de 2020. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/artigo-violencia-domestica-e-feminicidio-contra-a-mulher-indigena/> Acesso em 12 ago. 2021.

PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. A mulher indígena, um ente que faz história. In: GARCIA, Antonia dos Santos; GARCIA, Afrânio Raul. (Org.). **Relações de gênero, raça, classe e identidade social no Brasil e na França**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013, p. 106-120.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da História**. Bauru: Edusc, 2005.  
POTIGUARA, Eliane. **Metade cara, metade máscara**. 2. ed. Lorena: DM Projetos Especiais, 2018.

RAMINIELLI, Ronald. Eva Tupinambá. In: PRIORE, Mary Del (Org.); BASSANEZI, Carla Pinsky (Coor. De textos). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

TUPINAMBÁ, Suely. As mulheres “Pãe”. In: TAVARES, Joana Brandão; TUPINAMBÁ, Potyra Tê; GERLIC, Sebastián. (Org.) **Índios na visão dos índios**: pelas mulheres indígenas. Thydêwá, 2015. Disponível em: <http://www.thydewa.org/wpcontent/uploads/2015/03/pelas-mulheres-indigenas-web.pdf>. Acesso em: abr. 2018.

# CAPÍTULO III

## MULHERES DA VIDA, SUJEITAS HISTÓRICAS: REPRESENTAÇÕES LITERÁRIAS E VIVÊNCIAS HISTÓRICAS DA PROSTITUIÇÃO EM ARACAJU NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

WOMEN OF THE STREETS, HISTORICAL SUBJECTS: LITERARY  
REPRESENTATIONS AND HISTORICAL EXPERIENCES OF THE  
PROSTITUTION IN ARACAJU IN THE FIRST DECADES OF THE 20TH  
CENTURY

DOI: [10.51859/amplia.cfg3217-3](https://doi.org/10.51859/amplia.cfg3217-3)

Alice Batista Guimarães<sup>1</sup>

Juliana Cruz Carvalho<sup>2</sup>

Lhais Isla Dantas Leite<sup>3</sup>

Thalya Emanuelle da Rocha Antão<sup>4</sup>

<sup>1</sup> Mestranda em História. Programa de Pós-Graduação em História – UFCG.

<sup>2</sup> Pós-graduanda em Gênero, Raça/Etnia e Sexualidades na formação de educadoras/es (lato sensu). Universidade Estadual da Bahia - UNEB.

<sup>3</sup> Graduada em História. Universidade Federal de Sergipe – UFS.

<sup>4</sup> Pós-graduanda em Educação especial e inclusiva, neuropsicopedagogia institucional e clínica (lato sensu). Faculdade Maximum.

### RESUMO

O presente trabalho visa analisar as vivências da prostituição no contexto da Aracaju do pós-*belle époque*. Para tanto, discute-se questões sociais, trabalho, raça e, indubitavelmente, gênero, colocando em perspectiva a ideologia e o sistema patriarcal e burguês, responsável não apenas pelos discursos a respeito da prostituição, como também por relegar às chamadas “mulheres perdidas” um espaço de marginalidade na sociedade do período em questão. Nesse sentido, compreendendo como importantes as imagens sociais construídas sobre as mulheres prostitutas, problematiza-se também suas representações na literatura brasileira, em especial na obra *Rua do Siriri*, de Amando Fontes, a qual trás à luz a prostituição em Aracaju. Atenta-se, ainda, para como a obra de Fontes não se comporta necessariamente como porta-voz das mulheres prostitutas, mas como uma visão masculina, branca e elitista sobre elas. Em outras palavras, examina-se

como as representações em torno das personagens são espelhos da ideologia dominante do período. Não obstante os problemas em torno de tais visões acerca das prostitutas, este artigo se encaminha justamente no sentido de captar os silêncios dessa narrativa, uma vez que se considera que a fonte utilizada, produzida e formatada segundo a perspectiva do autor, não pode dizer tudo sobre a prostituição e as mulheres que a vivenciaram. Intenta-se, então, discutir acerca da complexidade dessa realidade, resgatando a humanidade das personagens e compreendendo-as para além da atmosfera de seu trabalho.

**Palavras-chave:** Prostituição. Amando Fontes. Rua do Siriri. Aracaju.

### ABSTRACT

The present work aims to analyze the experiences of prostitution in the context of

Aracaju of the post-belle époque. For this purpose, it discusses social issues, labor, race and, undoubtedly, gender, putting into perspective the ideology and the patriarchal and bourgeois system, responsible not only for the discourses about prostitution, but also for relegating the so-called "lost women" to a space of marginality in the society of the period in question. In this sense, understanding as important the social images built about prostitutes, we also problematize their representations in Brazilian literature, especially in the work *Rua do Siriri*, by Amando Fontes, which brings to light prostitution in Aracaju. We also focus on how Fontes' work does not necessarily act as a voice for the prostitutes, but as a masculine, white and elitist view of them. In other words, it examines how the

representations surrounding the characters are mirrors of the dominant ideology of the period. Notwithstanding the problems surrounding such visions about the prostitutes, this article is aimed precisely at capturing the silences in this narrative, since it is considered that the source used, produced and formatted according to the author's perspective, cannot say everything about prostitution and the women who experienced it. We intend, then, to discuss the complexity of this reality, rescuing the humanity of the characters and understanding them beyond the atmosphere of their work.

**Keywords:** Prostitution. Amando Fontes. *Rua do Siriri*. Aracaju.

## 1. INTRODUÇÃO

O início do século XX indicou intensas transformações culturais, éticas e morais, as quais refletem diretamente na busca pela aceleração de um projeto burguês de progresso econômico, demográfico e modernizador do país. É nesse período que se acentua no ideal das elites um projeto de modernização e higienização social, que se utilizava de mecanismos de controle comportamental e epidemiológico vinculados a uma ideia de progresso, ainda que isso significasse a exclusão das camadas subalternas. Nesse sentido, a promiscuidade, as epidemias e a pobreza não tinham mais espaço no ideal modernizador à *europeia* que o país buscava implementar. Diante desse processo de reorganização urbana, pobres, moribundos, mendigos e prostitutas, em sua maioria negros e mestiços, foram marginalizados, suprimidos dos centros urbanos e submetidos à ocupação das zonas periféricas.

As transformações não se restringem puramente no que diz respeito à reorganização urbana. No entanto, resultam diretamente em um recrudescimento das práticas da prostituição, um fenômeno sintomático em diversas dimensões na vida dessas mulheres, como o controle das suas presenças em espaços de sociabilidade e o fortalecimento das relações de dominação-exploração forjadas nesse contexto da modernidade. Portanto, a prostituição no início do século XX apresenta-se como realidade social multifacetada do contexto socio-histórico do Brasil Republicano, o qual ao mesmo tempo que as insere nessas circunstâncias, as marginaliza e impossibilita a sua libertação. Cabe, dessa forma, conhecer os discursos historiográficos acerca dessas

sujeitas, da prostituição e dos estereótipos socialmente construídos sobre essa realidade.

É importante compreender que não existe uma realidade homogênea acerca da prostituição e desvincular-se da perspectiva performática e luxuosa comumente abordada na temática, considerando o seu cerne de marginalização, exploração, domínio e violência. As dimensões da prostituição se distinguem a partir do cenário e do contexto em que a mulher está inserida, o que significa atentar-se aos tipos, situações, espaços e às sujeitas desse processo. Ao analisar marcadores econômicos, regionais, raciais e de faixa etária é possível evidenciar a contradição da suposta ideia de luxuosidade da mulher-dama, uma vez que a condição de prostituição está diretamente solidificada por um sistema hierárquico, racista, capitalista e patriarcal. Desse modo, é preciso frisar que embora a mão invisível por trás da prostituição de meninas e mulheres transcorra de uma estrutura machista e capitalista, não se trata tão somente da comercialização do sexo, mas de um sistema que integraliza uma relação de dominação-exploração.

Diante desse contexto, ao analisar a literatura modernista no Brasil do início do século XX, no seu caráter elucidador da essência brasileira e delator das mazelas sociais, é importante atentar-se às produções literárias acerca dos estereótipos e vivências da mulher prostituta. Embora marginalizada, socialmente esquecida e moralmente perseguida, em grande parte dos escritos modernistas é atribuído à figura da meretriz um gênio forte e caprichoso, descrevendo a prostituição de forma pretensiosa ora como um subterfúgio feminino para viver o luxo da liberdade sexual e a feminilidade, ora de forma pecaminosa e ameaçadora, tendo como dona de uma grande carga de culpabilidade a figura feminina. Essa literatura foge da veracidade dos fatos, tornando esses escritos meros construtos pretensiosos de ordem patriarcal e burguesa.

O tema da prostituição é abordado amplamente por diversos correntes e autores de maneiras distintas, capazes de reafirmar a necessidade de promover reflexões e debates acerca dos reais fatores das práticas de prostituição. Exemplificativamente, ao pensar a prostituição em Sergipe, Amando Fontes em *Rua do Siriri* (1937) aborda, além das práticas de meretrício, contextos políticos e sociais do início do século XX em Aracaju por meio das vivências cotidianas da ficção. Levando em consideração as questões abordadas por Fontes ao longo da obra, que de modo algum comprehendem a totalidade

das mazelas da prostituição em seu cerne, deve-se ter em mente que se trata de uma narrativa construída a partir de representações formuladas pelo autor e que apresentam tendências de uma perspectiva masculina e burguesa. Todavia, essas mesmas perspectivas são capazes de reforçar a contradição e a necessidade de repensar o termo “mulher de vida fácil” dado o determinado contexto das mulheres da rua do Siriri, e que muitas vezes reflete a realidade.

Fontes narra a trajetória das personagens em suas vivências na vida de meretrício, descrevendo a miséria, a exploração e as dores de ser uma mulher-dama. Contudo, de maneira suavizada e até pretensiosa no que diz respeito à vida de mulheres-damas pobres, negras e advindas do interior sergipano, em um período de higienização social, como são as personagens do livro. O grau de culpabilidade da “perdição das mulheres” é abordado na narrativa de maneira sexista. Ainda que os homens sejam retratados, na narrativa, na posição de traidores e vilões, a culpa recai sobre as mulheres pela “ingenuidade” de entregar-se, assumindo as implicações de ser uma “mulher perdida”.

É importante frisar que o papel social feminino no período em que se é narrada a história é um fator de extrema relevância para compreender a submissão da mulher ao sistema patriarcal, visto que é ele que molda os comportamentos femininos, desmoralizando e excluindo mulheres solteiras que não são mais virgens, atribuindo-as o rótulo de mulheres “perdidas”. Além de tudo, isenta os homens do seu papel de financiadores das práticas de meretrício, tendo em vista que são eles os que mais consomem a prostituição, aprisionando essas mulheres socialmente, moralmente e economicamente ao domínio patriarcal.

## 2. DESENVOLVIMENTO

### 2.1. LITERATURA NO SÉCULO XX E A ABORDAGEM DA PROSTITUIÇÃO

Quando se pensa em literatura brasileira no século XX é impossível não vir à mente o Modernismo, o qual é dividido em três fases. A primeira tem como foco a ruptura com as tradições existentes na literatura, buscando entender a essência da nacionalidade brasileira e trazendo personagens marginalizados. A segunda trouxe autores extremamente engajados politicamente, com diversas obras de denúncia da situação do Brasil e, assim como a fase anterior, sujeitos oprimidos. A terceira fase, por

sua vez, tem como uma das características a introspecção, em que se sabe o que está passando dentro da cabeça do personagem, sendo assim mais psicológica e subjetiva.

Já quando se pensa o papel da prostituta na escrita modernista, a professora Eliane Robert Moraes, defende que a meretriz aparece em obras de quase todos os autores do período, assim como também é parte estruturante dessas (QUEIROZ, 2016). Isso pelo fato de o Modernismo utilizar figuras esquecidas para participar de suas obras, e o meretrício, mesmo sendo uma atividade consumida e conhecida por muitos, é um ofício marginal.

O Modernismo brasileiro entende a posição da prostituição como um ponto em que se poderia tratar da sexualidade de forma mais livre, já que a profissão abria a possibilidade de dar vazão às mais estranhas e improváveis fantasias (QUEIROZ, 2016). Era uma contraparte das regras morais existentes na sociedade, pois essas se aplicavam às moças de família, não entrando no mundo do meretrício, como aponta Berta Waldman (2012, p. 31):

Recoberta de múltiplas imagens, repositório de atributos como independência, licenciosidade e poder, a prostituta é uma figura que brota no solo da modernidade associada à liberalização dos costumes, à desconexão com os vínculos sociais tradicionais e à multiplicidade de novas práticas sexuais.

Em seu projeto *Figurações literárias da prostituta no Modernismo brasileiro*, Moraes percebe que a crítica literária brasileira tem forte tendência de interpretar a partir da realidade social do país. Entretanto, ela demonstra que o erótico não pode ser visto a partir dessa perspectiva, pois as representações do meretrício tidas na literatura são produtos das interpretações e caprichos dos autores, não sendo, então, um retrato da realidade. Desta forma, a prostituta da literatura, segundo a autora, não pode ser vista como uma mulher real, mas sim uma impressão dos desejos dos que a descrevem.

A prostituta também aparece como uma figura que caminha ao mesmo tempo entre o sagrado e o profano. Segundo Ariágda Moreira (2007) a literatura mostra o universo da prostituta como um espaço de luxúria, profanação e desregramento moral e social. Assim, é identificado como “mundo demoníaco”, o qual muitas vezes vai entrar em conflito com o “mundo divino”, ou seja, uma “casa de família”, lar da decência, civilidade e higiene.

O encontro entre os mundos é observável na obra *Amar verbo intransitivo*, de Mário de Andrade (2002), autor da primeira fase modernista, que mostra uma prostituta sendo contratada para ser “professora de amor” de jovens burgueses. Nesse contexto, a “desviada” representa o demoníaco, e o lar onde ela vai para ensinar esses garotos representa o divino, acontecendo assim a permeação entre os universos. Desta forma, Moreira conclui que a representação da prostituta não se limita ao prostíbulo, pois em diversas obras vai ocupar vários outros espaços, derrubando várias vezes as barreiras entre o sagrado e o profano.

Agora, faz-se necessário perceber o meretrício literário a partir dele mesmo. Neste sentido, o primeiro exemplo é *Tereza Batista cansada de guerra*, de Jorge Amado (2000), autor da segunda fase modernista. A obra tem como roteiro a vida de Tereza, que quando criança foi vendida ao coronel Justiniano, o qual a usa para realizar todos os seus desejos. Não suportando a situação, a protagonista assassina o coronel e se vê obrigada a ingressar no meretrício (FIGUEIREDO, 2005).

Tereza é representada como uma mulher de personalidade forte, abençoada pelos orixás, que não tolera abusos e que vê a prostituição com uma frieza, encarando o ofício apenas como fonte de renda, não de prazer (FIGUEIREDO, 2005). Ela é um forte exemplo da desconexão com os vínculos sociais tradicionais, já que era uma pessoa que ia contra os padrões exigidos socialmente na época. Exemplo disso é, em primeiro lugar, o seu ofício e, depois, suas ações, como quando bateu em um homem que agrediu uma mulher na sua frente e quando contribuiu na erradicação da epidemia de varíola em uma cidade sergipana.

Jorge Amado não traz apenas Tereza como prostituta em seus livros, representando o meretrício em vários outros momentos, como nas obras *Pastores da Noite*, publicada em 1964, e *Suor*, publicada em 1934. Assim, é perceptível como as “desviadas” eram temas frequentes, justamente por conta da tendência em retratar pessoas marginalizadas.

Já pensando a terceira fase, Clarisse Lispector em *Praça Mauá*, conto da coletânea *A via crucis do corpo*, também trata da prostituição. Vejamos:

O jogo de metáforas no texto, empreende a prostituição como uma das máscaras do feminino, um subterfúgio da mulher, utilizado para assumir uma nova posição, na qual se pode viver a própria sexualidade, e até mesmo, a própria feminilidade (BORBA, RODRIGUES e SANTOS, 2018).

Borba, Rodrigues e Santos (2018) entendem que, no conto, Clarisse defende a prostituição como subterfúgio para que as mulheres vivam sua sexualidade de forma livre e assumam o controle pelo seu próprio corpo. A protagonista, além do meretrício, também vive uma crise existencial sobre sua condição feminina, já que é apontada como menos mulher que uma travesti.

Por fim, é perceptível que os autores do século XX exploram bastante o tema da prostituição. Além dos citados, vários outros escritores — sendo do Modernismo ou não— abordaram o meretrício, como Carlos Drummond de Andrade, Vinícius de Moraes, Cora Coralina, Nelson Rodrigues, Graciliano Ramos, José Lins do Rego e Amando Fontes.

Ainda que de formas distintas, a arte usa da prostituta como um dos exemplos de marginalizados socialmente, propondo fortes reflexões, principalmente sobre a pobreza, violência e sexualidade. O corpo e vivência da meretriz aparecem na literatura do período como um espaço livre para novas histórias, as quais não ficarão presas na moralidade social exigida das “meninas de família”, podendo então ser uma expressão das fantasias mais profundas dos escritores, mesmo que não representem a realidade da vida da “desviada”.

## 2.2. MULHERES-DAMAS DA RUA DO SIRIRI: A VIVÊNCIA E AS TRAJETÓRIAS DAS PROSTITUTAS NA OBRA DE AMANDO FONTES

Transferindo-se a objetiva para Sergipe, a obra que se tem em vista por abordar a temática da prostituição é *Rua do Siriri*, de Amando Fontes. Embora escrita em 1937, focaliza o período que vai de 1918 a 1925, tem como momento inicial da história do livro a realocação do meretrício: as prostitutas, antes localizadas na rua Estância, na região central e muito movimentada de Aracaju, são obrigadas à mudança para a rua do Siriri, mais distante e mais assimétrica. Essa rua para onde se deslocam essas mulheres vira, então, palco dos inúmeros acontecimentos que desvelam, a partir do olhar do autor, a vida das prostitutas de Aracaju, marcada pela violência, pelo medo, pela vergonha, mas também, em certa medida, por uma infeliz aceitação do destino e de sua suposta condição inferior, oriunda de seu sexo.

*Rua do Siriri* não é a obra de maior sucesso de Amando Fontes, perdendo para *Os Corumbas*, publicado em 1933 e também com temática social, lançando o olhar para

a classe trabalhadora sergipana do início do século XX. Ressalta-se, porém, que o próprio Fontes não era oriundo dessa camada da sociedade. Nascido em São Paulo em 1899, vem a Aracaju aos cinco anos de idade, quando da morte de seu pai, e passa a infância transitando da fazenda de seus avós para a capital. Estudou inicialmente na escola particular de Zizi Cabral, mas aos dez anos foi admitido no Atheneu Sergipense (FONTES, 2003). Aos 15, trabalhou como revisor do *Diário da Manhã*, jornal de Aracaju, e durante sua vida atuou como agente fiscal do imposto de consumo (1922), além de ter sido eleito por três vezes deputado por Sergipe (em 1934, 1946 e 1950), sendo inclusive um dos signatários da constituição de 46. Faleceu em 1967, dois anos depois de ter se aposentado de seu cargo no Ministério da Fazenda (FONTES, 1989). Entende-se, portanto, que a narrativa é pontuada pela visão masculina e burguesa do autor, a qual apresenta tendências que podem ser verificadas nos discursos das personagens e mesmo no desenrolar das trajetórias dessas mulheres e da própria história.

Tomemos como exemplo a história de Esmeralda, personagem que se mantém ao longo de toda narrativa. Assediada pelo cunhado, acaba cedendo às investidas e, quando o caso é descoberto pela irmã, sai da casa onde morava e implora ao amante que não a deixe e que a sustente. Outra, Mariana, descrita em posição de certa liderança da casa em que vive com outras prostitutas, depois de perder o marido na Guerra do Contestado e o filho ainda recém-nascido, vai trabalhar em uma fábrica, mas acaba se envolvendo com o ex-patrão de uma casa onde trabalhou. Nenen, por sua vez, acaba “perdida” porque acreditou nas promessas de casamento, e é expulsa de casa quando conta tudo para o pai. Para todas essas personagens, o discurso que se segue após a revelação de suas histórias é o mesmo, e muitas vezes parte delas próprias. Esmeralda se autoclassifica como “ruim”, “doida e “safada” por não aceitar o abandono daquele que a desonrara, enquanto Nenen ouve que o pai “não queria uma perdida perto das inocentes” (FONTES, 1989, p. 56). E, enfim, é Mariana que profere uma das frases mais impactantes da obra, fazendo referência à sua própria história e sinalizando o pensamento corrente a respeito dessas “moças perdidas”: “junto de um homem com desejo, a mulher não vale é nada” (FONTES, 1989, p. 26). A mulher, então, é colocada como um ser frágil até na hora de “resistir às tentações”, e essa fragilidade já dá base o suficiente para colocar nelas toda a culpa.

O discurso condenatório das mulheres encontra sua contraparte nessa mesma obra, muitas vezes partindo das mesmas personagens que outrora tinham levantado argumentos contra suas próprias condutas. A mesma Esmeralda, que tanto falou de si própria, é a que relativiza a prostituição e a compara com a vida das mulheres casadas, expressando o pensamento de que não há diferença entre uma e outra: “que mal faz que uma mulher receba um homem dentro de sua casa e vá com ele para a cama? As casadas aqui do lado, de defronte, não fazem o mesmo com os que são maridos delas?” (FONTES, 1989, p. 11). E quando Nenen, uma das inquilinas de Mariana, se recusa a deitar com um homem negro, conhecido de seu pai, é a moça mais velha que a defende. Mariana, então, esbraveja que a “mulher-dama” não perde seu direito de ter vontades, e tampouco vira coisa ou bicho somente por viver da prostituição (FONTES, 1989). Também é Mariana que discursa sobre a colega Tita, que durante toda a obra é descrita como influenciável, de fácil tendência a se apaixonar pelos homens que a visitam, assim como se deixar rebaixar por eles. As companheiras de Tita, em diversos momentos, se colocam entre ela e o homem com que ela está envolvida, defendendo-a de maus tratos e agressões. Essa proteção, não obstante sua frequência, não isenta as personagens de julgamentos, apontando a culpa de Tita nos ciclos de violências nos quais se vê envolvida.

Tratando agora do cotidiano sofrido das prostitutas de *Rua do Siriri*, Amando Fontes não poupa recursos para apontar a vivência permeada pela violência — simbólica ou física —, pela doença, pelas dificuldades financeiras e pelo afastamento dessas mulheres da ordem tradicional da sociedade, como a família e a religião. Vejamos esses pontos um a um.

A violência, já vista anteriormente nos discursos das próprias personagens, faz parte da história e do cotidiano das meretrizes do livro. Djanira, menina de 15 anos recém-completos que vai morar com Mariana, denota já por sua pouca idade a vivência dura que tinha, indo para o meretrício ainda muito jovem e surpreendendo inclusive prostitutas já mais velhas. A personagem Branca cai na prostituição porque foi estuprada, e mesmo assim se culpa, dizendo que tinha dado um mal passo na vida. Seu discurso é esclarecedor:

Mas o pior de tudo — eu confesso — era quando Venâncio se lembrava de me fazer os seus carinhos. Aí, então, tudo o que tinha se passado com o outro

me voltava de novo ao pensamento e era como se eu estivesse repetindo o mal que havia cometido. [...] De uma vez, não pude me conter, e quando ele me beijava e alisava os meus cabelos, desandei num pranto doido, deixando o pobre estatelado de espanto. Nem sei qual foi a desculpa que inventei. (FONTES, 1989, p. 112)

Branca sofre pelo trauma da agressão sexual e, mantendo o discurso preponderante no livro, transfere a culpa para si própria e não para o agressor. A violência se acentua ainda mais quando se percebe que essa personagem abandonou o marido — que, pela narrativa, a amava e era amado por ela — e passa a sobreviver como prostituta, tendo o sexo, o mesmo que a vitimara, como elemento para sua renda. Isso denota o pensamento do período: a mulher, mesmo sendo vítima, ainda é a que sofre as consequências mais drásticas, perdendo tudo que antes tivera, e que é exilada — nesse caso, mesmo por vontade própria — de uma sociedade que deveria acolhê-la em sua dor. Amando Fontes não se detém o suficiente na história de Branca para esclarecer isso em seu livro, mas imaginemos o quanto potencializado seu trauma deve ter sido por conta da nova vida a qual foi condenada, e mesmo como deveria ser, para ela, a possibilidade de vivenciar sempre a violência a qual foi submetida.

As agressões também se refletem, na obra, no trato com as prostitutas. Em certa passagem, Mariana e Esmeralda recebem a visita de Chico Preto e alguns de seus amigos, todos já conhecidos pelas moças. Ele, ao ser respondido com rispidez por Esmeralda, dá-lhe um forte puxão de cabelo: “Sempre mal-criada, esse diabo — comentou Chico Preto, dando um violento puxão, de brincadeira, nos cabelos penteados em trança da mulher.” (FONTES, 1989, p. 78). Como poderia um puxão violento ser “de brincadeira”? Vê-se, então, a falta de limites que muitas vezes caracteriza o trato desses “clientes” em relação a essas mulheres.

O cotidiano de violência muitas vezes se reflete nos assuntos de doença e de morte. Djanira, a menina jovem já mencionada, contrai cancro sifilítico, uma infecção sexualmente transmissível causada pela bactéria *Haemophilus ducreyi*, que deixa o doente com feridas múltiplas, dolorosas e purulentas, nos órgãos genitais. Há, ainda, a possibilidade de que apareçam nódulos.<sup>1</sup> Quando visitada por Mariana e Esmeralda,

<sup>1</sup> O Manual MSD, em versão digital, inclusive aponta como medida profilática “evitar práticas sexuais insecuras, tais como trocar de parceiros sexuais com frequência ou ter relações sexuais com prostitutas ou parceiros que possuem outros parceiros sexuais”. MORRIS, Sheldon R. Cancro Mole. **Manual MSD**. Jan. 2021. Disponível em:

depois de ter fugido do Hospital, está esquelética e com as articulações rígidas, mas o que verdadeiramente choca suas companheiras é o fato de ainda se utilizar da prostituição para a própria sobrevivência, mesmo com a doença que carregava (FONTES, 1989, p. 66). Belisana, por sua vez, vai para o Rio de Janeiro, onde muda de vida até que adoece. Vai parar no Mangue e, segundo Angelina, “descer mais baixo do que aquilo, ninguém pode. Quem vai pra ali não é mais mulher: de corpo e alma é um bagaço... [...] Lá, toda mulher é uma escrava: faz tudo quanto é porcaria que dá na veneta dos homens” (FONTES, 1989, pp. 106, 107). Tanto Belisana como Djanira acabam no zênite da degradação, sofrendo com as mazelas do corpo doente e com as exigências dos clientes sem pudor e sem consideração por seu sofrimento. De Belisana não se sabe o que aconteceu; Djanira, porém, morre dois dias depois da visita das antigas companheiras, sendo enterrada sem a presença de ninguém que a conhecesse ou que pudesse velar seu corpo.

Outras duas mortes também são relevantes: Tita, em primeiro lugar, morre depois de tomar permanganato, findando um ciclo de violência e agressões apenas com o fim de sua própria vida. Mariana, por sua vez, falece depois de conviver anos com uma doença respiratória, de modo muito resignado, mas ainda com grandes doses de sofrimento, dizendo que “doença é luxo em mulher-dama” (FONTES, 1989, p 109). Deixa nada mais que um vestido, um pente, uma caixa de pó e um cordão com a medalha de Nossa Senhora do Socorro, herdados por Esmeralda, que diz: “É *tudo*, mesmo. *Tudo* que uma mulher-dama deixa, quando morre...” (FONTES, 1989, p. ). Mariana morre depois de uma vida permeada de dor, sem nada que deixar para as que lhe estimavam, com um enterro que, se não fosse a aparição da amiga Madá, teria como únicos presentes o coveiro e os trabalhadores do hospital. A tragicidade de todas as mortes e destinos apresentados revela o pensamento de que o final da prostituta era quase sempre ruim, desamparado e insustentavelmente triste.

Amando Fontes também retrata as dificuldades financeiras dessas mulheres, fazendo referência inclusive às consequências da mudança da rua Estâncio para a rua de Siriri, mais longe e menos estruturada do que a outra, o que certamente afetaria a chegada da clientela. Isso também se evidencia na passagem que fala sobre a

---

<https://www.msdmanuals.com/pt-br/casa/infec%C3%A7%C3%B5es/doen%C3%A7as-sexualmente-transmiss%C3%ADveis-dsts/cancro-mole> Acesso em: 19 nov. 2021.

paralisação dos negócios, a qual gerou severas consequências, entre elas a fome que entrou em muitas casas (FONTES, 1989, p. 76). Para as prostitutas mais velhas, a situação é ainda pior, visto que acabam rejeitadas pelos homens, como é pontuado em diversas passagens do livro.

Por fim, o conflito com a ordem social burguesa também é abordado, podendo ser visto na questão da mudança das ruas, colocada à frente pela polícia. Esta é também retratada no livro em sua tarefa modernizadora e higienizante que, nas palavras de Esmeralda “em vez de garantir a gente das ‘bocas’ e dos maus tratos dos fregueses, ainda persegue dessa forma” (FONTES, 1989, p. 14). No período de festas, segundo Mariana, ficam esperando para flagrar e prender aquelas que se encontram com os homens nos cantos das ruas — e que, muitas vezes, aceitam esses encontros por exigência destes.

Com relação às famílias, o que impera é o desprezo: os olhares degradadores e as saídas intempestivas causavam vergonha e desgosto às prostitutas, segundo a fala de Mariana (FONTES, p. 1989). Uma boa parcela das personagens é também descrita como avessa ao casamento e à ideia de maternidade, como é o caso de Esmeralda, que considera a gravidez um castigo divino. Contudo, Madá, em uma perspectiva mais religiosa, também argumenta sobre as benesses do casamento, dizendo que é uma forma de estar em paz com Deus, o que é uma clara referência de descontentamento à vida que leva. Também é essa mesma personagem que frequenta a Igreja, mantendo-se o mais escondida possível para que não incomode as famílias, outra sinalização da oposição existente entre a prostituição e a ordem burguesa. Madá, entretanto, não se confessa e nem comunga, porque considera um grande pecado fazer isso enquanto estiver “vivendo de seu corpo” (FONTES, 1989, p. 98). Seu discurso, portanto, finca o distanciamento das prostitutas em relação à religião: embora ela ainda a pratique, não poderá executar a tradição completamente. Seria pecado, afinal.

Enfim, a obra de Amando Fontes se caracteriza como importante fonte histórica para compreender o contexto, as perspectivas sobre as mulheres — em especial sobre aquelas que vivam da prostituição — e, em certa medida, sobre seu modo de vida. Vejamos, então, que pontes podem ser criadas entre a obra aqui analisada e a historiografia produzida.

### 2.3. TRABALHO, GÊNERO E MODERNIDADE: AS ARTICULAÇÕES ENTRE RUA DO SIRIRI E A HISTORIOGRAFIA

O objetivo deste segmento é apresentar as ligações possíveis entre a obra *Rua do Siriri* (1989) de Amando Fontes e a historiografia referente aos contextos nacional e local no começo do século XX. Trata-se de uma tentativa de fazer uma leitura de uma obra de ficção dentro de seu tempo, estabelecendo os limites entre realidade e a sua representação por meio das óticas do autor. A realidade social, quando retratada por um grupo, tem impressa em si a sua visão de mundo. Assim, as lutas pelas representações do mundo social são tão importantes quanto aquelas lutas econômicas para compreender como um grupo impõe a sua concepção de mundo (CHARTIER, 2002).

Como dito anteriormente, o livro começa sua narrativa com os meretrícios sendo realocados para a Rua do Siriri, “comprida e tortuosa, ora larga, ora estreita” (FONTES, 1989, p. 11), com calçadas desniveladas e pontos de areia, além de locais com terra alagadiça e de vegetação rasteira. Através do excerto do jornal, percebemos que esse é um projeto do delegado, que tem uma “cisma dos diabos” (FONTES, 1989, p. 10) com as prostitutas da cidade. Entretanto, apesar da realocação do meretrício, o “mal-afamado cabaré” Gato Preto permaneceu no mesmo local, uma vez que era ponto de encontro de “pessoas de influência na cidade” (FONTES, 1989, p. 26), os quais muitas vezes estavam em busca das prostitutas, que alugavam os quartos dos fundos para os encontros com os clientes.

Nesse sentido, desde o início da escrita já podemos observar uma intersecção com o momento que a cidade atravessa. O primeiro ponto, já ressaltado no começo deste trabalho, são os discursos modernizantes, quando a polícia assume o “papel civilizador”. Assim, foram as mulheres das classes inferiores que foram atingidas por esse processo, enquanto que os bordéis de luxo não foram afetados. Isso se insere numa medida de institucionalização do bordel (ENGEL, 1989), com o intuito de evitar ou restringir o contato com o restante da população. Pelas lentes de Amando Fontes, isso se traduz na fala de Esmeralda: “Mudar daqui, por quê? É o que eu pergunto: só porque tem umas famílias? Mas que bobagem! Elas estão em suas casas; nós, nas nossas. [...] Depois, a lepra que a gente tem, não pega assim de longe...”(FONTES, 1989, p. 13). Em outras palavras, o isolamento das prostitutas tem o intuito de evitar a transmissão de doenças físicas, morais e sociais.

Nessa mesma orientação, percebe-se em Aracaju uma aproximação com o centro cultural do Rio de Janeiro, o que possibilitou que as ideias da revolução científico-tecnológica de meados do século XIX desembarcassem na cidade sergipana. Assim, o projeto de modernização na capital se inicia com Inácio Barbosa já em 1855, tendo como momento de intensificação o governo de Felisbelo Freire na década de 1920. Nesse período, os melhoramentos materiais se encontram com os “mecanismos sutis de controle” (SOUZA, 2011, p. 51) sobre os indivíduos pobres, e nessa categoria, se encontram as prostitutas. A limpeza deveria também ser moral, haja vista que entre as leituras da elite influente se encontrava o darwinismo e as perspectivas eugênicas herdadas da comunidade médica do Rio de Janeiro (SOUZA, 2011; ENGEL, 1989).

Nesse mesmo sentido de uma limpeza moral das cidades brasileiras, no novo século se insere o discurso hegemônico do papel significador do trabalho. Como explicitado por Sidney Chalhoub (2012), o trabalho no período da *belle époque* brasileira (1870-1914) se insere na transição de predominante escravismo para trabalho livre, o que infere a necessidade de mudar o seu discurso: de degradante para significador, atividade que afasta o ócio e o crime. Os indivíduos pobres de Aracaju, que chegavam principalmente do interior de Sergipe e que eram anteriormente pessoas escravizadas, descendentes ou mestiços, ocupavam esse espaço de disputa dos mercado de trabalho. Para as mulheres restava um espaço de maior vulnerabilidade, já que a sua possibilidade de ocupação era limitada por ser mulher (ENGEL, 1989).

Nesse contexto, a trajetória criada por Amando Fontes para a personagem Nenen é esclarecedora: morava com o pai e as irmãs no interior de Sergipe quando, após noivar com seu primo, tem relações sexuais antes do casamento e ele foge. Como consequência, ela é expulsa de casa e busca, então, uma senhora na cidade de Aracaju, chamada Sá Inácia, que se incube do papel de cuidar da recém-chegada, mas visando ser ponte entre os homens que gostariam de ter relações sexuais com ela. Enquanto Nenen passa dias em busca de um emprego nas fábricas ou como ajudante em serviços domésticos nas casas de Aracaju, convive com o discurso de Sá Inácia: “Ser empregada em qualquer casa é ser escrava. [...] Nas fábricas, acordando de madrugada e engolindo poeira de algodão o dia todo, ainda é pior. Tire essas idéias malucas da cabeça, faz favor” (FONTES, 1989, p. 51).

Mas a razão da loucura das ideias é apresentada em seguida, pois, segundo Sá Inácia, para mulher que tem “essa marca” o caminho é a prostituição. Assim, a lógica é de uma atividade que se insere na desordem moral e social: a prostituição, o local do “*não-trabalho*” (ENGEL, 1989, p. 30), porque, ao ser voltado para o prazer e para o ócio, tal atividade deixa marcas nas mulheres que o praticam. Uma vez mulher perdida, sempre mulher perdida e o seu espaço segmentado na sociedade é o da prostituição; a redoma de proteção da família ou da fábrica é o espaço que a mulher pode existir de modo honesto e honrado.

Ao mesmo tempo, é essa marca que imprime uma dupla violência para as mulheres, porque o que havia era uma situação disseminada de miséria, mas mesmo quando a mulher se prostitui, só o faz por uma má orientação moral (ENGEL, 1989). Quando a miséria é vista como a causa da prostituição, há sempre a solução dada pelo discurso hegemônico: o trabalho — mesmo quando ele não está disponível. Mas essa mesma violência que é imposta pela sociedade às mulheres vê uma lógica repetida nos próprios padrões de violência de gênero que o autor representa no livro. Aqui entram no debate os signos e os maniqueísmos que Amando Fontes cria para narrar as suas personagens.

Então, partimos de dois marcadores, sendo o primeiro de gênero: a mulher é vista como o elo mais propício à degeneração física, moral e social, haja vista que, de acordo com o discurso hegemônico da época, seria a mulher a mais propensa a viver só dos sentidos (ENGEL, 1989). O segundo é racial: há uma proximidade do livro com o fim da escravatura, e em diversos momentos percebemos as pontuações que inserem o racismo, principalmente nas descrições. Mariana era uma “mulata; mas das boas” e “deveria haver algumas gotas de sangue branco em suas veias” (FONTES, 1989, p. 23; p. 16) ou S. Pedro, a qual os homens diziam que “se era negra na cor, em tudo o mais poucas brancas a igualavam” (FONTES, 1989, p. 73).

A construção histórica da imagem de mulheres negras passa por certos estereótipos produtores de violência que marcam o imaginário social brasileiro. O primeiro marcador que podemos atrelar com o trecho anterior de Amando Fontes é a desvalorização de mulheres negras em relação às mulheres brancas (CARNEIRO, 2002). A mulher negra, então, sofre várias sequelas na sua autoestima, o que a faz acreditar que por conta da sua identidade, vale menos no mercado afetivo. Então, a personagem

Mariana, descrita como uma mulher negra de cabelos crespos, assume a sua concepção de “eu” e é anulada frente à sua concessão após inúmeros assédios quando afirma: “Junto de um homem com desejo, a mulher não vale é nada” (FONTES, 1989, p. 21). Retomando os termos de Sueli Carneiro (2002), vale menos como mulher ou pessoa frente ao desejo masculino.

Mesmo que envolto de inúmeras insistências masculinas, é a mulher que não vale nada. Nisto se insere o questionamento de Carole Pateman, porque o desejo que é problematizado é sempre o feminino, mas o desejo masculino e seu direito a ele nunca são inseridos na pauta. Desse modo, na ótica de Amando Fontes, as vontades masculinas não são questionadas, mas o valor da mulher enquanto pessoa lhe é negado. Assim, a prostituição se insere na lógica pela qual o homem tem acesso garantido ao corpo da mulher (PATEMAN, 2020), pois o seu desejo é visto como um fato inegável.

A narrativa de Tita é um exemplo de construção de personagem em um ciclo interminável de violência. Ela, vítima do seu noivo, que a abandonou após ter relações sexuais e chegou a lhe dar uma facada (FONTES, 1989), tem a sua narrativa resumida por ser uma mulher que se apaixona pelos seus clientes e toma todas as suas atitudes em prol de homens. Ela afirma que não pode viver sem Horácio e defende Alagoinhas, mais um de seus agressores. Mesmo sendo violentada, fisicamente ou emocionalmente, Tita afirma que é livre e que gosta de quem quer, e Esmeralda, por outro lado, afirma que ela é culpada pelas violências que recebe, já que fica cega pela emoção e que, por isso, “mulher não vale nada” (FONTES, 1989). Em outro exemplo elucidativo, Branca, que mesmo após ser estuprada afirma “que a maior culpa de tudo era a mim mesma que cabia. Sim. Porque se eu tivesse resistido, gritado por socorro, o desgraçado não teria abusado de meu corpo.” (FONTES, 1989, p. 112). Aqui, a narrativa atinge, como em outras partes, o ápice da sua violência, pois na mentalidade do autor a culpa da violência contra a mulher é dela apenas. E como em outras partes do livro, não é questionado ou até mesmo abordado o perfil do agressor masculino: o silêncio do autor reflete a lógica da época.

Ao analisar os processos criminais sobre crimes passionais no Rio entre fins do século XIX e as três primeiras décadas do XX, Magali Engel (1998) afirma que os homens direcionaram as suas agressões principalmente para as mulheres com quem partilhavam uma vida em comum. Assim, Tita não se insere como exceção para a regra de violência

de gênero da época, haja vista que relações baseadas em uma concepção de desamor e de violência eram comuns. Assim, a literatura de Amando Fontes faz coro aos médicos e juristas que enaltecia a virgindade feminina como sinônimo de honra (ENGEL, 1998), colocando como motivo para a violência contra Tita seu envolvimento com outros homens que não o amante, ou seja, denotando a concepção patriarcal da mulher como propriedade. Demonstra, também, a rejeição que as mulheres negras sofrem no mercado afetivo (CARNEIRO, 2002): na ausência de outras opções de afeto, acabam aceitando aquilo lhes é oferecido. A liberdade que Tita, descrita como “morena” (FONTES, 1989, p. 27), afirma ter no seu afeto acaba entrando, então, nos limites impostos pela sua época.

A concepção de feminilidade hegemônica também se apresenta quando as personagens Esmeralda e Mariana discutem a maternidade. Ao se encontrarem com S. Pedro, que voltou a se prostituir porque o seu amante a abandonou quando soube que ela estava grávida, as duas personagens tecem a sua visão sobre o que seria ser mãe. Para Esmeralda, é uma desgraça e um castigo de Deus; em contrapartida, Mariana, que viveu uma grande tristeza após a morte do marido e chegou a pensar em suicídio, sentiu alegria enorme quando se percebeu grávida e desistiu de se matar. Depois de parir, não teve capacidade de explicar o que sentiu, apenas felicidade e afeto pelo bebê (FONTES, 1989).

Novamente, a narrativa do autor se encontra com o discurso hegemônico, no qual a identidade feminina é construída a partir dos ideais de maternidade e casamento. Mariana só concebe a sua existência possível dentro da concepção da sua identidade enquanto mãe, sendo evidente o seu papel maternal com as outras personagens. Há que se pontuar, também, que há o marcador no imaginário brasileiro da figura da “mãe preta” (CARNEIRO, 2002, p. 173), o que também promove a violência racial. A noção de uma maternidade compulsória é legada às mulheres negras desde a escravidão com a imagem da ama de leite, na figura da “boa ama” (CARNEIRO, 2002, p. 174). Assim, diversas vezes no texto, Mariana é aquela que aparece como conselheira, cuidadora e provedora para as outras personagens, de modo que o perfil maternal lhe é apontado constantemente, seja por um lado mais amoroso, seja por um lado mais disciplinador.

Aqui se verifica a lógica de que a mulher é apenas respeitada como humana dentro da identidade mãe/esposa (BEAUVIOR, 1980). Tita, sem um amante a quem

servir, se mata; Mariana, morrendo o marido e em seguida o filho, não é capaz de se manter no meio dito honesto do trabalho, caindo na prostituição e, assim, sofrendo as penas de um ser despossuído de sua humanidade: a violência, as agressões e uma vida vivida a partir do único patrimônio que ainda lhe resta, que é o corpo. Assim, o que ocorre é a desumanização: fora dos arquétipos de esposa e/ou mãe que serve ao patriarcado, essas personagens são despidas de qualquer outro elemento que as compusesse.

Assim, como afirma Mikhail Bakhtin (1997), não se pode separar a literatura do resto da sua cultura, ou apenas relacioná-la aos fatores socioeconômicos. A literatura enquanto gênero de discurso secundário, complexo, transmuta e absorve aqueles que são os gêneros primários, que incluem a comunicação verbal espontânea (BAKHTIN, 1997). Desse modo, o romance é compreendido como um fenômeno da vida literário-artística. Logo, para uma compreensão da literatura, é necessário conhecer os elementos culturais dos quais ela faz parte. Não é possível isolar Amando Fontes de sua época, de sua cultura e da sua identidade e, então, assumir que ele dá voz a um grupo marginalizado. O autor, provavelmente, segue os discursos hegemônicos de representação da realidade social de sua época. Portanto, não é a prostituta que fala de si, é Amando Fontes que fala sobre ela, através das personagens que construiu. E a partir desse discurso é possível mapear os pontos de intersecção da literatura com o ideário hegemônico da época.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista as questões abordadas, comprehende-se a necessidade de analisar os discursos socialmente construídos acerca da prostituição, a fim de superar estereótipos notadamente solidificados por uma estrutura burguesa e patriarcal, debatendo-a a partir do seu cerne de dominação-exploração. Não há, dessa maneira, benefícios à mulher prostituta: esta se encontra em um dilema constante entre a busca pela sobrevivência e a busca pela dignidade em uma estrutura sistematizada em termos racistas, patriarcais e hierárquicos. Estes, ao mesmo tempo que as inserem nessa relação de dominação-exploração, financiam a sua permanência com a compra do consentimento feminino aos desejos masculinos. Do mesmo modo, excluem-nas socialmente e moralmente, aprisionando-as à prática da prostituição como

supostamente a única forma possível de sustento, fator responsável por engendrar historicamente práticas de dominação, de discriminação e consequentemente, de naturalização da violência física e moral contra as mulheres.

Considera-se, portanto, que não haveria exploração pressupondo-se a ausência de um sistema hierárquico e exploratório. Cabe, diante disso, refletirmos e identificarmos os reais fatores sociais e psicológicos das relações de prostituição para assim compreender as verdadeiras raízes da exploração sexual de meninas e mulheres, analisando a influência da ordem patriarcal no intermédio da criação e sustentação desse processo.

## REFERÊNCIAS

- AMADO, Jorge. **Tereza Batista cansada da guerra.** Rio de Janeiro: Record, 2000.
- ANDRADE, Mário de. **Amar, Verbo Intransitivo: Idílio.** Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 2002.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal.** São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BEAUVIOR, Simone de. **O Segundo Sexo.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BORBA, Lucas Leite et al. **A mulher e seus nomes: percursos da feminilidade em Clarice Lispector.** Anais XIII CONAGES, Campina Grande: Realize Editora, 2018.
- CARNEIRO, Sueli. Gênero e raça. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. , Sandra A. **Gênero, democracia e sociedade brasileira.** São Paulo: Fund. Carlos Chagas, ed: 34, 2002.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações.** Trad. Maria Manuela Galhardo. Algés: DIFEL, 2002.
- ENGEL, Magali Gouveia. Paixão, Crime e relações de gênero (Rio de Janeiro, 1890-1930). **Topoi**, Rio de Janeiro, n.1, pp. 153-177.
- ENGEL, Magali. **Meretrizes e Doutores:** Saber médico e Prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.
- ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da belle époque.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- FIGUEIREDO, Viviane Arena. Caminhos cruzados x Atitudes opostas: imagens eróticas em Lucília e Tereza Batista cansada de guerra. **Revista Garrafa**, v.7. set/dez, 2005.

- FONTES, Amando. **Os Corumbas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.
- FONTES, Amando. **Rua do Siriri**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1989.
- SOUZA, Antonio Lindvaldo. O Discurso da Modernização de Aracaju e as Epidemias nas Primeiras Décadas do Século XX. **Ponta de Lança**. Ano 4, n.8, p. 45-53. Abr 2011 - Out 2011.
- LISPECTOR, Clarice. A Via Crucis do Corpo. In: \_\_\_\_\_. **Todos os contos**. Rio de Janeiro: Rocco, 2016.
- MOREIRA, Ariágda dos Santos. O espaço da prostituta na literatura brasileira do século XX. **Calígrama**, Belo Horizonte, v.12, p. 237–250, 2007.
- PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. São Paulo: Paz e Terra, 2020.
- QUEIROZ, Christina. A figura poética da prostituta. **Revista Pesquisa FAPESP**, São Paulo, n. 241, p. 82-85, mar. 2016.
- WALDMAN, Berta. Entre braços e pernas: Prostitutas estrangeiras na literatura brasileira do século XX. **Remate de Males**, Campinas, SP, v. 22, n. 2, p. 25–53, 2012.

# CAPÍTULO IV

## ENTRE LUTAS E SILECIAMENTOS: GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL NO COTIDIANO ESCOLAR

BETWEEN STRUGGLES AND SILENCES: GENDER AND SEXUAL DIVERSITY IN EVERYDAY SCHOOL LIFE

DOI: [10.51859/amplia.cfg3217-4](https://doi.org/10.51859/amplia.cfg3217-4)

Liliann Rose Pereira de Freitas<sup>1</sup>

Rosilene Dias Montenegro<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Especialista em História do Brasil pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Professora da Educação básica da Rede Estadual de Ensino da Paraíba e do Município de Pocinhos/PB. Atualmente desenvolve pesquisa na área de História Cultural com ênfase nos estudos de Gênero e Educação.

<sup>2</sup> Professora Titular em História na Universidade Federal de Campina Grande. Tem Pós-Doutorado em Dinâmicas territoriais do desenvolvimento e regionalizações pelo PPGE/UFP (2020). Atua no curso de Graduação em História e na Pós-graduação em História da UFCG. Tem experiência na área de História do Brasil República, com ênfase nos temas: memória, história oral, História da ciência e tecnologia, estudos de gênero, políticas públicas e desenvolvimento regional.

### RESUMO

Questões de gênero e de diversidade sexual têm sido tratadas, no espaço escolar, como temas geradores de tensões e silenciamentos. Considerando que a diversidade, como tema e em todas as suas dimensões, precisa ser inserida nas ações educativas do espaço escolar, deve-se perguntar como ela ocorre quando as abordagens evidenciam questões de gênero. O objetivo deste artigo foi de compreender como o gênero e a diversidade sexual são evidenciados no cotidiano escolar de professores(as) de escolas da rede estadual de Campina Grande (PB). Consideramos que é de suma importância reconhecer as experiências, como esses(as) profissionais as constroem e os lugares sociais que as envolvem. Para tanto, aportamos no conceito de experiência de Larrosa (2002); Hooks, (2017), assim como, a perspectiva teórica de Foucault (1988) ao repousar suas análises sobre as questões que envolvem a sexualidade. Quando voltadas para a realidade educacional brasileira, aportamos nossas críticas em Louro (2001); Junqueira (2009); Veiga-Neto (2006). Neste estudo, foram utilizadas fontes primárias, por meio de entrevistas obtidas com professoras e professores da rede estadual de ensino da cidade de Campina Grande(PB) (MEIHY;

HOLANDA, 2015). Permeamos nossa discussão em como as questões relativas a gênero e diversidade sexual são tratadas e como são, com ênfase nos lugares sociais e políticos assumidos por esses(as) profissionais em relação às normatizações e aos disciplinamentos entre o dito e o interdito, entre aceitações e resistências e de quem e como fala sobre gênero e diversidade sexual nas escolas, de quem é silenciado e silencia-se.

**Palavras-chave:** Estudos de gênero. Diversidade sexual. Experiência. Educadores.

### ABSTRACT

Gender and sexual diversity issues have been treated in the school environment as themes that generate tensions and silencing. We consider that diversity as a subject in all your dimensions need to be included in school environment education actions we need to ask ourselves how it happen when the approach point to gender issues. The goal of this article was to understand how gender and sexual diversity were pointed in the daily school life of state school teachers in Campina Grande (PB). We consider that it's substantial importance to know the experience of those teachers are built in all of the social

places that envolve them. Nowing that we based in the concepts of experience of Larrosa (2002) Hooks, (2017) as well on the teorical perspective of Foucault (1988) on his analyzes about sexuality issues. When we come back to the brasiliand education reality we based our critisimo in Louro (2001) Junqueira (2009) Veiga- Neto (2006). On this article were used primary sources through interviews with state school teachers of Campina Grande (PB) (MEIHY; HOLANDA, 2015). We directed our discusses in how the issues related with gender

and sexual diversity are trated and how are trated in ênfases on the social and political places assumed by thouse professionals related to the regulation and disciplinarization between the spoken and non spoken amoung the acceptance and resistence of who and how it's talked about gender and sexual diversity in the schools of who it's silecens and it's sileced.

**Keywords:** Gender studies. Sexual diversity. Experience. Educatores.

## 1. INTRODUÇÃO

Potenciais respostas as questões de gênero e diversidade sexual no campo educacional não se estabelecem facilmente. Essa é uma interrogação que paira no universo escolar como uma música que demora a sair de nossos ouvidos, numa frequênciia nem sempre assimilável. Falar de gênero e diversidade sexual na escola significa, sobretudo, descortinar padrões e lidar com imposições diárias de práticas e normas que insistem em se naturalizar.

Neste artigo, essas travessias são enviesadas por discursos plurais de quem, no cotidiano escolar, busca por respostas, mesmo que ofereça algumas, e que, constantemente, veja-se interrogando e sendo interrogado, sob os alicerces onde se postou sua prática pedagógica. Embora a educação tenha evoluído bastante, ela é feita por pessoas, por isso mesmo é, frequentemente, levada a sentar-se no banco dos réus para ser questionada, julgada. É nessa senda conflitante que eles\elas coexistem, ora se aproximando e se aliando, ora se tornando opositores e antagonistas da ação. Por essa razão, o cotidiano escolar não pode ser pensado nem descrito numa só voz, num só aceno.

Discursos, práticas e suas consequentes experiências a serem aqui descritas são consubstanciadas pelas vivências individuais que são coletivizadas, mesmo que não possam ser vistas de forma unificada ou homogeneizada. Ao contrário, são sujeitas e assujeitadas no lugar onde ocorreram, nos cenários onde se apresentaram e no contexto social e político em que se situam. Assim, os(as) colaboradores(as) mencionados e que espontaneamente aceitaram contribuir com seus relatos, puderam expor seus pontos de vista, em suas entrevistas. Optamos assim por identificá-los com nomes fictícios para preservar suas identidades. Para tanto, escolhemos personagens dos clássicos da

literatura brasileira como, Capitu (Dom Casmurro), Helena, Gabriela Cravo e Canela, Bibiana e Rodrigo (O Tempo e o Vento), Pedro (Capitães de Areia), Aurélia (Senhora), Fabiano (Vidas Secas). Na medida do possível, os personagens foram associados(as) ao perfil dos(as) professores(as) que participaram do estudo.

A utilização das fontes orais, a partir das narrativas dos(as) profissionais entrevistados(as) construiu uma ponte necessária entre a experiência de quem vive esse “chão da escola” e os mecanismos legais que norteiam a educação básica. Os discursos, muitas vezes, transbordam o que está no documento, e as falas situam lugares – os silêncios também. As narrativas apresentadas foram potentes recursos para esta pesquisa, porque nos forneceram pistas que, nem sempre, podem ou poderão ser vistos em documentos oficiais. Dessa forma, reforçamos a importância da História Oral como procedimento metodológico para o(a) historiador(a), visto que reconhecer como essas vivências são construídas, seja pelas histórias de vida que a compõem ou nas práticas pedagógicas dentro e fora de sala de aula, leva-nos a compreender como essas vivências no cotidiano escolar tomam sentido ao direcionar seus olhares para si mesmos.

## 2. OS RUÍDOS E OS SILENCIOS: O SUJEITO DA EXPERIÊNCIA

As palavras exercem uma forte influência sobre o que fazemos, sobre o modo como conduzimos nossos posicionamento e como nomeamos nossas práticas, como profissionais da educação. Palavras não só são palavras, elas também são corpo e tecido social, e “o homem é palavra. [...] o homem se dá na palavra e como palavra” (LARROSA, 2022, p. 17). As palavras tanto podem costurar algo novo quanto criar emendas, mas também podem ser rasgos. Elas se transformam em enunciados de coisas que já nos foram ditas e atribuem significado ao que somos, porque quem fala quebra os silêncios. Ressalte-se, contudo, que, em se tratando do cotidiano escolar, dentro ou fora de sala de aula, muitos(as) elegem suas falas a partir do lugar que ocupam em determinados espaços ou de como fazem parte dele.

Notadamente, temos visto que grande parte dos discursos circulantes no espaço escolar tem se ancorado em visões morais/religiosas, produzindo discursos heteronormativos e influenciando práticas e decisões administrativas dentro da escola. Os canais de diálogo têm caminhado, cada vez menos, junto com as famílias, para alargar e aprofundar as questões de gênero e para cercear e controlar ações mais inclusivas.

Essa realidade tem emergido em muitas escolas brasileiras e vem levando muitos(as) professores(as) a recuarem em suas falas.

Esse contexto educativo e discursivo gera desinformação e invisibilidades e torna o ambiente escolar excluente e menos seguro para a existência da diferença. Tendo em vista esse cenário, precisamos entender como todo esse movimento, que é menos linear e mais circular, ocorre, quando as questões de gênero e diversidade sexual são vivenciadas e se intercruzam em diferentes situações na vida desses(as) profissionais que atuam na educação básica. Sabemos que situações adversas atravessam esse tema. Por essa razão, investigar “como” e onde ele se inscreve, em quais contextos aparece e desaparece, nas estratégias pedagógicas desses(as) professores(as) ou em outras vivencias que influenciaram essas práticas, é um percurso necessário. Desse modo, convergimos nossos questionamentos no sentido de compreender como esses(as) professor(es) percebiam e como percebiam esses temas em suas práticas pedagógicas.

No relato da professora de Biologia, Gabriela, essas discussões aconteceram de forma atribulada, gerada pelas recorrentes brigas na escola onde leciona. Inquieta com os casos de violência que ocorriam cotidianamente, foi, aos poucos, interligando os pontos de conflito que motivavam as agressões, que não eram tão somente psicológicas, mas também físicas. Ao mudar seu enfoque metodológico, que era voltado para o meio ambiente com a horta na escola, deu início a um trabalho com gênero e diversidade sexual, embora, em suas aulas, evidenciasse conteúdos voltados para os métodos contraceptivos e infecções sexualmente transmissíveis, com ênfase na diversidade sexual. Essa vivência é descrita da seguinte forma:

Eu comecei a desenvolver um trabalho onde o jovem podia...eu colocava primeiro para o jovem pesquisar, eu sugeria temáticas dentro da diversidade sexual para ele pesquisar, para ele fazer grupos, eu trouxe muitos palestrantes para a escola, seminários, rodas de conversas, vídeos, a gente trabalhou com muitos vídeos, era também sugerido para o aluno fazer redações, discussões em grupo, em dupla na sala de aula, foi tanta coisa que eu fiz (GABRIELA, 2022, p. 02).

É possível observar, na exposição da professora, as implicações de um currículo flexível, em que a experiência externa do(a) aluno(a) é valorizada e, um importante recurso no processo educativo. Ao enfatizar que precedia dele(a) o recorte ou a perspectiva dos temas que iriam debater, a professora ampliou seu leque de visão, levando(a)-os (as) a construir suas primeiras impressões acerca de determinado

assunto, pois “os alunos, mesmo quando versados num determinado tema, podem ser mais tendentes a falar com confiança quando ele se relaciona diretamente com sua experiência” (HOOKS, 2017, p.118).

A docente deixou claro que sua intenção não era de obter respostas imediatas, mas de fazê-los (as) refletir sobre a diferença e as diferentes formas de ser e de pensar e a importante do respeito. A experiência descrita por Gabriela no leva aos lugares sociais e políticos ocupados por professores(as) e alunos(as) quando se permitem subjetivar suas vivências. Esses são “[...] lugares da voz, porque nelas os alunos e os professores tinham que estar presentes tanto em suas palavras como em seus silêncios. Talvez sobretudo em seus silêncios” (LARROSA, 2014, p. 07). Esses silêncios gritaram intimamente e atravessam esses corpos presentes nessa ação. Inquietaram-se e se descontinaram, seja na curiosidade de se entenderem melhor, como desejo ou como construção de suas identidades.

Por outro lado, a escola, em muitos contextos, sublinha que, nem sempre, a existência da diferença será acolhida seja de alunos(as) e/ou de professores(as). Ocorre que, em nossos dias, o sujeito da experiência imprime diferentes significados ao que vivencia, mas, em alguns casos, essa passagem por situações complexas requer dele(a) a adoção de diferentes posturas que podem ser tornar traumáticas. Quando falam sobre as questões de gênero e diversidade social no espaço escolar ou as vivenciam, significa que estão se posicionando política e socialmente. Algumas situações que envolvem práticas pedagógicas pautadas no respeito e na tolerância nem sempre são bem compreendidas pelos gestores ou pelos(as) alunos(as). Pedro (2022, p. 03) relatou um episódio que o marcou particularmente e que demonstra com mais acuidade esse contexto:

Em 2018, quando eu dava aula numa escola estadual de Campina Grande, por eu defender o uso de banheiro social dos alunos, tinha alunos trans na escola, alunos não binários, e por eu defender isso, então eu fui vítima de assédio moral pela direção da escola, na época, que acabou reverberando em outras coisas, mas o problema foi porque eu sou do candomblé, no período eu tava fazendo um projeto sobre ancestralidade indígena e negra, e também começo e eu comecei a falar dentro desse trabalho, era pra tentar incluir as pessoas trans, mostrar que dentro das civilizações também tinha pessoas trans, pessoas não binárias, que isso não era de hoje, foi que eu fui fazendo um trabalho mais específico para esses alunos. Então, comecei a ser perseguido na escola, pela direção, por causa desses motivos deu [...] ter essas discussões com os alunos [pausa] durante as aulas, e fui vítima de

assédio moral ao ponto que eu saí da escola um dia escoltado pela polícia, tentaram me agredir, os alunos, por causa da direção da escola.

Nesse relato, temos elementos significativos e que devem ser discutidos. O primeiro são as complicações que se estabeleceram em vários estados e municípios brasileiros sobre a existência de banheiros para pessoas transgêneros, travestis e transexuais nas escolas. A adoção ou não desse espaço gerou fortes discussões políticas sobre a legitimidade dessa medida por parte de diferentes setores da sociedade. Outro ponto de nossa análise, baseada na narrativa do professor Pedro, revela-se na situação que envolve preconceito de gênero e intolerância religiosa, afluindo para o estado de tensionamento na escola onde atuava ao desenvolver um projeto que relacionava questões religiosas, marcadamente de religiões de matrizes africanas e indígenas, em que a participação de alunos(as) LGBTQIAP+ foi fortemente combatida, segundo suas palavras, pela própria direção da escola. Larrosa (2014, p. 05) afirma que,

quando o diretor da escola escolhe um corpo para fazer parte do corpo docente, toma muito cuidado para que não seja um corpo simpático, normal e humano, mas sim um corpo pedagógico, quer dizer, profunda e perfeitamente enfadonho, estéril, obediente e abstrato.

Ao considerar que as experiências sociais são múltiplas e se interseccionam, há uma preocupação central em identificar e interrogar como as formas de poder e suas ações geram opressão e desigualdades. A escola cria estratégias e seu viés ideológico, um vez que diferentes tipos de preconceito encontram suas raízes na associação aos estereótipos. Ao se posicionar não só sobre as questões de gênero, mas também sobre sua identificação com o candomblé, Pedro demarcou seu lugar de fala sobre os caminhos que estabelecia no desenvolvimento de sua prática pedagógica criando intersecções significativas, mas incômodas para outros(as), em seu dia a dia na sala de aula.

O fato é que a sociedade, de forma geral, não aceita facilmente a diferença, ao invés disso, procura classificar não só o gênero, mas também sua hierarquia, estabelecendo a cor, a classe e a religião socialmente aceitos. Isso contribui para que as desigualdades sejam maiores, mais fortes e mais difíceis de quebrar. São marcadores que balizam o corpo ou corpos devem existir ou se tornarem inóspitos.

### 3. QUEBRANDO O SILENCIO: QUEM FALA E COMO SE FALA DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL NA ESCOLA?

Apesar da heterogeneidade da experiência de muitos(as) professores(as), encontramos pontos de convergência em algumas questões e de distanciamento em outras. Encontramos também, no significados de suas vivências, posicionamentos políticos e sociais que demarcam seus lugares nesse cotidiano escolar. Assim, destacamos os significados desse fazer cotidiano, com os lugares ocupados e alargados em sala de aula, pela professora Bibiana por exemplo, que leciona a disciplina Projeto de Vida<sup>1</sup>, numa Escola Cidadã Técnica Integral, que apesar de não ter um tema específico para as questões de gênero, ela consegue fazer essa interface com esse e outros temas, já que um dos primeiros pontos abordados na cartilha seguida pelos(as) professores(as) que lecionam essa disciplina envolve o tema “Quem sou eu?”. Para a professora, muitos(as) alunos(as) chegam sem conseguir sistematizar, em palavras, a resposta dessa questão: “A maioria de nossos jovens, aqui mesmo na escola, se você fizer uma pesquisa, 90% não tem sonho, porque não foram, e não foram escutados, não foram estimulados a sonhar com alguma coisa” (BIBIANA, 2022, p. 03). Numa ocasião vivenciada em uma de suas aulas, quando trabalhava o tema ‘Respeito é bom e nós gostamos’, uma situação, em particular, chamou-lhe a atenção:

Foi uma dinâmica que a gente fez uma fila e ficavam dizendo “quem é homofóbico, vem pra esse lado e quem não é vem pra esse”. Eu fiquei impactada, porque quando eu fiz isso a maioria [ênfase] foi para o lado de homofóbico, eu disse “pronto, me tirei, né...eu agora vou ter que batalhar e trabalhar isso firmemente porque são jovens, não são crianças e eles não podem no século XXI estar com esse pensamento”, então é por isso que essa aula está rendendo tanto. Já ultrapassei o limite dela, mas não tem problema eu ultrapasso porque como eu vi que 70% da sala homofóbica, eu fiquei impactada (BIBIANA, 2022, p. 04).

<sup>1</sup> A disciplina ‘Projeto de Vida’ é voltada para os(as) alunos(as) do ensino fundamental e do médio. Ela relaciona-se diretamente com competências socioemocionais previstas na BNCC e tem como objetivo central levar os(as) discentes a refletirem sobre projetos futuros, aprendendo a definir ideias, organizar e traçar metas para que seus objetivos pessoais e profissionais sejam alcançados. A cada etapa conferida, a disciplina proporciona debates e ações que ajudem muitos(as) desses(as) jovens a lidarem com suas frustrações e não desistirem de seus sonhos. Segundo as Diretrizes Operacionais para as unidades estaduais de ensino na Paraíba esse componente curricular está centrado em três eixos formativos: Formação Acadêmica de Excelência, Formação de Competências para o Século XXI e Formação para a Vida.

Ao ser indagada sobre os três alunos que não se autonomearam homofóbicos, como se sentiram ou se chegaram a exteriorizar alguma opinião sobre isso, ela esclarece que eles não expressaram qualquer opinião durante a aula nem depois dela:

Eu acredito que eles ficaram é...com medo da repressão dos outros porque eles três ficaram do lado que não eram homofóbicos e a maioria dos meninos, que a sala tem mais homens do que mulheres, ficaram do lado homofóbico, então foi bem complicado; as meninas não, as meninas são mais firmes, elas disseram e foi aquela confusão, a briga aqui dentro da sala que só vendo; debate grande mesmo. E, eles três ficaram calados. Então, próxima aula eu vou retornar o assunto e vou chamar os três para conversar pessoalmente porque eles são mais retraídos...quietos e a gente tem que, de certa forma, chegar mais junto pra saber o que passa na cabecinha deles, entendeu? (BIBIANA, 2022, p. 05).

Pessoas que pensam diferente são colocadas sob a mira dos agentes moralizantes que circulam em nossa sociedade. O medo de revelar a discordância com determina postura e/ou visão de mundo coloca as pessoas em posições não tão favoráveis. Para Junqueira (2013, p. 484), o termo homofobia tem sido associado à não aceitabilidade ou aceitabilidade negativa “contra quaisquer sujeitos, expressões e estilos de vida que indiquem transgressão ou dissintonia em relação às normas de gênero, à matriz heterossexual e à heteronormatividade”.

Em oposição ao sujeito moral, que pode exteriorizar seu “eu” para quaisquer pessoas, a questão do “quem sou eu?” impõe sair de caixinhas identitárias, e dizer a outrem quem é você significa atravessar os limites de sua verdade ou do que se constituiu como verdade. É ter que confessar, a partir de você mesmo, um lugar que, muitas vezes, nem foi explorado. Significa demarcar um lugar do “ser estar” no mundo:

Outra coisa da qual é preciso desconfiar é a tendência de levar a questão da homossexualidade para o problema "Quem sou eu? Qual o segredo do meu desejo?". Quem sabe, seria melhor perguntar: "Quais relações podem ser estabelecidas, inventadas, multiplicadas, moduladas através da homossexualidade?". O problema não é descobrir em si a verdade sobre seu sexo, mas, para além disso, usar de sua sexualidade para chegar a uma multiplicidade de relações. (FOUCAULT, 1981, p. 01)

Essas reflexões trazidas por Foucault (1988) aparecem como cenários desafiadores quando muitos(as) educadores buscam ações mais apaziguadoras ao abordar temas relacionados à sexualidade. No entanto, voltando nosso olhar para outra direção, essas práticas que podem promover o diálogo proporcionam aos(as) professores(as) e aos(as) alunos(as) cruzarem as fronteiras da heteronormatividade.

Pedro, ao levar o foco de sua fala para as questões de gênero e diversidade sexual, considera que a ação cotidiana do professor, muitas vezes, é entrelaçada por dispositivos de controle e vigilância. “Espaços estritamente institucionalizados, se ensinam, se aprendem e se naturalizam determinadas verdades, visões de mundo e práticas sociais” (VEIGA-NETO, 2006, p. 18). Em suas aulas, o tema gênero e diversidade sexual intersecta com os temas relacionados à disciplina. Seu intuito é de atribuir sentido às suas aulas, que levam os(as) alunos(as) a expressarem livremente seu pensamento e sua fala e reconhecerem a diferença. Pedro não titubeia ao afirmar que é muito importante promover um ensino mais inclusivo:

Eu falo com meus alunos em linguagem neutra, principalmente, eu sou um dos poucos que fala com a linguagem neutra dentro de sala. Eu corrojo distorções, inclusive de livros didáticos com meus alunos. Então, eu não falo, por exemplo, tem uma frase de Aristóteles que é “o homem é o animal político”, eu corrojo, eu falo “o ser humano é o animal político”. Então, eu tento trabalhar essa questão de gênero e sexualidade da forma como se deve (PEDRO, 2022, p. 07).

No universo dessas práticas educativas, a linguagem é uma potente ferramenta linguística que tanto pode indicar a importância de se garantir a não normatização das identidades de gênero quanto ratificar a normatização da cis- heteronormatividade. Assim como a adoção de banheiros para pessoas transgêneros, travestis e transexuais encontrou seu chão de complexidades, a linguagem neutra não fica atrás. Ao complementar sua narrativa, o professor de Filosofia enfatiza que leva para a sala de aula questões que não estão necessariamente no livro didático: “Eu fomento essas questões de gênero e sexualidade dentro do meu cotidiano através do senso crítico e no choque mesmo, no enfrentamento com os alunos” (PEDRO, 2022, p. 07).

Esses sentimentos, movidos por uma prática que promove a igualdade e o respeito à diferença, estão presentes em muitos(as) docentes que fazem parte da educação básica. Eles nascem, na maioria das vezes, de forma empírica, em abordagens que ora se interseccionam com algum objeto do conhecimento, em outras em conversas informais ora em determinada ação que ocorre na escola. No processo de escuta desses(as) profissionais, houve percepções mais críticas acerca da urgência de não se permitir que esses(s) alunos(as) sejam assujeitados e desrespeitados em suas subjetividades.

Na fala de Capitu, algumas práticas docentes poderiam ser mais consistentes e mais integradas às questões de gênero e diversidade sexual na escola. Ela esclarece que questões relacionadas à sexualidade estão chegando cada vez mais precocemente na escola, pois meninos e meninas na faixa etária entre 10 e 13 anos já começam a reivindicar serem chamados pelo nome social, e esse novo cenário recai no colo dos(as) professoras(as) de forma potente e, às vezes, desnorteadora. Sabemos que, mesmo sendo um direito constitucional, muitos(as) professores(as) e até as famílias não conseguem lidar com essas demandas e ficam receosos de poder desenvolver um trabalho mais profundo sobre as questões de gênero e sexualidade.

Eu vejo que dentro da escola essa questão está tentando ser colocada debaixo dos panos. Eu acho que a gente deveria trabalhar isso de forma bem clara, tanto em questão dos pais, como com os professores, para que a gente entre num consenso, porque algumas pessoas ficam tendo alguns pensamentos, os alunos não sabem, entendeu? Porque, as vezes acha que é um apelido; porque eu acho que você se considerar, passar por uma transição de gênero, é algo bem sério, não é uma brincadeira, até para a gente desconstruir o muita gente diz que quanto a questão de sexualidade e de gênero “há é uma fase”, né “é só uma fase” (CAPITU, 2022, p. 04).

Nesse relato, vemos o uso de interrogações enfatizadas por Capitu, no sentido de poder explicitar melhor seu ponto de vista. Decorre dessa preocupação, por exemplo, o emergente debate sobre esse contexto, principalmente, nos espaços dialógicos da escola. Para Aurélia (2022, p. 08), “trabalhar a temática de gênero com adolescentes tem que ter muito cuidado, porque muitos tendo toda essa abertura, todos esses conhecimentos, eles não aceitam, às vezes, alguma exposição”. Já Fabiano, ao falar sobre sua experiência com o tema, revela que o diálogo com gênero envolve diretamente os objetos do conhecimento trabalhados por ele em sala de aula, com ênfase no feminino.

O tema do gênero, nas minhas aulas, ele aparece no a gente chama de temas transversais. Então, eu apresento a eles tema como o de gênero, o de aborto, o de uso de drogas, e aí espero deles essa escolha. Quando essa escolha vem, a partir do gênero, (tosse) é falado mais, certo, esse papel da mulher, o papel da mulher no passado, as conquistas que tivemos, certo, então vem muito nesse sentido, nas minhas aulas (FABIANO, 2022, p. 02).

Seguindo o direcionamento dos objetos do conhecimento, para Rodrigo, gênero e diversidade sexual aparece dentro dos temas programáticos do bimestre, especialmente no 3º ano médio, tendo como base o livro didático adotado. Além disso, ele procura desconstruir, em sua abordagem, o sistema sexo/gênero com a adoção de outras leituras, inclusive, trabalhando autores, “a história dos conceitos, das contribuições dos movimentos sociais, nesse sentido, as contribuições científicas, filosóficas, com determinados autores e autoras” (RODRIGO, 2022, p. 3). Capitu apresenta uma prática similar no trabalho com gênero e diversidade e mostra, como estratégia, a utilização de materiais diversificados, como documentários e textos, para a promoção de debates. Mas lembra que, em suas aulas, não admite formas de piadas ou comentários preconceituosos:

Eu os faço se questionarem, questionarem os preconceitos. Trabalho o mundo contemporâneo, então isso perpassa bastante as minhas aulas. Eles sabem disso, que é um tema que vai e volta, sabe; nossas aulas são sempre debates, que eles se posicionam, os outros alunos rebatem, a gente vai construindo um conhecimento sobre isso, e tudo de forma muito respeitosa. Eu não imponho nada, eu falo muito de respeito, eu falo muito de empatia, da forma de se colocar no lugar do outro e de a gente aceitar as pluralidade e acolher as diferenças (CAPITU, 2022, p. 08).

Já nas aulas de Gabriela, essa discussão ganha corpo em projetos que ela desenvolve com os(as) alunos(as), porém, devido à pandemia e ao estabelecimento das aulas remotas, ela não pôde dar continuidade ao projeto que vinha desenvolvendo na escola. Em 2022, com a diminuição do quantitativo de aulas, ainda não pode realizar nenhum projeto sistematizado. Contudo, destaca que esse trabalho, em anos anteriores, foi bem consistente com atividades diversificadas. Em sua exposição, lembra que, em um dos anos mais produtivos – 2019 – houve um tensionamento que envolveu situações externas, mas que repercutiram em sua prática docente.

Segundo a professora de Biologia, em um final de semana em que a escola havia emprestado seu espaço para a eleição dos delegados do orçamento democrático, estavam dispostos materiais produzidos pelos(as) alunos(as), em vários lugares, relacionados às questões de gênero e diversidade sexual, como resultado de temas que estavam sendo desenvolvidos em seu projeto. A professora disse que várias pessoas circularam na escola, nesse dia, e um deles, ligado à igreja evangélica e pleiteando uma

vaga como delegado, realizou filmagens desse material sem autorização e postou em suas redes sociais, como detalha:

O cidadão (entonação da voz) espalhou na comunidade de bodocongó que tinha uma professora na escola, aliás, ele é um covarde, ele não falou “professora”, ele falou que a escola tinha um trabalho que incitava o jovem a sexualidade, ao sexo, ou seja, ele levou muito para o lado da pornografia e aí o que foi que aconteceu? O diretor falou “tem uma mãe que foi denunciar na regional e agora ela quer vir falar com você aqui na escola”, eu disse “maravilha, pode mandá-la vir” (GABRIELA, 2022, p. 04).

A entonação de sua voz foi captada com ênfase em minhas observações. Esse momento expressou o teor de indignação de Gabriela ao relatar o processo no qual fora diretamente envolvida. Munida das Diretrizes Operacionais para o Funcionamento das Unidades de Educação da Rede Pública Estadual da Paraíba<sup>1</sup>, um documento que prevê o desenvolvimento de temas voltados para a diversidade<sup>2</sup>, que, além de estar alinhado ao Plano Nacional de Educação, incluía, dentre outras coisas, o trabalho com questões de gênero e orientação sexual visando combater o *bullying* nas escolas, a professora esclareceu à mãe que a abordagem de questões de gênero e diversidade sexual estava prevista no documento produzido pela Secretaria Estadual de Educação apresentado anualmente às escolas.

Percebemos que as falácia sobre a chamada ideologia de gênero” foi reverberando, como discurso, nas instituições, na sociedade, de forma geral, e criminalizando a prática docente. Além disso, o documento tornou-se um forte mecanismo de poder na instrumentalização e na fundamentação da fala. É revelador como a professora Gabriela analisa esse contexto que envolve essas narrativas e a seriedade com que se mune de argumentos consistentes para lidar com a situação que vivenciou: “Se eu fosse dar aula e eu não tivesse esse poder de fala, não tivesse a capacidade de trazer para o aluno uma reflexão sobre qualquer conteúdo e ia ser tratada como uma professora sem moral, sem capacidade de dar aula” (Gabriela, 2022, p. 05)

---

<sup>1</sup> O referido documento é elaborado e apresentado às escolas estaduais anualmente. É dividido em capítulos: 1º - Organização das unidades de ensino da rede estadual; 2º – Organização curricular e avaliação; 3º – Organização da educação básica; 4º – Modalidades; 5º - Temas transversais; 6º – Ações fomentadas pela SEECT/PB e o anexo - Matrizes curriculares.

<sup>2</sup> Cabe salientar que, a versão apresentada pela professora comprehendia a vigência do documento de 2018. No ano de 2021, essa temática é incluída na sugestão de temas transversais “educação em direitos humanos”, que tem como princípio “reconhecer em respeitar as diversidades (de gênero, de orientação sexual, socioeconômica, religiosa, cultural, étnico-racial, territorial, físico-individual, geracional e de opção política)” (DIRETRIZES OPERACIONAIS, 2021, p. 68).

Segundo Gabriela, essa dificuldade se deve à junção de alguns fatores. Primeiramente, o medo de falar de gênero dentro da escola, notadamente, depois de grandes ofensivas, inclusive acolhidas por parte da equipe e de apoiadores do presidente Bolsonaro (2018-2022), utilizando-se como discurso o combate à chamada “ideologia de gênero”. Segundo a desinformação e a resistência dos(as) professores(as) em procurar se informar e estudar, mesmo que em canais alternativos sobre esse tema. Na narrativa desses(as) professores(as), observamos, também, que, apesar de desempenharem ações expressivas, seja no desenvolvimento de projetos, em debates promovidos em sala, ou associados aos objetos do conhecimento previstos nas disciplinas, trata-se de práticas cotidianas isoladas.

Sabemos que, para abordar um tema polêmico e que envolve diferentes pontos de vista, especialmente os de ordem moral e religiosa, é preciso considerar que nem todos(s) os(as) os(as) educadores consideram que essas questões devem ser tratadas na escola de forma mais aprofundada, porque alguns(as) não se sentem preparados(as) para enfrentar esses debates. Outros(as) acreditam que não cabe à escola acolher esses temas. Para Helena, a assertiva é mais contundente sobre a falta de preparo das escolas para tratar sobre esses temas. Por outro lado, Capitu não nega o despreparo, mas alude que a abordagem sobre gênero e diversidade sexual dependeria do alinhamento de diferentes formas de ver e gestar esse tema dentro da escola. Ela ratifica que, devido à pluralidade de pensamentos, a falta de informação e de formação termina afastando mais do que aproximando no tratamento desses temas.

A insegurança é evidenciado na fala de Bibiana, pois, mesmo não tendo problemas para abordar questões de gênero em suas aulas, ela percebe que alguns professores resistem a falar e refere: “[...] sabe, eu vejo ainda que muitos professores se sentem inseguros, constrangidos de falar desse tema”. Essa abordagem decorre mais dos(as) professores(as) que compõem a área de Humanas do que de áreas como Exatas.

A professora, que atua numa escola cidadã técnica integral da cidade de Campina Grande, assinala que uma das razões que explicam o receio que muitos(as) profissionais da educação têm de incorporar as discussões sobre gênero e diversidade sexual em suas práticas pedagógicas, pode ser justificada pela falta de cursos de formação continuada, com profissionais especializados que possam subsidiar os(as) professores(as) com esses temas. Bibiana lembra, ainda que, não basta abordar o tema, precisamos estar

preparado(a) para as reviravoltas a que ele nos leva, inclusive, para opiniões divergentes: “O professor precisa tá muito preparado pra isso, ele não pode vacilar” (BIBIANA, 2022, p. 08).

No entanto, embora estejam previstos nos documentos oficiais do Estado a educação em direitos humanos e os temas que envolvem esse trabalho, há um silenciamento subliminar sobre a provocação do debate, que nos parece uma forma sutil e eficaz de mascarar as verdadeiras intenções de produzir esses silenciamentos. Louro (2001a, p. 89) demonstra que silenciar “parece ter por fim ‘eliminar’ esses sujeitos (homossexuais) ou, pelo menos, evitar que os alunos e alunas ‘normais’ os(as) conheçam e possam desejá-los”, pois é necessário que a norma não seja desarticulada.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatamos, nessas narrativas, que, além da presença de discursos conservadores circulantes, a falta de cursos de formação promovidos pela própria Secretaria de Educação do Estado da Paraíba deixa um hiato entre a parceria teoria e prática e não subsidia esse diálogo na escola. Além disso, devido à falta de um referencial que fundamentalmente determinados debates e abordagens sobre as questões de gênero, cria-se uma clima de instabilidade nos(as) professores(as). Por essa razão, acreditamos que ações pedagógicas que ensinem e promovam o diálogo são fundamentais no desenvolvimento de um pensamento crítico, contudo não podemos nos esquecer que, poder falar e transgredir nessa fala, ainda é visto como ameaçador para muitos(as) profissionais.

#### REFERÊNCIAS

- AURÉLIA: entrevista [abril. 2022]. Entrevistadora: Liliann Rose Pereira de Freitas. Campina Grande. 55min.
- BIBIANA: entrevista [jun. 2022]. Entrevistadora: Liliann Rose Pereira de Freitas. Campina Grande. 66min.
- CAPITU: entrevista [abril. 2022]. Entrevistadora: Liliann Rose Pereira de Freitas. Campina Grande. 51min.
- FABIANO: entrevista [abril. 2022]. Entrevistadora: Liliann Rose Pereira de Freitas. Campina Grande. 46min.

- \_\_\_\_\_. História da Sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- GABRIELA: entrevista [jul. 2022]. Entrevistadora: Liliann Rose Pereira de Freitas. Campina Grande. 74min.
- HELENA: entrevista [abril. 2022]. Entrevistadora: Liliann Rose Pereira de Freitas. Campina Grande. 47min.
- HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática para liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz (2013). Pedagogia do armário: a normatividade em ação. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 7, n. 13, p. 481-498, jul./dez. 2013. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/4255854/mod\\_resource/content/1/PedagogiaDoArmario\\_RogerioJunqueira.pdf](https://edisciplinas.usp.br/4255854/mod_resource/content/1/PedagogiaDoArmario_RogerioJunqueira.pdf). Acesso: 30 set. 2022.
- LARROSA, Jorge. Tremores: escritos sobre experiência. Coleção Educação, experiência e sentido. Tradução Cristina Antunes, João Wanderley Geraldi. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.
- LOURO, Guacira Lopes. (Org.). O corpo educado. Pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- PEDRO: entrevista [abril. 2022]. Entrevistadora: Liliann Rose Pereira de Freitas. Campina Grande. 54min.
- RODRIGO: entrevista [abril. 2022]. Entrevistadora: Liliann Rose Pereira de Freitas. Campina Grande. 31min.
- VEIGA-NETO, Alfredo. Dominação, violência, poder e educação escolar em tempos de Império. In: Figuras de Foucault. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

# CAPÍTULO V

## O CONTRATO DE COMUNICAÇÃO DA EXTREMA DIREITA E AS BATALHAS DISCURSIVAS NA PANDEMIA DA COVID-19

THE FAR-RIGHT COMMUNICATION CONTRACT AND DISCURSIVE  
BATTLES IN THE COVID-19 PANDEMIC

DOI: [10.51859/amplia.cfg3217-5](https://doi.org/10.51859/amplia.cfg3217-5)

Carlos Henrique Bem Gonçalves<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Doutorando no Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PIPGLA/UFRJ). Mestre em Letras: Discurso e Representação Social e Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Pós-Graduado, Latu Sensu – em Docência do Ensino de Antropologia e possui Licenciatura em Letras-Português.

### RESUMO

A pandemia causada pelo coronavírus isolou o mundo e aprofundou a vulnerabilidade de grupos sociais oprimidos, como é o caso das pessoas LGBTI+. O contexto político contemporâneo em que a extrema-direita representada pelo bolsonarismo chegou ao palácio do planalto parece ser um elemento que agravou ainda mais a vulnerabilidade desse grupo social. Nossa objetivo é refletir sobre o contrato de comunicação cisheteronormativo e as margens de manobra como estratégias de resistência. O trabalho está organizado em três seções, sendo: na primeira, apresentamos uma breve conceituação da Linguística Queer e suas potencialidades nos estudos linguísticos. Na segunda, discorremos sobre o contrato de comunicação proposto pela Teoria Semiolinguística. Na terceira, e última, discorremos sobre a metodologia adotada e analisamos os dados. Os resultados apontam que as pessoas LGBTI+ podem não se reconhecer no contrato de comunicação cisheteronormativo da extrema-direita e passam a utilizar as margens de manobra como estratégia de resistência, além de batalhar pela ressignificação de insultos verbais. O material de análise é composto por enunciados do ex-Presidente Jair Bolsonaro sobre o uso de máscara para proteção da covid-19 atribuindo seu uso a “coisa de viado” e a reação a esse enunciado no microblog Twitter.

**Palavras-chave:** Contrato de Comunicação. Bolsonarismo. Coronavírus. Resistencia.

### ABSTRACT

The pandemic caused by the coronavirus has isolated the world and deepened the vulnerability of oppressed social groups, such as LGBTI+ people. The contemporary political context in which the extreme right represented by Bolsonarism arrived at the Planalto Palace seems to be an element that further aggravated the vulnerability of this social group. Our objective is to reflect on the cisheteronormative communication contract and the room for maneuver as resistance strategies. The work is organized into three sections, as follows: in the first, we present a brief conceptualization of Queer Linguistics and its potential in linguistic studies. In the second, we discuss the communication contract proposed by the Semiolinguistic Theory. In the third, and last, we discuss the adopted methodology and analyze the data. The results indicate that LGBTI+ people may not recognize themselves in the far-right cisheteronormative communication contract and start to use room for maneuver as a resistance strategy, in addition to fighting for the re-signification of verbal insults. The material for analysis consists of statements by former President Jair Bolsonaro on the use of a mask to protect against covid-19, attributing its use to “a fag thing” and the reaction to this statement on the Twitter microblog.

**Keywords:** Communication Agreement. Bolsonarism. Coronavirus. Resistance.

## 1. INTRODUÇÃO

No ano de 2020 explodiu a pandemia causada pelo coronavírus e deixou o mundo todo em isolamento social intensificando a crise econômica, a desigualdade social e as violências que atingem grupos sociais mais vulneráveis, como é o caso das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais (LGBTI+).

O Diagnóstico LGBTI+ na pandemia, pesquisa realizada pelo coletivo #VoteLGBT e por pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade de Campinas (UNICAMP)<sup>1</sup>, mostra que os LGBTI+ ficaram mais vulneráveis à depressão e ao desemprego no contexto da pandemia. Grande parte das 10 mil pessoas que participaram da pesquisa temiam sofrer algum tipo de problema de saúde mental durante a pandemia do coronavírus. Os dados mostram que essa preocupação atinge 44% das lésbicas, 34% dos gays, 47% das pessoas bissexuais e 42% das pessoas transexuais. A maior dificuldade durante o isolamento social foi apontada por 10% dos entrevistados como sendo os problemas de convívio familiar. A Associação Americana de Psiquiatria assevera que as pessoas LGBTI+ tem o dobro de possibilidade de desenvolver algum comprometimento na saúde mental durante a vida, se comparado com pessoas heterossexuais. A pesquisa também mostra que 28% dos entrevistados já tinham um diagnóstico prévio de depressão. O dado é quase quatro vezes maior do registrado entre a população brasileira, conforme dados da Pesquisa Nacional de Saúde de 2013. A pesquisa mostra, ainda, que 21,6% dos LGBTI+ estavam desempregados, enquanto na população, em geral, o índice é de 12,2%, conforme informações do IBGE.

A pandemia do coronavírus parece ter aprofundado os velhos problemas que pessoas LGBTI+ enfrentam no Brasil: violência familiar, exclusão do mercado formal de trabalho e vulnerabilidade na saúde mental, autoestima e orgulho de ser LGBTI+. O contexto político contemporâneo com a chegada da extrema-direita à Presidência da República nas eleições de 2018 também é um elemento que precisa ser considerado.

Segundo Francisco Bosco (2017), as mídias sociais digitais se configuraram como o novo espaço público brasileiro e ganhou emergência com as manifestações de junho de 2013. Esse movimento consolidou o colapso do Lulismo, proporcionou a reconfiguração

---

<sup>1</sup> Disponível: <https://votelgbt.org/pesquisas>

do espaço público brasileiro e contribuiu para a emergência de uma nova direita brasileira, que tem como uma das características, a forte atuação nas mídias digitais.

Silveira (2015), aponta que a Nova Direita soube utilizar com mais eficácia as mídias digitais, organizando manifestações contrárias ao governo de Dilma Rousseff e um levante contra as pautas de esquerda, canalizando de forma eficiente as ideias de grupos conservadores de diversas matizes para uma unidade na pauta de costumes como as relacionadas à orientação sexual, políticas de gênero e criminal, educação, família e outros temas vinculados a valores morais.

Para Ângela Alonso (2019, p. 55), esse movimento fez eclodir o bolsonarismo, um agrupamento político que forma uma comunidade moral estruturada em binarismos e que expressam valores morais axiológicos, que organizam o mundo em bem e mal, sagrado e profano, família e indecentes. “A comunidade moral bolsonarista trava uma ‘guerra cultural’ nas redes sociais, armada de verborragia feroz.” Esther Solano (2019), assegura que a candidatura à Presidência do então Deputado Jair Bolsonaro se ergueu e se potencializou na negação das diferenças e na moralização do debate público, apresentando seus adversários como inimigos a “não só de ordem política, mas também de ordem moral e religiosa [...] o outro é o negativo absoluto, o mal, aquele que ameaça minha forma de existência e, portanto, deve ser extermínado” (SOLANO, 2019, p.317).

De acordo com o linguista Carlos Bem Gonçalves (2019), a moral heteronormativa impõe aos sujeitos não-heterossexuais associações semânticas relacionadas a valores negativos. No entanto, esses sujeitos podem não se reconhecer nas representações compulsórias heteronormativas e, nesse caso, podem não se assujeitar a essas regras e valores. Esse sujeito buscara, conscientemente ou não, ressignificar esses valores: sair do sentimento de vergonha para o orgulho, do não desejável para o desejável, do inferior para a igualdade, da maldade para a bondade, da não plenitude para a integralidade. Ao desafiar as regras da heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2015) e não se reconhecer nesse jogo que legitima a violência, “a pessoa que age, imoralmente, não somente não sente vergonha alguma, como sente orgulho. Talvez seja um erro em falar em imoralidade, talvez seja mais prudente falar em outra moral” (LA TAILLE, 2002). Nesse raciocínio, Bem Gonçalves (2019, p. 51), propõe que o protagonismo de sujeitos não-heterossexuais ao assumirem uma performance discursiva em contraposição à heterossexualidade compulsória seria “uma

ação militante contestadora da moral heteronormativa, podendo, em alguma medida, ressignificar os sentidos negativos” atribuídos a esses sujeitos a partir dos valores reiterados em nossa cultura.

Diante desse contexto de pandemia, da emergência do bolsonarismo ao poder e da intensificação da vulnerabilidade das pessoas LGBTI+, este trabalho está organizado em três momentos: no primeiro, contextualizaremos a Linguística *Queer* e as possibilidades de inversão performativa da linguagem, sobretudo dos insultos verbais. No segundo, apontamos o conceito de contrato de comunicação proposto na teoria semiolinguística para sustentar que o contrato proposto pelo bolsonarismo é, em sua essência, cisheteronormativo. No terceiro, e último momento, propomos uma reflexão sobre as margens de manobra do contrato de comunicação como uma estratégia de resistência *queer* quando as pessoas LGBTI+ passam a disputar, discursivamente, os significados dos atos de linguagem enunciados no contrato de comunicação da extrema-direita. Para isso, adotamos como metodologia as cadeias semânticas e uma análise interpretativista e politicamente engajada, orientada pela linguística *queer*, e tomamos como *corpus* a reação de um jornalista gay quando o presidente, Jair Bolsonaro, disse que o uso de máscara para prevenção da covid-19 era “coisa de viado”.

## 2. É PRECISO RESISTIR! SITUANDO A LINGUÍSTICA QUEER.

O uso do termo em inglês “*queer*” que, inicialmente, fora utilizado como um insulto e ofensa à homossexualidade resultaram num consolidado campo de estudos (BENTO, 2014; BUTLER, 2002; LOURO, 2008; MISCKOLCI, 2014, 2015; SAÉZ E PRECIADO, 1997) que investigaram, entre outras questões, como um insulto verbal pode se tornar instrumento de apropriação linguística e possibilitar deslocamentos no seu significado de forma a gerar sentidos de orgulho, pertencimento, contestação e resistências às hegemônias, notadamente, aquelas relacionadas às questões de gênero e sexualidade, apontadas por estes estudos como “heterossexualidade compulsória”.

Nosso objetivo não é traçar esse histórico já documentado na literatura científica, mas recorrer às recentes conceituações de cismatividade e cisheteronormatividade como estruturas sociais naturalizadas para sedimentar o caminho que pretendemos percorrer no objetivo deste trabalho. Para isso, recorremos às epistemologias transfeministas, derivadas destes estudos *queer* citados, acima.

Segundo Viviane Vergueiro (2015, p. 57) a cisgeneridade se localiza na coerência entre sexo, gênero, desejo e práticas sexuais, “englobando, via cismatizações, possibilidades definitórias restritas para corpos e identificações, bem como regulações sobre expressões de gênero.” Por outro lado, conforme a transfeminista, a heterossexualidade é um processo de reconhecimento de desejos e práticas sexuais que está interligado com a genereficação dos corpos. Esse movimento interseccional entre a heterossexualidade e a cisgeneridade se dá de forma naturalizada e alinhada possibilitando “potencial problematização do termo ‘hetero’ para se pensarem tanto as normatividades de desejos e práticas sexuais quanto para se pensarem as regulações do sistema sexo-gênero: cisheteronormatividade” (VERGUEIRO, 2015, p. 57).

Para Beatriz Bagagli (2013) a cismatizabilidade está organizada num conjunto de regras que estabilizam poderes institucionais e não institucionais. Elas têm como um dos efeitos a produção da cisgeneridade como sinônimo de identidade de gênero, ou o que se espera que seja projetado como identidade de gênero, de forma que ela se naturalize como uma expressão “natural”, “biológica”, “congruente” entre sexo biológico e identidade.

Nesse processo de construção se naturaliza a suposta espontaneidade da cisheteronormatividade já que nos parece que ela está localizada num conjunto de “estruturas, instituições, relações e ações que promovem e produzem a heterossexualidade - e aqui acrescentamos a cisheteronormatividade - como natural, autoevidente, desejável, privilegiada e necessária” (CAMERON; KULICK, 2003, p. 55).

O linguista Danilo Silva (2020) sugere que a cisheteronormatividade se trata de um produto da “materialização discursiva” (MOTSCHENBACHER, 2011, p. 153) que estabiliza as identidades sexuais e de gênero e destaca os processos histórico-lingüísticos de citação e recitação de normas hegemônicas produzindo “graus elevados de materialização discursiva exatamente quando alcançam efeitos de evidência, naturalidade e neutralidade” (SILVA, 2020, p. 291).

Dito isto, para analisar as interações discursivas que envolvem esse contexto cisheteronormativo e compulsoriamente heterossexual, me afilio à Linguística Queer (BEM GONÇALVES, 2019; BORBA, 2014, 2015, 2020; LEWIS, 2018; LÍVIA e HALL, 2010; SANTOS FILHO, 2020). Trata-se de um campo de pesquisa indisciplinar da linguística aplicada que tem como escopo central um exercício crítico às normatividades, buscando

colocar em dúvida os processos hegemônicos nas construções de identidades, expressões de gênero e sexualidade.

Além disso, minha afiliação à Linguística *Queer* (LQ, doravante) pretende atender ao chamado do linguista Rodrigo Borba (2015) para quem é necessário *Queerificar* os estudos linguísticos e isso significa adotar uma postura teórica, analítica e política na “desessencialização e desontologização da relação entre linguagem e identidades sociais” (BORBA, 2015, p. 102). Conforme o pesquisador, linguistas *queer* buscam desenvolver pesquisas politicamente engajadas. Para ele, isso significa investigar e produzir uma visão mais nuançada sobre como os sujeitos utilizam da linguagem para se constituir nas limitações heteronormativas – e aqui acrescentamos cisheteronormativas – de discursos que naturalizam posições de sujeito, como a linearidade entre sexo biológico e expressões de gênero e sexualidade. Conforme Borba (2015, p. 102) “essa *queerificação* pode ter efeitos decisivos no escopo do campo dos estudos linguísticos que têm por muito tempo reduzido seus sujeitos de pesquisa a indivíduos brancos, de classe média, heterossexuais”.

O olhar politicamente engajado que linguistas *queer* adotam em suas investigações foi sistematizado por Silva (2020, p. 284) em quatro pontos que parecem se encontrar nessas pesquisas, sendo:

- a) a concepção radicalmente performativa em relação a linguagem, gênero, corpo e sexualidade; b) a afirmação da mediação semiótica nos processos de subjetivação e de inteligibilidade; c) o foco analítico nas práticas discursivas localmente situadas; d) a impureza como vetor teórico-metodológico.

Desta forma, linguistas *queer*, em geral, se dedicam a investigar processos lingüísticos que lhes possibilitam desnaturalizar o uso que sujeitos fazem da linguagem (performances) apontando para tensionamentos sobre as relações estáveis e universalistas na constituição identitária dos sujeitos. Esse movimento teórico-metodológico deixa “explícito que o alcance analítico da LQ não está restrito a produzir explicações sobre performances linguísticas e identitárias de sujeitos desviantes das normas de gênero, como se fosse essa uma ‘linguística LGBT’” (SILVA, 2020, p. 290).

A Linguística *Queer* é também um campo transdisciplinar e isso significa que ela busca se ancorar em categorias de análise e metodologias dos mais diversos campos.

Neste trabalho, faço uma aproximação entre a Linguística *Queer* e a Teoria Semiolinguística, proposta pelo linguista francês, Patrick Charaudeau (2012).

### 3. O CONTRATO DE COMUNICAÇÃO: A CISHETERNORMATIVIDADE DA EXTREMA-DIREITA

A Teoria Semiolinguística (TS) é uma das teorias que compõem o campo da Análise do Discurso e que tem como principal objetivo investigar o funcionamento da linguagem num contexto psicosociocomunicativo. A proposta de Charaudeau (2012) é pluridisciplinar já que possui como base de sustentação a linguagem numa relação com o contexto social, cultural, histórico e psicossocial dos sujeitos.

Para Charaudeau (2012), a construção dos sentidos e sua configuração se efetivam numa relação forma-sentido (em diferentes sistemas semiológicos) sob responsabilidade de um sujeito intencional, com um projeto de influência social, num determinado quadro de ação. Dito isso, Charaudeau (2012) considera a linguagem em três aspectos, sendo: o aspecto cognitivo, onde há a percepção e categorização do mundo; o psicossocial em que há uma troca dos signos e valores de influência na linguagem, e o aspecto semiótico, onde se relaciona a construção dos sentidos com a construção das formas.

A TS concebe o discurso como um “jogo enunciativo” estabelecido entre a sociedade e suas práticas “linguageiras”. Para Charaudeau (2012), esse jogo é chamado de “*mise-en-scène*” (encenação). Frente a esses conceitos, podemos depreender que a abordagem discursiva da TS é sociocomunicativa, já que supõe todo ato de linguagem como um fenômeno interativo, onde estabelece uma relação entre linguagem e o contexto social. Nesse caso, o discurso é resultado da interação de mundo, enquanto realidade, e com a linguagem, enquanto produção social de forma e sentido. Logo, a significação discursiva se dá pelo resultado da articulação entre o circuito interno (linguístico/discursivo) e o circuito externo (situacional).

A articulação do espaço externo e interno, proposto por Charaudeau (2006), tem como objetivo realizar uma análise discursiva em três dimensões: (i) a competência semiolinguística, que “consiste em saber organizar a encenação do ato de linguagem de acordo com determinadas visadas [...], recorrendo às categorias que cada língua nos oferece” (CHARAUDEAU, 2012, p.7); (ii) a competência situacional, pois todo ato de linguagem está em uma situação de comunicação; e (iii) a competência semântica,

aquela em que se sabe “construir sentido com a ajuda de formas verbais (gramaticais ou lexicais), recorrendo às categorias que cada língua nos oferece” (*ibid.*).

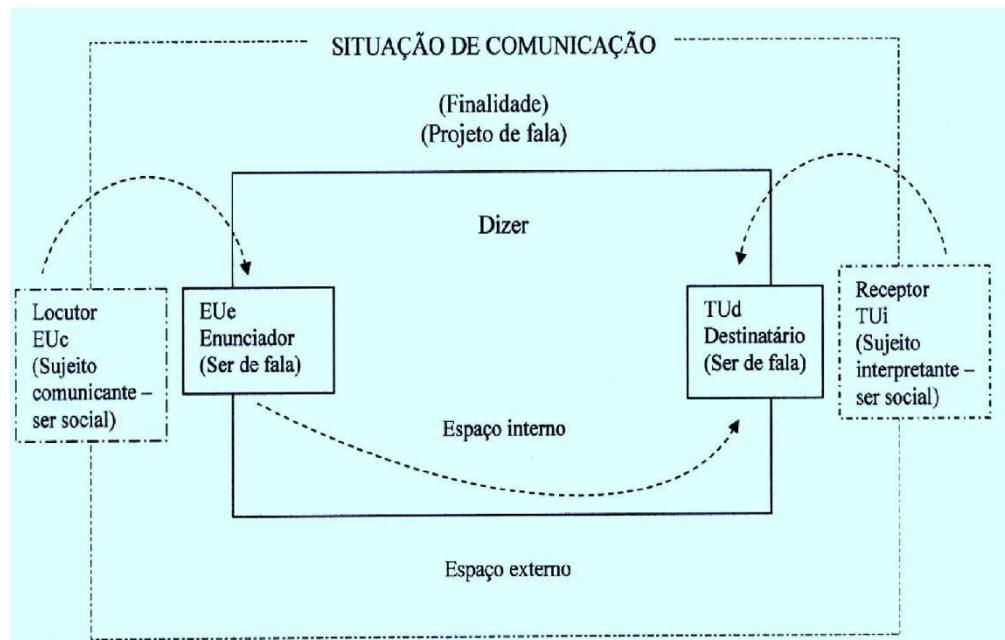
Na TS o ato de linguagem se apresenta em duas dimensões: a implícita e a explícita, ou seja, o sentido atribuído ao ato de linguagem não deve ser considerado apenas na sua configuração semiológica. No nosso entendimento, os efeitos de sentido gerados pelo ato de linguagem também devem ser analisados pelos saberes de mundo e as ideologias que são evocadas pelos sujeitos no processo de produção e interpretação do ato de linguagem.

Na TS, a relação discursiva acontece por meio de uma encenação, cujo sentido se dá em função de um contrato comunicacional, que cria uma relação entre dois sujeitos ou mais com finalidade discursiva. Sobre o contrato, Charaudeau (2012, p. 56) diz que:

A noção de contrato pressupõe que os indivíduos pertencentes a um mesmo corpo de práticas sociais estejam suscetíveis de chegar a um acordo sobre as representações languageiras dessas práticas sociais. Em decorrência disso, o sujeito comunicante sempre pode supor que o outro possui uma competência languageira de reconhecimento análoga à sua. Nesta perspectiva, o ato de linguagem torna-se uma proposição que o EU faz ao TU e da qual ele espera uma contrapartida de convivência.

O contrato ocupa lugar central no ato de linguagem. Para que o contrato seja estabelecido é preciso que algumas condições estejam garantidas como, por exemplo, que os atores envolvidos na cena interativa se reconheçam para que concedam um ao outro o direito à palavra e que possuam competências languageiras capazes de consolidar o papel de *fazer dizer* e *fazer saber*. No contrato de comunicação, os atores envolvidos lançam mão de estratégias discursivas garantidas pelos princípios da influência e da regulação. Dessa forma, para Charaudeau (2012), o ato de linguagem é a *mise-en-scène*, onde os atores envolvidos nessa troca participam. Esses atores estão regulados por uma infinidade de normas culturais, regras de convenções e contratos sociais que determinam suas atuações nessa troca languageira. Essas normas são resultantes das vivências psicossociais acumuladas por esses atores ao longo da vida e compartilhadas pelos integrantes de uma mesma sociedade. Para melhor compreendermos essa relação do circuito externo e interno, apresentamos o quadro de enunciação proposto por Charaudeau:

Figura 01: Quadro de enunciação



Fonte: Charaudeau (2012)

No quadro acima, percebemos que os dois circuitos – interno e externo – estruturam o ato de linguagem. No externo, tem-se um sujeito comunicante (Euc) e um sujeito interpretante (Tui). Ambos são compreendidos como sujeitos inscritos numa relação psicossocial que ao enunciar um ato de linguagem possuem intencionalidades, uma vez que são eles os sujeitos que negociam, no contrato, a relação de produção e interpretação dos atos de linguagem. Na relação interna, verificamos o sujeito enunciador (Eue) e o sujeito destinatário (Tud). Aqui temos os dois sujeitos que são os protagonistas do ato de linguagem, pois a eles não são atribuídos projetos de intencionalidade ao pronunciar um dizer. São imagens construídas a partir do sujeito comunicante (Euc) que, ao encenar um dizer, produz uma imagem sobre o sujeito que enuncia e, consequentemente, produz um destinatário ideal. Dessa forma, o sujeito interpretante (Tui) produz uma imagem do Euc. A partir dessa relação estabelecida entre Euc e Eue temos, então, uma encenação discursiva, já que essa imagem construída pode não corresponder ao real, a depender das condições de sucesso e restrição desse contrato de comunicação.

O conceito de contrato de comunicação, proposto por Charaudeau (2012), é uma formalidade que regula as relações humanas de comunicação. Para toda interação há um contrato, cujos sujeitos envolvidos podem assumir as regras pactuadas, implícita ou

explicitamente, ou rejeitá-las. Ao deslocarmos a noção de contrato de comunicação para reflexão sobre gênero e sexualidade, temos o entendimento que as relações humanas, inscritas na cultura brasileira, estão reguladas por um contrato cisheteronormativo. Esse contrato se funda em regras materializadas em imaginários socioculturais (CHARAUDEAU, 2015) que formam uma cadeia de citações (BUTLER, 2015), naturalizadas ao longo da vida. Essas regras ganham força performativa quando adquirem um poder moral vinculante passando a determinar a fixação de comportamentos, linguagens e formas de ser e estar no mundo.

Os sujeitos que participam desse contrato podem não se reconhecer nas regras impostas pela heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2015), adotando performances discursivas que se propõem a ressignificar o poder moral vinculado a elas.

#### 4. AS MARGENS DE MANOBRA COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA

A linguagem ocupa um lugar central na construção dos sujeitos sociais, tanto individual quanto coletivamente. Para Charaudeau (2015, p. 13), essa construção acontece em “três domínios da atividade humana: o domínio da socialização, do pensamento e dos valores.” No domínio dos valores, se aproximarmos as perspectivas teóricas que compõem o nosso trabalho, parece residir o ponto nodal que potencializa a prática discursiva das pessoas LGBTI+, seja para reiterar dizeres anteriores fundados na matriz (cis)heterossexual, seja para propor uma tentativa de ressignificação de termos e expressões utilizados como insultos que buscam inferiorizar pessoas não-heterossexuais. Conforme postulado por Charaudeau (2015), é nesse domínio que os dizeres precisam ser ditos para existirem. Sendo assim, é por meio dos atos de linguagem verbalizados no espaço público que os efeitos de sentido são construídos em relação às questões de gênero e sexualidade.

Ainda para Charaudeau (2015, p. 21), esses dizeres são manifestos por meio de imaginários socioculturais, os quais “manifestam valores por eles compartilhados, nos quais se reconhecem e que constituem sua memória identitária”. Com base nesse raciocínio, podemos sustentar que ressignificar algo implica, necessariamente, além da capacidade criativa dos seres humanos no uso da linguagem, a transformação axiológica de um dado significado, os quais podem ser associados ética e moralmente ou a um aspecto social positivo ou a um negativo. Como consequência, um dado significante

passaria a compor – e dispersar – uma nova cadeia semântica (HALL, 2003) ou formação discursiva (FOUCAULT, 2013); no caso LGBTI+, uma zona de sentidos que busque valorizar o grupo e sua identidade, rompendo com a naturalidade/evidência da cisheteronormatividade compulsória.

No mês de julho de 2020 o Palácio do Planalto confirmou que o ex-Presidente, Jair Bolsonaro, testou positivo para covid-19 e a coluna assinada pela jornalista Mônica Bergamo do jornal Folha de S. Paulo<sup>1</sup> noticiou que antes de testar positivo o presidente dizia para pessoas próximas que usar máscara é “coisa de viado”. O relato da jornalista se tornou um dos assuntos mais comentados no microblog *Twitter* e o jornalista e colunista do UOL, Fernando Oliveira, conhecido como Fefito, lançou uma campanha com a hashtag #coisadeviado em resposta ao presidente. A campanha rapidamente viralizou de forma que os internautas compartilhavam fotos com máscaras e críticas ao ato de linguagem homofóbico do presidente<sup>2</sup>.

Figura 02: Reação do jornalista Fefito



Fonte: <https://twitter.com/fefito/status/1280866096590061576/photo/1>

Como nos ensina Michel Foucault (2013), os discursos, no sentido de organizações contingentes dos saberes históricos, são fundados, dentre outros, pelo princípio da descontinuidade, o qual instaura as relações contraditórias em qualquer prática de linguagem. No intuito de operacionalizar a análise, extrairemos dos excertos

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2020/07/mascara-e-coisa-de-v-dizia-bolsonaro-na-frente-de-visitas.shtml>

<sup>2</sup> Disponível em: <https://blogdacidadania.com.br/2020/07/campanha-coisa-de-viado-combate-homofobia-de-bolsonaro/>

os significantes considerados fundamentais à organização de uma dada posição discursiva, focando-nos nos léxicos adjetivais, conforme a proposta metodológica de cadeias semânticas de Morais (2018), derivada das contribuições teóricas de Hall (2003).

A reação do jornalista gay aposta na dicotomização como estratégia argumentativa, isto é, tendem a opor dois lados estanques de forma muito clara e homogênea: o eu/nós contra o eles, tendendo a positivar o primeiro e a negativar o segundo. De um lado, há os dizeres que postulam a possibilidade de uma liberdade diante da heterossexualidade compulsória e, de outro – a fala do presidente, o reconhecimento da opressão que é exercida pelo padrão normativo da cisheteronormatividade, o qual deve ser seguido para que haja uma plena inclusão na sociedade, configurando-se, em vista disso, naquilo que Butler (2015) define como heterossexualidade compulsória e que, neste trabalho, também acrescentamos a cisheteronormatividade. Se selecionarmos o par de significantes “coisa de viado” e “coisa de homem”, centrais – pela oposição diametral que estabelecem – à organização dessa perspectiva de conflito, e selecionarmos os qualificadores que se associam – implícita ou explicitamente – a cada um desses conceitos, os dizeres podem ser organizados em duas cadeias semânticas, quais sejam:

- (I)      **Coisa de homem** → reforço da cisheterossexualidade → naturalização da homofobia → masculinidade → hierarquia → submissão
- (II)     **Coisa de viado** → contestação da cisheteronormatividade → positivação da homossexualidade → ressignificação da masculinidade → resistência à hierarquia → não submissão

A primeira cadeia semântica - “coisa de homem” - se localiza, semanticamente, numa categoria de opressão que parece estar ligada a ordens autoritárias vindas de dentro da própria instituição cisheteronormativa, cujo ápice de realização é a constituição familiar heterosexual, comumente defendida pelo que temos nomeado como bolsonarismo. “Coisa de homem” é um dizer implícito que fora pronunciado quando o ato de linguagem “coisa de viado” veio à tona para criticar cientistas e atores sociais que estavam defendendo o uso de máscaras como uma tecnologia de prevenção da Covid-19. O ato de linguagem do ex-presidente é um chamado para que seus aliados continuem a assinar um contrato de comunicação cisheteronormativo, cuja uma das

principais regras é a disseminação de insultos verbais direcionadas às pessoas LGBTI+ e o persistente reforço da masculinidade como lugar de positivação. Esse contrato projeta um destinatário idealizado que concorda com a naturalização da homofobia como prática social.

O uso de “viado” como um léxico adjetival, comumente utilizado como xingamento, parece significar a repetição da opressão de uma autoridade militar/familiar em relação aos não-heterossexuais e, desta forma, coisas que são de viado se tornam um *script* de comportamento diametralmente oposto ao homem masculino, cisgênero e heterossexual. Além disso, as coisas que não são de homem sustentam um contexto de violências verbais que muitos LGBTI+ vivenciam em suas famílias, passando a serem excluídos desse ambiente, “célula menor da ordem social”, em decorrência da sua condição de gênero e orientação sexual, independentemente da forma como se associam aos movimentos de afirmação identitária dessa condição. Tomando como parâmetro a cisheterossexualidade como norma passam a ser tratados, literalmente, como pessoas fracas e incapazes de enfrentar o coronavírus.

O papel social que o gênero masculino e o gênero feminino exercem nesse enunciado, também se traduz em valores e comportamentos a serem seguidos. Valores morais como cuidado, afeto, sensibilidade, fraqueza, bondade, perdão, amor, emoção e submissão estariam relacionados com o gênero feminino (coisa de viado). De modo oposto, valores morais como força, ordem, autoridade, violência, disciplina, razão, controle e regulação estariam em direta relação com o gênero masculino (coisa de homem). Esses valores se constituem como herança do patriarcalismo e define, de forma geral, o papel da mulher e do homem a partir da biologia dos seus corpos. Com isso, a normatização de comportamentos, linguagens e formas de ver o mundo se organizam a partir de um contexto que fixa uma ordem, hierarquia e norma a ser seguida, sobretudo num momento de incertezas e desinformação relacionadas com a pandemia do coronavírus.

A história de vida das pessoas LGBTI+ não significa um retorno ao passado, mas experiências que foram fundamentais para constituição desses sujeitos sociais. As performances discursivas vivenciadas contribuem para formação do pensamento, da moral e da sensibilidade que estas pessoas adquirem para enfrentamento da cisheteronormatividade, quando assumem uma posição de contestação da opressão, ou

seja, se utilizam das margens de manobra nesse contrato de comunicação como estratégias para resistirem e lutarem por dignidade e cidadania plena.

Tomando a segunda cadeia semântica, o léxico adjetival “coisa de viado”, que passou a ser utilizado como exaltação do orgulho de ser viado, mas também do orgulho de se proteger do vírus da Covid-19, reivindica a liberdade para vivenciar outras formas de comportamento e sexualidade associada a atitudes ousadas, mas que exigem o protagonismo individual dos sujeitos. Interessante perceber que o protagonismo individual aponta para uma forma de ver as rupturas diferentemente do protagonismo social ou dos grupos. Há duas formas de perceber as lutas políticas, uma mais liberal, individualizada ou individualista, outra mais social, coletiva. Essa ousadia estaria materializada num sentimento de não submissão a regras impostas por uma autoridade associada ao militarismo, no caso o ex-presidente, que seria o sujeito social que incorpora essa representação de autoridade. Nesse caso, o olhar para o contexto de pandemia é representativo de opressão, já que o fato de enfrentar o ex-presidente, microcosmo da opressão, faz com que haja reforço do medo do macrocosmo, a pandemia de coronavírus, fazendo com que haja uma resposta insubmissa que reivindique o direito à saúde, à vida e à outras formas de vivenciar a masculinidade, ou seja, utilizando a máscara como uma tecnologia de prevenção do contágio pela Covid-19.

Para a Linguística Queer (BORBA, 2015), semelhante à abordagem semiolinguística de Charaudeau (2012; 2015), os sujeitos não são assujeitados, visto que eles atuam com uma margem de manobra capaz de propor performatividades discursivas, ou seja, esses sujeitos são capazes de compreender e enfrentar contextos de discriminação e opressão. São capazes, portanto, de formular discursos de resistência a normas que possam ser consideradas opressoras. No caso em estudo, parece existir um chamado para que pessoas LGBTI+ desobedeçam ao ex-presidente e assumam o protagonismo de lutarem pelas suas vidas e afetos.

Frente a essa dicotomia, parece existir uma proposta, implícita, para que os sujeitos assumam posicionamentos de contestação da opressão que vivenciam na sociedade. Ao não se perceberem responsáveis por uma herança de opressão, fixada em contratos cisheteronormativos, das quais não se reconhecem, assumem um

conjunto de regras contestatórias e outros valores que passam a transmitir. Valores que rompem com dizeres e comportamentos cisheteronormativos.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho procuramos refletir sobre as margens de manobra do contrato de comunicação da extrema-direita como uma estratégia de resistência das pessoas LGBTI+. Na primeira parte do texto, apresentamos a linguística *queer* como uma proposta teórico-política profícua para investigar os intentos biopolíticos da cisheteronormatividade e buscamos conectá-la com o conceito de contrato de comunicação proposto na teoria semiolinguística.

Na segunda, apresentamos a estrutura do contrato de comunicação e apontamos que o protagonismo LGBTI+ pode ser uma boa estratégia argumentativa para contestar os valores morais excludentes. Na terceira e última parte analisamos os atos de linguagem do jornalista Fefito que disparou uma campanha de massa no microblog *Twitter* como uma reação a um insulto homofóbico do presidente, mas também uma estratégia linguística de resistência no contrato de comunicação cisheteronormativo que faz parte das narrativas da extrema-direita no Brasil.

Concluímos que as pessoas LGBTI+ podem não se reconhecer no contrato de comunicação da extrema-direita e, desta forma, utilizam margens de manobra como estratégia para enfrentar esse contexto de violências e estigmatização, aprofundados pelo contexto da pandemia do coronavírus, propondo novos lugares e efeitos de sentido, não aceitando e nem se submetendo a valores morais e regras de comportamento das quais não se identificam. A linguagem, materializada nos discursos, parece ser um bom caminho para batalhar por mais democracia, cidadania, dignidade e direitos humanos.

## REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. A comunidade moral bolsonarista. In: **DEMOCRACIA em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil de hoje**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. cap. 3, p. 52-70.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. Máquinas discursivas, ciborgues e transfeminismo. **Revista Gênero**, v. 14, n. 1, 2013.

BEM GONÇALVES, Carlos Henrique. **Por uma performance polêmica: as visadas argumentativas como estratégias de contestação da heterossexualidade**

- compulsória.** Orientador: Dr. Argus Romero Abreu de Moraes. 2019. 163 f. Dissertação (Mestrado: Programa de Pós-Graduação em Letras: Teoria Literária e Crítica da Cultura. Discurso e Representação Social) - Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, MG, 2019.
- BENTO, Berenice. Queer o quê? Ativismo e estudos transviados. **Revista Cult** – Dossiê Teoria Queer – o gênero sexual em discussão, nº 193, ano 17, p.42-46, agosto de 2014.
- BORBA, Rodrigo. A linguagem importa? Sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais. **Cadernos Pagu**, 2014, p. 441-474. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s01048332014000200441&script=sci\\_abstract&tlang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s01048332014000200441&script=sci_abstract&tlang=pt). Acesso em: 04 jul. 2017.
- BORBA, Rodrigo. Linguística Queer: Uma perspectiva pós-identitária para os estudos da linguagem. **Revista Entrelinhas**, [S.I.], v.9, n.1, p.91-107, jun. 2015. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/entrelinhas/article/viewFile/10378/4862>. Acesso em: 04 jul. 2017.
- BORBA, R. Falantes transviadxs: Linguística Queer e performatividades monstruosas. **Cadernos de Linguagem & Sociedade**, v. 21, n. 2, 2020.
- BOSCO, Francisco. **A vítima tem sempre razão? Lutas identitárias e o novo espaço público brasileiro**. 1 ed. São Paulo. Todavia, 2017. 208 p.
- BUTLER, Judith. Acerca del término “queer.” In Judith Butler. **Cuerpos que importan – sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”**. Buenos Aires: Paidós, 2002, p. 313-339. Disponível em: [https://www.psi.uba.ar/academica/carrerasdegrado/psicologia/sitios\\_catedras/practicas\\_profesionales/824\\_rol\\_psico\\_rha/material/descargas/unidad\\_2/butler.pdf](https://www.psi.uba.ar/academica/carrerasdegrado/psicologia/sitios_catedras/practicas_profesionales/824_rol_psico_rha/material/descargas/unidad_2/butler.pdf). Acesso em: 10 ago. 2017.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CAMERON, D.; KULICK, D. **Language and Sexuality**. Cambridge: Cambridge Press, 2003.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Tradução de Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.
- CHARAUDEAU, P. **Linguagem e discurso: modos de organização**. Trad. de Aparecida Pauliukonis e Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2012.
- CHARAUDEAU, Patrick. Identidade linguística, identidade cultural: uma relação paradoxal. In: LARA, Gláucia Proença, LIMBERTI, Rita Pacheco. **Discurso e**

- (des)igualdade social. São Paulo. Contexto, 2015. p.13-29. Trad. Clebson Luiz de Brito e Wander Emediato de Souza.
- FOUCAULT , Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no Collége de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 23. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013. 74 p. ISBN 9788515013593.
- HALL, S. Significação, representação, ideologia: Althusser e os debates pós-estruturalistas. In: HALL, S. Da diáspora: Identidades e mediações culturais. Organização Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- LA TAILLE, Yves de. O sentimento de vergonha e suas relações com a moralidade. **Psicol. Reflex. Crit.** [online]. 2002, vol.15, n.1, pp.13-25. ISSN 0102-7972. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722002000100003>. Acesso em: 10 de mar. 2019.
- LEWIS, E. S. Do léxico gay à linguística queer: desestabilizando a norma homossexual oculta nas teorias queer. **Revista de Estudos Linguísticos do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo**, n. 47, p. 675-690, 2018.
- LÍVIA, A.; HALL, K. “É uma menina!”: a volta da performatividade à linguística. In: OSTERMANN, A. C.; FONTANA, B. (org.). **Linguagem, gênero, sexualidade**. Clássicos traduzidos. São Paulo: Parábola, 2010. p. 109-129.
- LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho – ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 11-25.
- MISCKOLCI, Richard. Crítica à hegemonia heterossexual. **Revista Cult – Dossiê Teoria Queer – o gênero sexual em discussão**, nº 193, ano 17, p.33-35, agosto de 2014.
- MISCKOLCI, Richard. O que é o queer? I **Seminário Queer** – Sesc São Paulo. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uB8Yd53x51M>. Acesso em 17 de novembro de 2016.
- MOTSCHENBACHER, H. Taking queer linguistics further: sociolinguistics and critical heteronormativity research. **International Journal of the Sociology of Language**, n. 212, p. 149-179, 2011.
- MORAIS, Argus Romero Abreu de. A estética da intolerância: extremismo político e arte no Brasil atual. **Revista RUA** , Campinas, v. 24, n. 2, p. 499-524, 8 out. 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8653498>. Acesso em: 3 jan. 2019.
- SAÉZ, Javier e PRECIADO, Beatriz. Prólogo (Lenguaje, poder e identidade). In. Judith Butler. **Lenguaje, poder e identidade**. Madrid: Editorial Síntesis S.A, 1997, p. 10-13.

SANTOS FILHO, I. I. **Linguística queer**. Recife: Pipa, 2020.

SILVA, D. DA C. P. Materialização discursiva da cis-heteronormatividade em perspectiva escalar: contribuições para a Linguística Queer. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 21, n. 2, p. 280-306, 31 dez. 2020.

SILVEIRA, S. A. da. Direita nas redes sociais. CRUZ, S. V; Kaysel, A; CODAS, G. (org.). **Direita, volver!: o retorno da Direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo: Edição Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 213-30.

SOLANO, Esther. A bolsonarização do Brasil. In: **DEMOCRACIA em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil de hoje**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. cap. 19, p. 307-321.

VERGUEIRO , Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneride como normatividade**. Orientador: Djalma Thürler. 2015. 244 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/19685>. Acesso em: 7 out. 2020.

# CAPÍTULO VI

## REFLEXÕES SOBRE A VELHICE E A PANDEMIA DE COVID-19 A PARTIR DE NARRATIVAS DE UM HOMEM GAY

REFLECTIONS ON OLD AGE AND THE COVID-19 PANDEMIC FROM A GAY MAN'S NARRATIVES

DOI: [10.51859/amplia.cfg3217-6](https://doi.org/10.51859/amplia.cfg3217-6)

Fábio Ronaldo da Silva<sup>1</sup>  
Raquel da Silva Guedes<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Pós-doutorando em História pelo PPGH/UFCG, Doutor pelo curso de História da Universidade Federal de Pernambuco.

<sup>2</sup> Doutoranda em História pelo PPGH/UFPE, mestre, bacharel e licenciada em História pelo PPGH/UFCG.

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar o relato de um homem gay idoso a respeito da velhice e da pandemia da Covid-19, essa que será compreendida nesse trabalho como um acontecimento e dispositivo. No Brasil, dentre outras questões, a pandemia colocou em evidência vários problemas sociais como a desigualdade de gênero, etária, racial e socioeconômica, que muitas vezes eram invisibilizadas pelas autoridades competentes. Já no que toca o âmbito pessoal, contribuiu para que grande parte dos indivíduos tivessem a percepção, por exemplo, de que são velhos e, por isso, restringidos dos cuidados ou culpabilizados pelas transmissões a partir de discursos efetuados durante a pandemia. Buscaremos criar um campo de leitura em prol de evidenciar a ausência de sensibilidades a respeito de como a velhice vem sendo dita neste período de pandemia no Brasil, sendo descrito os efeitos produzidos a partir do tensionamento entre gênero e outras interseccionalidades. Para tanto, nos apropriamos da discussão sobre História Oral como metodologia trazida por Alberti (2008), Guimarães Neto (2012), e sobre subjetividade sujeitada de Baremblitt, (1996) e Derrida (1997). Já para as discussões sobre velhice e envelhecimento utilizaremos, dentro outros autores, Silva (2017) e Debert (2011) e no que se refere a questão do dispositivo, Foucault (1998) e Agamben (2014) nos darão suporte.

**Palavras-chave:** Pandemia, COVID-19, Homossexualidades, Velhice, Subjetividade sujeitada.

### ABSTRACT

This article aims to present the report of an elderly gay man about old age and the Covid-19 pandemic, which will be understood in this work as an event and device. In Brazil, among other issues, the pandemic has highlighted several social problems such as gender, age, racial and socioeconomic inequality, which were often made invisible by the competent authorities. As for the personal scope, it contributed to a large number of individuals having the perception, for example, that they are old and, therefore, restricted from care or blamed for the transmissions based on speeches made during the pandemic. We will seek to create a reading field in order to highlight the absence of sensibilities regarding how old age has been said in this pandemic period in Brazil, describing the effects produced from the tension between gender and other intersectionalities. To do so, we appropriated the discussion on Oral History as a methodology brought by Alberti (2008), Guimarães Neto (2012), and on subjected subjectivity by Baremblitt, (1996) and Derrida (1997). As for the discussions on old age and aging, we will use, among other authors, Silva (2017) and Debert (2011) and regarding the issue of the device, Foucault (1998) and Agamben (2014) will support us.

**Keywords:** Pandemic, COVID-19, Homosexuality, Old age, Subjected subjectivity.

## 1. INTRODUÇÃO

Desde o começo do ano de 2020 o mundo passou a vivenciar a primeira pandemia do século XXI causada pelo novo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, que causa a doença COVID-19. Os primeiros registros do vírus foram detectados nos últimos dias de dezembro de 2019 na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China. A pandemia só foi oficialmente anunciada em março de 2020 pelo diretor-geral da Organização Mundial de Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus. Naquele mês, já haviam sido detectados 118 mil casos da doença em 114 países.

De acordo com o “Monitora Covid-19”, projeto do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), no primeiro semestre no Brasil ocorreram 35.126 óbitos de pessoas idosas, correspondendo a 71% do total de óbitos por Covid-19. Até o momento de finalização deste artigo, mundialmente o vírus já tinha atingido 690.893.536 pessoas e, apenas no Brasil, 703.964 mil pessoas foram a óbito causado pela Covid-19<sup>1</sup>, tendo um total de 37.671.420 pessoas infectadas, de acordo com o portal saúde do Governo Federal.

De acordo com dados do IBGE, a população brasileira em 2020 era de 212.2 milhões de habitantes<sup>2</sup>, sendo que 29,9 milhões dessa população é formada por pessoas com 60 anos mais. Quando analisamos esses dados hoje, junho de 2023, percebemos que, de acordo com o censo de 2022, o número total de habitantes no Brasil é de 207.750.291 pessoas, indicando diretamente a perda populacional que os anos de pandemia nos trouxeram. Já no tocante ao número de idosos, os dados ainda não foram atualizados até o presente momento, mas sabe-se que é uma população em idade de maior risco de contaminação por Covid-19. Por conta disso, esse grupo populacional passou a ser associado ao Covid-19 e logo começou a ser chamado e tratado pelos detentores do saber-poder - Governo Federal, médicos e mídia -, como grupo<sup>3</sup> de risco ao invés de serem reconhecidos como grupo vulnerável.

<sup>1</sup> Existe ainda o agravante de que esses números podem ser bem mais altos do que os dados indicados. Fora os vários momentos que o governo federal procurou restringir o acesso a dados sobre a pandemia da covid-19, fazendo com que vários veículos de comunicação formassem um consórcio para trabalhar de forma colaborativa para buscar as informações diretamente das secretarias de saúde dos 27 estados do Brasil.

<sup>2</sup> [https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/box\\_popclock.php](https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/box_popclock.php)

<sup>3</sup> Nesta pandemia, OMS definiu como grupo de risco maiores de 60 anos, pessoas imunossuprimidas e/ou portadoras de doenças crônicas ou graves, gestantes e lactantes.

Grupo vulnerável<sup>1</sup> é composto por pessoas que estão expostas de forma desproporcional a um risco, entretanto, aquelas outras tidas como não-vulneráveis, em um cenário normal, também podem se tornar vulneráveis dependendo das políticas desenvolvidas para o enfrentamento da pandemia. Logo, não apenas idosos, pessoas em situação de rua ou aquelas que possuem alguma comorbidade estão propensas a contrair o vírus, mas toda e qualquer pessoa que possua ou não essas características, mas, e principalmente, aquelas de baixo poder aquisitivo e que moram em lugares periféricos. E, pensando especificamente no Brasil, o vírus não atingiu a população da mesma forma. De acordo com pesquisa realizada pela Fiocruz, marcadores sociais como raça, gênero sexualidade, territórios, dinâmicas sociais e econômicas influenciaram no número de infectados<sup>2</sup>. Entretanto, nos primeiros meses da pandemia no país, o foco eram apenas pessoas idosas.

Como signatário do Plano Internacional de Envelhecimento de 2002, o Brasil tem como compromisso reconhecer a vulnerabilidade das pessoas idosas em situações de emergência humana, como numa pandemia, mas isso não aconteceu. A postura do presidente Jair Messias Bolsonaro (PL) foi a de negar a gravidade da pandemia, menosprezando a ciência, relativizando a situação e, em vários momentos, desdenhando das vítimas da doença. “Alguns vão morrer? Vão morrer. Lamento, é a vida. Não pode parar uma fábrica de automóveis porque tem mortes no trânsito<sup>3</sup>”, afirmou o presidente do país em um programa de TV.

Da noite para o dia vimos ser desconstruído o discurso gestado no país, entre o final do século XX e começo do século XXI, de uma velhice ativa, produtiva, de idosos como sujeitos políticos. A mídia trouxe de volta a imagem do idoso como pessoa frágil, incapaz, que deve ser cuidada sendo acrescentado o fato de ser este um grupo altamente contaminante pelo coronavírus.

---

<sup>1</sup> A vulnerabilidade é amplamente definida como a incapacidade de proteger os próprios interesses (CIOMS 2018).

<sup>2</sup> Sugerimos como leitura sobre essa questão o artigo “População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde” de Márcia Pereira Alves dos Santos *et al.* In: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v34n99/1806-9592-ea-34-99-225.pdf> que reflete sobre as assimetrias que a pandemia produz no contexto das desigualdades no Brasil.

<sup>3</sup> <https://veja.abril.com.br/blog/jorge-pontes/a-necropolitica-adotada-pelo-brasil-em-2020-tem-as-digitais-de-bolsonaro/> -

A pandemia, que é aqui compreendida como *acontecimento*, funciona também como analisador histórico que faz emergir questões até então naturalizadas no campo de disputas de forças entre o micro e o macrossocial, tornando visível situações naturalizadas pelas instituições e contribuindo para escancarar as desigualdades históricas no país no que se refere as desigualdades sociais e de gênero que, muitas vezes, buscava-se silenciar, mas que ganharam visibilidade ou foram potencializadas. Sabemos que a igualdade total é quase uma utopia, mas a grande desigualdade existente no país, com tantas pessoas excluídas da saúde, economia e educação é injustificável e inaceitável. Mas a pandemia não afetou apenas o sistema econômico, político ou social, no que se refere a vida privada, afetou também a vida sexual e amorosa de casais e pessoas solteiras. Ela sequestrou os apertos de mãos, beijos, abraços, os toques e fez os espaços de interação social e sexual diminuir causando sufocamento, perda da libido, o desprazer. Além do mais, possibilitou que determinadas realidades viessem à tona, fazendo com que as pessoas percebessem não apenas a realidade externa de outra forma, mas também a si mesmo e isso, possivelmente, foi provocado pelo isolamento social que grande parte da população brasileira vivenciou.

Tendo a História Oral como aporte metodológico, este texto apresenta narrativas de um homem gay idoso sobre a pandemia da COVID-19 e a experiência de subjetividade assujeitada ao se perceber como sujeito idoso. A narrativa oral é uma das formas linguísticas que uma pessoa pode expressar o que pôde reconstruir das lembranças de eventos que já passaram. É a forma que o passado vai ganhando sentido, sendo este procedimento uma maneira empática da pessoa entrevistada externar como sentiu ou vivenciou acontecimentos históricos, a partir disso, o uso da História Oral ajudou nosso colaborador a externar sua vivência e subjetividades sobre a pandemia.

## 2. A PANDEMIA E A VELHICE

A pandemia da COVID-19 constitui um dos maiores problemas de saúde pública do último século e os desafios impostos aos países incluem a definição de medidas que garantam a proteção da saúde e diminuam os danos econômicos, respeitando os direitos humanos. Dentre as medidas para conter a expansão da pandemia, a Organização Mundial da Saúde (OMS) sugeriu que os países adotassem o distanciamento social no intuito de conter a propagação do vírus e para evitar que o

sistema de saúde entrasse em colapso. As autoridades sanitárias de vários países passaram então a recomendar algumas estratégias para conter a transmissão do vírus, como as limitações do contato com populações especiais, restrição a circulação e a proibição de aglomerações.

No Brasil, o dispositivo do isolamento social atingiu mais de 10 estados. Indo de encontro às políticas adotadas pelo governo do presidente da República, os governadores adotaram as medidas e orientações da OMS para combater a pandemia do novo coronavírus. Algumas cidades passaram 15 dias praticando o isolamento social, noutras um pouco mais de um mês. Em uma situação inédita, grande parte da população brasileira teve que abandonar a vida pública para diminuir as possibilidades de uma possível infecção do coronavírus e, dentro de um lar, tiveram que aprender, dentre outras coisas, a manusear aplicativos para poder trabalhar, a vivenciar um outro tipo de relação com a família, com a companheira ou o companheiro e a testemunhar o adoecimento e morte.

Ao denominar a pandemia e o isolamento como dispositivo, estamos coadunando com a ideia de Agamben (2014) que, ao dialogar com um conceito foucaultiano, nomeará como dispositivo tudo que possui a capacidade de capturar, orientar, determinar, controlar condutas, discursos e opiniões das pessoas.

Foucault (2013) ao falar sobre o dispositivo disciplinar como uma maneira de gerir epidemias nos lembra que “a peste que é desordem, responde à ordem, cuja função é desemaranhar as confusões provocadas pela doença que se transmite quando os corpos se misturam” (p.201). Mesmo falando do dispositivo de imposição de normas e quarentena para com os idosos, nos apropriamos dos ditos do filósofo, pois nos ajudam a perceber o poder disciplinar que nos fora imposto na pandemia do novo coronavírus: ficar em casa, usar máscara, usar álcool em gel, manter distanciamento social, etc. Pode-se dizer que a atual pandemia trouxe uma nova reconfiguração das relações de poder com uma estratégia biopolítica centrada no dispositivo de segurança e antecipação do risco, além da valorização da vacina. Mas, com aponta Boaventura Santos (2020), as medidas de quarentena e de distanciamento físico afetaram de diferentes formas os grupos sociais, dentre eles, as mulheres, os idosos, trabalhados informais e da rua, os sem-abrigos, populações das periferias, dentre outros. Consciente da extensão da lista, o autor afirma que os grupos destacados merecem reflexão pois,

Por um lado, ao contrário do que é veiculado pelos *media* e pelas organizações internacionais, a quarentena não só torna mais visíveis, como reforça a injustiça, a discriminação, a exclusão social e o sofrimento imerecido que elas provocam. Acontece que tais assimetrias se tornam mais invisíveis em face do pânico que se apodera dos que não estão habituados a ele. (SANTOS, 2020, p.21).

Como já mencionado no início deste texto, o grupo dos idosos foi um dos que primeiro passou a ser discriminado por causa da COVID-19. Com a possibilidade de sobrecarga no sistema de saúde, surgiram discussões sobre a destinação de recursos de saúde, prioritariamente, para pacientes jovens e adultos, alimentando a polêmica sobre o direito à vida e o direito de quem deve ou não continuar vivo. Além disso, vários memes depreciativos, discursos preconceituosos e estereótipos negativos contra a pessoa idosa passaram a emergir em diversas plataformas, evidenciando o preconceito que existe na sociedade para com pessoas mais velhas.

Em geral, a História se reporta aos velhos como repositórios de memória. O aumento da proporção de idosos entre a população é um fenômeno mundial bastante significativo que muitos a percebem como uma “revolução demográfica”. Nos últimos cinquenta anos do século XX, a expectativa de vida aumentou em cerca de vinte anos. E foi também no mesmo século que os temas velhice e envelhecimento populacional ganharam mais atenção. A ideia de envelhecimento vem mudando ao longo do tempo, impulsionada não apenas pelos avanços nos vários campos do conhecimento que proporcionam o aumento do tempo de vida, mas também pelos recursos da medicina e da área de saúde em geral.

Bosi (1994) observa a velhice como uma categoria social que tem um estatuto ocasional, uma vez que cada sociedade tem sua própria forma de vivenciar o “declínio biológico do homem”. Desta feita, ser criança, jovem ou velho é estar inserido em um sistema social cheio de vantagens e desvantagens que poderão ser vivenciadas ao longo do tempo.

Já Bourdieu (1980), afirma que “velhice” é apenas uma palavra. O que de fato existe, na divisão lógica entre juventude e velhice, é disputa pelo poder, é manipulação; configurando-se no estabelecimento de uma ordem na qual cada um deve manter-se em seu lugar, com estabelecimento de limites que, quando não respeitados ou não bem estabelecidos, fazem surgir os conflitos entre as gerações.

Buscando-se redefinir uma imagem positiva do envelhecimento, a palavra “velho” é tida como agregador de preconceitos. Então outras terminologias passaram a ser inventadas: idosos, terceira idade, melhor idade. Cada uma possuindo uma grande variedade de significados e representações. Mesmo assim, prevalece o paradigma de que ser velho é sinônimo de inatividade, inutilidade, impotência, fragilidade, solidão. E foram esses sinônimos que reencarnaram nos discursos midiático, médico e de outros saber-poder. Não possuidor da vitalidade física, o corpo perde a virilidade, torna-se opaco, sem vida. No mundo moderno, estar velho e, consequentemente, vivenciar a velhice é aproximar-se da morte (ALBUQUERQUE JR, 2010).

A Política Nacional do Idoso (Lei 8.842/1994), o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei 10.741/2003) e a própria Constituição Federal de 1988 perderam seu efeito durante a pandemia. Questionamentos sobre quem estabeleceu esses critérios não existiram. Com cobertura da mídia, vimos várias situações de ageísmo e a vida dos idosos ser resumida a nada, se tornaram seres abjetos, que não mereciam respirar. E foram essas violências simbólicas e discursivas sobre a velhice, além de óbito e contágio de pessoas conhecidas, que fizeram Francisco Haroldo Aragão Filho, 61 anos se reconhecer como uma pessoa idosa.

Eu não me vi como mais velho no primeiro momento. Eu não me vi, pensava que era mais velho, com a idade da minha mãe, com 86 [anos], embora eles dissessem acima de 60, eu não me via. Ainda mais que eu estava fazendo natação, Fábio. (...) Me deu medo quando fui vendo a coisa aproximando da [minha] faixa etária e aí a ficha vai caindo mais. No primeiro momento você diz, isso não vai acontecer comigo, eu vou me defender, isso não vai acontecer comigo. E aí eu ouvi relatos de pessoas que estavam dentro de casa e se contaminaram. (ARAGÃO FILHO, 2020, p. 14).

O entrevistado não se percebia como idoso por ter uma velhice ativa, praticar esporte, estar saudável, não possuir um corpo debilitado, ou seja, ele era o oposto do que foi sendo construído no imaginário sobre pessoas idosas. Pela ausência de limitações físicas, a idade cronológica ainda não havia encarnado em seu corpo. Mas a partir da pandemia da COVID-19, outras subjetividades passaram a ser gestadas. Como não se envelhece de uma vez, torna-se mais fácil afirmar que a velhice está nos outros, pois é mais fácil perceber o envelhecimento em quem está do nosso lado ou a nossa frente. É como se existisse uma miopia para com o sujeito e a sua própria imagem. Como bem reforça Guatarri e Rolnik (2005, p. 39),

A subjetividade é produzida por agenciamentos de enunciação. Os processos de subjetivação ou de semiotização não são centrados em agentes individuais (no funcionamento de instâncias intrapsíquicas, egóicas, microssociais), nem em agentes grupais. Esses processos são duplamente descentrados. Implicam o funcionamento de máquinas de expressão que podem ser tanto de natureza extrapessoal, extraindividual (sistemas maquinícios, econômicos, sociais, tecnológicos, icônicos, ecológicos, etológicos, de mídia, ou seja, sistemas que não são mais imediatamente antropológicos), quanto de natureza infrahumana, infrapsíquica, infrapessoal (sistemas de percepção, de sensibilidade, de afeto, de desejo, de representação, de imagem e de valor, modos de memorização e de produção de ideias, sistemas de inibição e de automatismos, sistemas corporais, orgânicos, biológicos, fisiológicos e assim por diante).

Considerando que a subjetividade é o resultado, sempre inconcluso, de um processo de subjetivação, é importante sempre estar atento e perceber a subjetivação vivenciada por esses sujeitos. A subjetividade de Francisco Haroldo sobre ser idoso foi reformulada a partir de enunciados atravessados por saberes de diversos campos.

Em um momento em que cada vez mais a ideia de envelhecer é desprezada e a jovialidade tida como o estágio da felicidade, devendo sempre ser preservada com o uso de todas as tecnologias disponíveis no mercado estético e de cosmético, o discurso estigmatizante dos idosos como grupo de risco reproduzido exaustivamente pelos saberes médicos, bem como as alocuções religiosas, governamentais e midiáticas contribuíram para que, pessoas idosas cis, homo ou trans passassem a ter a Covid-19 como mensageiro que anuncia a sentença de morte.

Com o intuito de ficar mais isolado, Haroldo e seu esposo saíram de Fortaleza (CE) em março e foram para Guaramiranga, outra cidade cearense, mas longe do litoral e que tem um número populacional bem menor do que a capital.

O Ricardo disse “Haroldo, junto o máximo de coisas vamos embora e lá a gente vê como o que é que faz, a gente não fica aqui não”. Ele trabalha com arquitetura hospitalar, então ele tem noções de como acontecem infecções, então ele é bem assustado com essas coisas. (...) E aí eu fui no dia 19 e no dia 21 eu voltei para pegar minha mãe. Eu digo “mãe, você vem ficar aqui comigo”. Aí eu vim, peguei mamãe e levei a mamãe e uma cuidadora e ela ficou até agosto lá comigo, depois ela veio embora, não quis mais ficar. (ARAGÃO FILHO, 2020, p. 8).

Mesmo sem saber se atendiam o discurso da ciência ou do Presidente da República, grande parte da população brasileira aderiu, da forma como foi possível, o isolamento social. Tendo a vida modificada, sem o contato presencial dos colegas de

trabalho, dos amigos e da família, foi necessário aprender a partilhar a vivência do desalento e os afetos através de telas de *smartphone*, *tablet*, computador ou *notebook*.

A forma de comunicação passou a ser toda online, esconder-se longe das grandes metrópoles se tornou uma necessidade, a busca por sobrevivência mediante a precária informação e da falta de apoio do sistema de saúde, que tinham enfrentamentos distintos para cada estado brasileiro, deixou todos assustados e desconexos. A pedida era o isolamento, nele, quem podia não ir ao trabalho e o fazer online, escolhia os parentes mais próximos para estarem juntos em uma localidade com o intuito de autocuidado e conforto psicológico.

Poderíamos trazer aqui vários cenários particulares que surgiram durante os momentos de isolamento social, como pessoas confinadas com *pets* ou com crianças, acumulando as obrigações domésticas, o trabalho em *home-office* e a educação dos filhos; a sobrecarga feminina ou de pessoas negras, pobres que vivem em locais periféricos, a precarização da vida de modo geral que ficou evidenciada neste momento de pandemia. Muitos casos saiam na mídia de mulheres que trabalhavam como empregadas domésticas e se infectavam ou infectavam suas famílias por terem que estarem expostas as conduções públicas e nas casas de patrões que trabalhavam diretamente em hospitais. As linhas de infecção cresciam rapidamente, pois o vírus estava em todo o ar e nos pequenos contatos humanos.

As adaptações aconteciam de modo arbitrário, pois as informações eram modificadas todos os dias em contas e matérias que se diziam vinculadas ao governo, mas que não estavam em canais oficiais, afinal as autoridades públicas não se manifestaram de maneira eficiente. Curiosamente, os dados e informes mais vistos circulavam em vídeos de aplicativos de comunicação como o *Whatsapp*, sendo uma das formas mais rápidas de alastrar informações que nem sempre tinham veracidade. As aulas passaram a ser online, as plataformas diversas, aglomeravam professores e alunos que tentavam sob todo o custo unir conhecimentos e minimizar os danos de ensino que a ausência física nas escolas e universidades causaram, mas ainda assim, nem todos poderiam acompanhar as aulas por falta de internet e/ou materiais eletrônicos específicos para aula.

Em um dado momento, boa parte da população estava conectada, ouvia-se as vozes, viam-se as imagens por vídeo, sabia-se sobre as novidades dos conhecidos, mas

a distância física gerava consequências. Por exemplo, uma das coisas que nosso colaborador passou a perceber foi o quanto os olhos das pessoas demonstravam medo e de como demonstrações de afeto entre as pessoas amigas lhe faziam falta. Ele relata um encontro que teve no prédio onde mora com uma vizinha “eu encontrei aqui uma amiga idosa, tá com uns 15 dias e ela encheu os olhos d’água quando me viu e eu enchi os olhos d’água quando a vi e a gente não se abraçou” (ARAGÃO FILHO, 2020, p.8).

Existia-se a ausência do apoio em forma de contato físico e do carinho, isso somatizado ao medo de morrer sozinho, à míngua em um hospital, longe dos familiares ou em coma induzido. O desejo de amparo era forte, o medo de não ter sequer a despedida dos parentes em um funeral era real, mas para os idosos isso era quase como uma condenação, não apenas por ser um grupo de risco, mas por terem sido condenados a ser aqueles que proliferariam a doença ou não resistiriam a elas. A proteção ao grupo idoso foi colocada como condenação e a tristeza somada a aceitação dos fatos em cada olhar de lágrimas nos elevadores demostravam isso.

O contribuinte não se via como velho até ser encaixado nessa faixa etária denominada pelo sistema de saúde. Hoje, sabe-se que as mortes mais violentas e prematuras se deram em adultos que eram considerados com meia idade, pois o vírus não tinha um *modus operandi* específico. No tocante as relações de gênero, os públicos se viram mais violentados por ter que se separarem de companheiro(a)s por morarem em casas diferentes ou terem que decidir ir para a mesma moradia juntos por sobrevivência e isso atingir as relações familiares, houve ainda críticas em relação a sexualidade e/ou foram violentados nesse tema com justificativas que permeavam a idade.

A Pandemia e as formas de lidar com ela sujeitaram subjetividades colocando vários grupos em uma faixa etária e manejando o que cada um deles deveriam fazer, ignorando as distintas realidades. As crianças deveriam ser protegidas e observadas, já que o tratamento para elas poderia demorar, aos adultos caberia a força do trabalho e de lidar com as situações, mas dentro do cuidado com a contaminação, pois para eles haveria o tratamento, já que se entendia que o organismo saudável daria segundas chances. Já aos idosos, a doença seria letal, não haveria como manejá-la e caso a saúde colapsasse, pessoas poderiam ser escolhidas para o tratamento, essa inclusive foi uma realidade que se enfrentou ao fim do ano de 2020 e no primeiro semestre de 2021.

quando os picos da doença lotaram os hospitais. Logo, pertencer a determinados grupos era sentir-se condenado e os dias de vida, que eram incertos, dependeriam da sorte e/ou do tempo.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os relatos do entrevistado contribuem para refletir sobre o tempo presente, bem como as dinâmicas que contribuíram para a configuração política do presente no que se refere a gestão de uma pandemia no Brasil, e como ela faz ser sentida pelas pessoas, em especial, um homem gay idoso. Essa é uma tarefa que demanda uma escuta sensível e uma atenção com o mundo. Ouvir o outro em tempos dissonantes e incertos como esse que o mundo passou a vivenciar desde a oficialização da pandemia contribui na reconfiguração de nossas certezas e também de nossas incertezas epistemológicas (HERMETO, AMATO, DELLA MORE, 2019).

A história oral contribui como um espaço de reinvenção da existência, espaço não de análise, mas de audiência, de uma escuta atenta e não de promessa de remissão. O relato de Francisco Haroldo nos chama a atenção sobre as vidas que pedem um maior cuidado diante de um mundo intolerante e cheios de silenciamentos e violências.

Apesar de termos, neste governo, apenas uma política sexual legitimada (heteronormativa, branca, sexista e reprodutiva) as sexualidades dissidentes, descolonizadas tem buscado o direito de ser, de existir e continuar respirando mesmo com uma pandemia e um governo que queira sufocar ou exterminar todas e todos dissidentes. Não saímos do referido governo e nem dessa pandemia da mesma forma ficamos sobrecarregados, adoecidos, vulneráveis, com sequelas físicas e psicológicas, somatizados pela incerteza, enlutados pelos parentes perdidos, assolados em problemas econômicos, sem tato para lidar com a dor e o sofrimento, distantes, apáticos e exaustos.

A pandemia nos mostrou as fragilidades humanas, as consequências que podem ser enfrentadas mediante uma falta de gestão e/ou governo, nos confrontaram sobre temas como o esperar, enfrentar, ter paciência. A pandemia nos ensinou individualmente que todas as vidas fazem falta e coletivamente que quando o mundo colapsa, haverá uma seleção “natural”. Assim, estivemos invadidos e confrontados entre

a ética e a sobrevivência, entre a falta e o medo, como nos mostra o olhar sensível de um homem gay velho.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. In: AGRA DO Ó, Alarcon. **Velhices Imaginadas** - Memórias e envelhecimento no Brasil (1935, 1937, 1945). Campina Grande: EDUFCG, 2010.
- ARAGÃO FILHO, Francisco Haroldo. **Francisco Haroldo Aragão Filho**: entrevista [dez. 2020]. Entrevistador: Fábio Ronaldo da Silva. Fortaleza. 93 min.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1980.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 41<sup>a</sup> ed., 2013.
- GUATARRI, Félix, ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: Cartografias do desejo. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.
- HERMETO, Miriam; AMATO, Gabriel; DELLAMORE, Carolina. **Alteridades em tempos de (in)certezas**: escutas sensíveis. São Paulo: Letra e Voz, 2019.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almeida SA; 2020.

# CAPÍTULO VII

## A SELETIVIDADE CRIMINAL E A GESTÃO DOS NÃO BEM QUISTOS

CRIMINAL SELECTIVITY AND THE MANAGEMENT OF UNWELCOME

DOI: 10.51859/amplia.cfg3217-7

Ronaldo Silva Dimas<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Mestrando em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Advogado, especialista em Ciências Criminais pelo Complexo de Ensino Renato Saraiva – CERS e em Direitos Humanos e Realidades Regionais pelo Faculdade CESUMAR – UNICESUMAR. Bolsista de pós-graduação pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG.

### RESUMO

O presente estudo visa trazer a discussão sobre a seletividade penal e a influência que a criminalização secundária exerce sobre ela. Analisando a forma com que essa seletividade ocorre, vislumbramos um interesse social/mercadológico em manter um sistema de classes em que a hegemonia das camadas superiores permanece imaculada, enquanto os pobres, não bem quistos, seguem em sua miséria, compondo o grosso das fileiras de encarcerados. Neste sentido, o racismo e a sua influência sobre a própria estrutura do corpo social apresenta-se como o elemento-chave na compreensão do sistema punitivo e prisional brasileiro, figurando como verdadeiro guia ao advento das políticas criminais que elegem não outro que não o negro, como seu cliente prioritário.

**Palavras-chave:** Seletividade criminal. Racismo estrutural. Criminologia.

### ABSTRACT

This study aims to bring the discussion about criminal selectivity and the influence that secondary criminalization exerts on it. Analysing the way this selectivity occurs, we envision a social/mercantile interest in maintaining a class system in which the hegemony of the upper layers remains immaculate, while the poor, the non-well-liked, continue in their misery, composing the bulk of the ranks of the incarcerated. In this sense, structural racism and its influence on the very structure of the social body presents itself as the key element in understanding the Brazilian punitive and prison system, appearing as a true guide to the advent of criminal policies that elect no one other than the black person as their priority client.

**Keywords:** Penal selectivity. Structural racism. Criminology.

## 1. INTRODUÇÃO

O ordenamento jurídico pátrio conta hoje com centenas de tipos penais, desde crimes como o homicídio e o estelionato, previstos no Código Penal à exploração de jogos de azar e a prática de vias de fato, regulados pela Lei de Contravenções Penais. Isto posto, seria de se esperar que, ainda que houvesse mais pessoas presas pela prática de umas em relação às outras infrações, houvesse um certo equilíbrio. Todavia, não é isto que acontece na prática.

A população carcerária no Brasil, que hoje conta com mais de 800.000 pessoas (BRASIL, 2022) é composta de indivíduos condenados ou não pela prática de um número relativamente pequeno de tipos penais, reflexo de como se dão as políticas criminais no Brasil.

Esta concentração de prisões (e condenações) em determinados tipos penais não é um fenômeno espontâneo, mas marca de um sistema que elege a sua clientela, com base em estereótipos. A chamada criminalização secundária<sup>1</sup>, realizada pelas forças policiais, Ministério Público etc., determina que tipos de delitos deverão receber sua atenção, e as características dos indivíduos a serem abordados e presos por sua suposta prática.

Os eleitos, não são outros que não os responsáveis pelo que o estudioso argentino Eugenio Raul Zaffaroni chama de “obras toscas da criminalidade” (ZAFFARONI, 2003, p .47), ações grosseiras, geralmente associadas a delitos contra o patrimônio, como furto e roubo, ou o pequeno tráfico de tóxicos, realizados por pessoas pertencentes às camadas mais baixas da sociedade, geralmente, com pouca ou nenhuma educação.

Acrescenta-se a isso, ainda, o aspecto racial. O racismo, que não foi expurgado pela libertação dos negros escravizados, ainda no século XIX, apresenta-se entranhado na própria estrutura do Estado e do corpo social, influenciando e direcionando a forma com que estas políticas criminais se desenrolam, selecionando os povos de origem afro-

---

<sup>1</sup> Juristas como Eugênio Raul Zaffaroni enxergam a existência de dois tipos de criminalização. A primeira ou primária dar-se-ia quando uma lei torna determinado fato um crime. A segunda, também chamada de secundária é feita pelas agências criminalizadoras, como a polícia e o Judiciário, são eles que selecionam quais crimes perseguir.

brasileira como clientes preferenciais de um sistema marcadamente influenciado por uma lógica atuarial<sup>1</sup> marcada pela contenção de riscos.

Esta realidade parece demonstrar a vitalidade de teorias como a de Evgeny Pashukanis (1988), que considera que a política penal em todo sistema leva sempre as marcas dos interesses da classe que a tenha produzido. Realmente, a seletividade do sistema penal pátrio serve aos interesses das classes hegemônicas em manter seus privilégios, ao mesmo tempo que impede a inclusão social e econômica daqueles que vivem às margens da sociedade.

Isto posto, o presente artigo, por meio da revisão bibliográfica, busca lançar luz sobre as questões aqui trazidas. Busca-se atingir este intento, iniciando os estudos com uma análise da relação entre a criminalização secundária realizadas por certos atores sociais e jurídicos e a seletividade do nosso sistema penal e concluindo com o exame do papel do racismo na eleição da clientela deste sistema.

## 2. A CRIMINALIZAÇÃO SECUNDÁRIA E A SELETIVIDADE PENAL

O Código Penal Brasileiro conta com mais de 360 artigos (BRASIL, 1940), dos quais, a maioria se presta a criminalizar condutas consideradas incompatíveis com a nossa ordem social, pelo legislador. Para além disso, existem outros diplomas legais, que também compõem o ordenamento jurídico brasileiro e trazem previsões de condutas criminosas, como por exemplo, a lei de crimes ambientais (Lei 9.605/98). Diante disto, pareceria razoável considerar que, a população carcerária nacional fosse igualmente plural, assim como acontece com a variedade de tipos penais.

Segundo dados do SISDEPEN (Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional) (BRASIL, 2022), o Brasil contava, em julho de 2022, com uma população carcerária de 830.714 pessoas, dentre homens e mulheres. Deste total, os tipos penais que mais levaram pessoas a esta situação de cárcere foram aqueles pertencentes aos crimes contra o patrimônio (303.410 pessoas) e os regulamentados pela lei de drogas (215.466 pessoas).

Diante destes números, é mister questionar o porquê do encarceramento no Brasil ser tão discrepante entre os diferentes tipos penais, concentrando-se, sobremaneira, em dois grupos de crimes. Isto se dá, principalmente, em razão de

<sup>1</sup> Lógica marcada pela utilização de dados estatísticos e matemáticos.

políticas criminais que acabam por eleger as condutas criminais que devem sofrer maior perseguição, fazendo assim com que o sistema criminal punitivo se torne seletivo não só quanto aos tipos penais mas, também, quanto ao estereótipo de criminoso a ser a capturado e preso.

O processo de criminalização se dá em dois momentos diferentes, com a criminalização primária e com a criminalização secundária. A primeira delas se manifesta por meio do “ato e o efeito de sancionar uma lei penal material que incrimina ou permite a punição de certas pessoas” (ZAFFARONI, 2003, P. 43). Neste processo, de elevada carga ideológica, o legislador, tomando por base seus valores e aquilo que acredita ser valioso à sociedade, elege os bens jurídicos que carecem de proteção e as condutas que não podem ser toleradas pelo direito penal.

Feito isto, parte-se, então, para o segundo momento que é a criminalização secundária. Enquanto na “fase” anterior está presente a característica da abstração, sem que este ou aquele indivíduo ou grupo seja objeto de ações persecutórias, aqui, conforme Zaffaroni (2003), a persecução penal se dá sobre pessoas concretas. Uma vez posta, a lei penal, as agências de criminalização secundária, como a polícia e o Ministério Público acabam por escolher quem serão os destinatários das ações punitivas.

Para mais, as ações destes agentes e instituições que procedem com a criminalização secundária não se dá de forma espontânea e sem influência, os órgãos de imprensa e comunicação social desempenham importante papel na orientação da persecução criminal. Estes agentes, entendidos como *empresários morais*, podem ser comunicadores sociais, políticos e até mesmo líderes religiosos que gozem de audiência (ZAFFARONI, 2003).

Os meios de comunicação em massa, como telejornais que se dedicam ao noticiário de prisões e ocorrências criminosas, intercalados, vez ou outra, por pretensos especialistas em segurança pública e outros demagogos de toda sorte, criam um estado de insegurança generalizado e apresentam como única alternativa para colocar termo a esta desordem cívico-jurídica o recrudescimento das ações policiais e o aumento do encarceramento dos não bem-quistos.

A professora Débora Pastana (2019) chama este fenômeno de “indústria cultural do crime” e entende que:

Este tipo de criminologia vigarista sempre existiu e sempre se mostrou, em vários momentos históricos, ser uma das formas mais eficazes de dominação. Seu sucesso está em criar uma ideologia justificadora que faz com que todo ato autoritário seja visto como circunstancial e necessário. O que pode alterar sua configuração no tempo é o recurso comunicacional empregado e os estigmatizados por suas mensagens.

Neste diapasão, Zaffaroni (2003) entende que há uma diferença considerável entre o número de infrações criminais ocorridas e a quantidade delas que chega ao conhecimento das autoridades policiais. Por isso, seria uma utopia acreditar em uma sociedade em que todos os delitos fossem identificados e punidos pelo sistema penal. Em razão disso, as forças de persecução elegem, com o apoio e influência dos empresários morais, os desvios que irão perseguir. Nesta altura, já ninguém mais se surpreende, que esta seleção seja movida por estereótipos e os alvos não serão outros que não aqueles integrantes de grupos sociais e étnicos já marginalizados.

É a partir deste ponto que se torna possível enxergar a razão de a maior parte dos encarcerados no Brasil estarem em semelhantes condições pelas práticas de delitos pertencentes a apenas dois grupos de infrações penais, enquanto outros ilícitos que violam bens jurídicos de igual ou maior relevância acabam não tendo a mesma atenção. Para Vera Andrade (2003), por exemplo, isto ocorre, pois, o sistema penal se move contra pessoas e não contra as ações criminalizadas.

Estes delitos que mais aprisionam, referentes a infrações penais contra o patrimônio e o pequeno tráfico, regido pela lei de drogas, são chamados por Zaffaroni de “obras toscas da criminalidade”, por serem cometidos por pessoas com pouca formação escolar e advindas das camadas mais pobres da população. Inobstante, os dados trazidos pelo SISDEPEN confirmam esta teoria, vez que, parcela considerável dos detentos nos presídios brasileiros não tem, sequer, o ensino fundamental (BRASIL, 2002). Soma-se a isso, ainda, o critério racial, vez que, os mesmos dados nos mostram que pretos e pardos são a maioria dentre os encarcerados. Este entendimento é também presente nos escritos de Baratta (2002, P. 165), para quem:

As maiores chances de ser selecionado para fazer parte da “população criminosa” aparecem, de fato, concentradas nos níveis mais baixos da escala social (subproletariado e grupos marginais). A posição precária no mercado de trabalho (desocupação, subocupação, falta de qualificação profissional) e defeitos de socialização familiar e escolar, que são característicos dos indivíduos pertencentes aos níveis mais baixos, e que na criminologia positivista e em boa parte da criminologia liberal contemporânea são

indicados como as causas da criminalidade, revelam ser, antes, conotações sobre a base que o status de criminoso é atribuído.

Diante disto, está posto o perfil do criminoso a ser perseguido e encarcerado pelo direito penal pátrio: o negro, pobre e com pouca ou nenhuma educação. Tal realidade, certamente, está em consonância com as estruturas de poder que visam manter este tipo de gente exatamente como está: marginalizada e perseguida.

Alessandro Baratta (2002, P. 165) ao falar da justiça penal, pondera que tem esta,

Função de reprodução das relações sociais e de manutenção da estrutura vertical da sociedade, criando, em particular, eficazes contra estímulos à integração dos setores mais baixos e marginalizados do proletariado, ou colocando diretamente em ação processos marginalizadores.

Noutras palavras, para além de proteger bens jurídicos sensíveis e que demandam maior cuidado do legislador, o direito penal serve para manter as relações de poder, desestimulando ações que visem a integração social dos marginalizados e agindo diretamente sobre eles, mantendo e reforçando a sua exclusão, criando estereótipos e o perfil do não bem-quisto, o criminoso a ser perseguido e enclausurado.

Em sentido complementar, estabelece Alessandro Di Giorgi (2016, P. 73) que,

El sistema penal es parte de esos aparatos ideológicos del Estado [...] encargados de reproducir la relación hegemónica entre clases sociales y perpetuar la estructura del poder. Es por ello que las transformaciones históricas y contemporáneas del campo penal solo pueden ser comprendidas si se vinculan las ideologías dominantes de *la ley y el orden*.

Ademais, o Poder Judiciário que, em tese, poderia atuar de forma diversa às agências secundárias, coibindo excessos em suas ações e buscando realizar julgamentos onde princípios como a igualdade e isonomia fossem o mister, ao contrário, se imiscuem nesse movimento, deixando questões caras a qualquer julgamento proferido em um sistema democrático como a imparcialidade de lado, em prol de uma sanha condenatória, respondendo a argumentos como a “vontade das ruas” ou o “anseio popular”.

Conforme Rubens Casara (2017, p. 93.), vivemos no que ele chama de um “Estado pós-democrático. Para ele,

O Poder Judiciário pode (e deve) julgar em sentido contrário ao desejo de todos os demais, isso porque, como já foi dito, os direitos fundamentais funcionam como trunfos contra as maiorias de ocasião e cabe aos juízes assegurarem não só esses direitos como também a própria democracia em

sentido substancial/constitucional. Na pós democracia, o poder do Judiciário direciona-se a coisa diversa. No Estado Pós-Democrático, o que importa é assegurar os interesses do mercado e da livre circulação do capital e das mercadorias, com o controle ou mesmo a exclusão dos indivíduos disfuncionais, despidos de valor de uso ou inimigos políticos.

Por fim, o papel do julgador que deveria ser de neutralidade e equidistância entre defesa e acusação acaba perdendo o sentido. O que se busca, não é mais um julgamento justo, mas um que agrade ao mercado, um que permita o contínuo desenvolvimento de um Estado que vive sob o jugo do capital e somente a ele presta contas.

### 3. O RACISMO ESTRUTURAL E SEUS REFLEXOS NA SELETIVIDADE CRIMINAL

O Brasil, desde a sua gênese, é composto por diferentes povos de diferentes culturas, sendo marcado pela confluência de etnias, religiões e até mesmo de diferentes línguas. Todavia, nem todos os grupos que contribuíram para esta realidade multiétnica e multicultural foram vistos e tratados da mesma forma ao longo da nossa história, e isto, tem impactos ainda hoje na forma com que o sistema penal pôtrio seleciona a sua clientela.

Segundo Argolo, Duarte e Queiroz (2016), seria possível verificar três momentos na discussão a respeito de criminalidade e racismo. A primeira delas, teria início com o surgimento da criminologia como ciência, em que seus estudiosos, oriundos da Escola Positivista, acreditavam que os afrodescendentes, junto dos indígenas, seriam povos mais propensos à criminalidade em razão de pertencerem a grupos sociais inferiores.

O segundo momento, por sua vez, tem como marco temporal os anos 1960, quando ocorre um deslocamento do paradigma etiológico para o paradigma da reação social, dentro dos estudos criminológicos. Aqui há um importante processo de denúncia da violência e das condições de vida nos presídios, bem como o racismo e a própria razão de ser do sistema criminal (ARGOLO; DUARTE; QUEIROZ, 2016).

O terceiro momento, por fim, é notado como um paradoxo. Aqui, coexistem a defesa de institutos despenalizadores, que levem a diminuição do encarceramento, com o aumento do número de pessoas cumprindo penas que resultam ou não em cárcere e o retorno à seletividade penal contra os mesmos grupos que são objetos destas políticas. Discursos marcadamente racistas se tornam raros, contudo, a discriminação baseada em critérios raciais permaneceu (ARGOLO; DUARTE; QUEIROZ, 2016).

Sob este aspecto, é possível notar que estes mecanismos que visam (em tese) diminuir o número de encarcerados, não passam de um engodo. Ainda que seja permitido há alguns cumprirem suas penas em regimes diversos do fechado e a outros realizar a composição civil dos danos causados, por exemplo, a busca pela apreensão e condenação de certos indivíduos não sofre qualquer diminuição. Conforme os números trazidos pelo SISDEPEN (BRASIL, 2022), a maior parte dos encarcerados no Brasil, continua a ser de negros e pardos.

Certamente, o tratamento desigual para com as populações afro-brasileiras não é um fenômeno atual. Depois de séculos de escravidão onde o que se buscava era “coordenar os corpos, conformá-los ao trabalho compulsório e, finalmente, naturalizar o lugar de subserviência” (FLAUZINA, 2008. p. 57), a sua libertação não fez com que essas pessoas fossem inclusas socialmente, ao contrário, permaneceram em estado semelhante ao que se encontravam, a época da escravidão: explorados e tratados como seres humanos inferiores.

Com o fim da escravidão, numa tentativa eugenista de “embranquecer” a população brasileira, foi incentivada a vinda de imigrantes europeus, que recebiam benefícios para que eles e suas famílias aqui se instalassem. Do outro lado, os brasileiros de origem africana foram largados a própria sorte, política alguma foi criada para integrar à sociedade aquela enorme massa de trabalhadores recém libertos (AMARAL; VARGAS, 2019).

Com esse ostracismo perpetrado pelo próprio Estado, a população negra encontrou dificuldades para encontrar ocupações dentro da legalidade, vez que, o sistema penal, sempre seletivo, punia atividades exercidas na informalidade, única espécie que restara a estes excluídos, aqui, estava formada a maior clientela do sistema penal punitivo (FLAUZINA, 2008).

É nesta esteira que surge o que se convencionou a chamar de racismo estrutural. Aqui, nota-se, que o racismo não desapareceu com o fim da escravidão, ao contrário, ele permaneceu presente como:

Decorrrênci da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são

derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção (ALMEIDA, 2019, p.50).

O racismo, portanto, não é um fenômeno restrito apenas ao campo social, ele está entranhado em todas as estruturas do corpo social, inclusive nas agências de criminalização. Além disso, Sílvio Almeida (2019) acrescenta que o racismo se manifesta na desigualdade econômica e também jurídica, ou seja, ainda que a Constituição Federal tenha um dispositivo que verse expressamente sobre a igualdade de todos, esta igualdade não é material, e isso pode ser demonstrado em números.

Segundo uma pesquisa realizada em 2022 pelo CESEC (Centro de Estudos de Ciência e Cidadania), o percentual relativo ao número de pessoas com a pele negra já abordados pela polícia chega a 63%, contra 21% dos de pele branca, na cidade do Rio de Janeiro. No tocante àqueles que sofreram abordagens policiais mais de dez vezes, 63% são negros ou pardos. Estes dados devem ser analisados, tendo em vista que, a referida cidade conta com um percentual de negros em sua população, de 48%, frente a 51% de brancos (RAMOS, 2022).

Além disso, outros números que importam a esta discussão são os trazidos pelo CONDEGE (Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais). Em relatório publicado em 2021, dentre as pessoas identificadas por meio de reconhecimento fotográfico realizado nas delegacias e, posteriormente inocentadas, 83% eram de pele negra (RIO DE JANEIRO, 2021).

Sobre a abordagem policial, o próprio Superior Tribunal de Justiça já se manifestou sobre a influência do racismo estrutural e da seletividade causada por ele, nas forças de persecução criminal:

Em um país marcado por alta desigualdade social e racial, o policiamento ostensivo tende a se concentrar em grupos marginalizados e considerados potenciais criminosos ou usuais suspeitos, assim definidos por fatores subjetivos, como idade, cor da pele, gênero, classe social, local da residência, vestimentas etc. (BRASIL, 2022).

Conforme preleciona Adilson Moreira (2019, p. 30),

Sendo o racismo um tipo de dominação social que procura manter o poder nas mãos do grupo racial dominante, suas formas de legitimação precisam também se modificar, pois suas práticas excludentes são sempre questionadas. Seu aspecto dinâmico permite que seus meios de operação sejam encobertos, de modo que relações hierárquicas possam ser explicadas

a partir das características dos membros de minorias raciais e não a partir de estratégias de dominação.

Desta forma, o racismo interfere explicitamente na forma com que as políticas criminais são planejadas e executadas. Alvos preferenciais das abordagens policiais, os negros carregam consigo o estereótipo do criminoso, aquele que, ante a incerteza da autoria ou até mesmo da materialidade de um delito, acaba abordado e detido. Aqui, aparece uma espécie de *in dubio pro societate*, executado ao arrepio da lei, em prol de um ideal de controle de riscos proveniente de um modelo de justiça atuarial (FORMIGA, 2010).

Nesta lógica atuarial, bastante condizente com o sistema neoliberal, adota-se uma lógica de mercado, em que, o sucesso, está baseado em números: números de apreensões, números de prisões, números de condenações. Conforme Casara (2017), neste aspecto, o indivíduo é esvaziado, massificado e coisificado, torna-se apenas mais um número. Assim, em uma política de controle de riscos e produção de resultados, o aparelho punitivo estatal deve escolher sua clientela: pobres, sem educação e, principalmente, negros.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do Texto Constitucional de 1988 são referenciados vários princípios fundamentais a construção de uma vida pautada pela dignidade, dentre eles, a igualdade e a isonomia. Infelizmente, estes preceitos constitucionais não vêm sendo observados principalmente quando se toma por base a justiça criminal e a forma com que se procede com a criminalização de certas condutas.

No processo de criminalização, a lei penal é direcionada a certos grupos e a certos tipos penais. Muitas vezes, influenciadas por personalidades que gozam de boa audiência junto ao público, as agências de criminalização secundária criam o perfil estereotipado do criminoso a ser perseguido.

As vítimas deste processo são, em sua maioria, pessoas de origem afro-brasileira, com baixa escolaridade e oriundas das camadas mais pobres da população, responsáveis pela prática de infrações penais grosseiras como o furto, roubo e o pequeno tráfico de drogas.

Parcela considerável destas prisões e condenações poderia ser evitada com medidas diversas da criminalização, como a legalização do uso e venda de certos tipos

de substâncias, assim como vem sendo feito em outros países. Ou, ainda, investimentos a fim de incluir socialmente aqueles marginalizados que acabam tendo de recorrer a pequenos furtos para ter o que comer.

Infelizmente, não se vislumbra qualquer adesão estatal e mesmo social à proposições como estas. É preciso que se eleja alguém que justifique o próprio sistema penal, alguém que vá ser perseguido, preso e depois condenado. Esta lógica, tira das ruas milhares de indesejáveis, de não bem quistos pelas camadas mais abastadas da sociedade. É salutar também a uma ordem econômica que busca o crescimento econômico irrefletido e a manutenção da hegemonia de certas classes sociais, que estas pessoas que pouco podem contribuir para este sistema, continuem marginalizadas.

Por fim, o racismo não é uma questão superada, mas componente da própria estrutura social brasileira. Identificar negros e pardos como a maioria dentre os encarcerados no Brasil apenas demonstra que estamos, ainda, a uma distância significativa do fim dos preconceitos e da execução de uma verdadeira justiça social.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- AMARAL, Augusto Jobim do; VARGAS, Melody Claire Schmidt. Necropolítica, racismo e sistema penal brasileiro. **REVISTA DE DIREITO (VIÇOSA)**, 2019.
- ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **A ilusão de segurança jurídica**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2003.
- ARGOLO, Pedro; DUARTE, Evandro Piza; QUEIROZ, Marcos Vinicius Lustosa. A Hipótese Colonial, um diálogo com Michel Foucault: a Modernidade e o Atlântico Negro no centro do debate sobre Racismo e Sistema Penal. **Universitas Jus**, v. 27, n. 2, 2016.
- BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**. Rio de Janeiro: Editora Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002
- BRASIL. Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Rio de Janeiro: Planalto, [1940]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm). Acesso em: 15 jan. 2023.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional – SISDEPEN. **12º Ciclo – INFOPEN**, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/depn/pt-br/seletividade-criminal-e-a-gestao-dos-nao-bem-quistos>

[br/servicos/sisdepen/relatorios-e-manuais/relatorios/relatorios-analiticos/br/brasil-junho-2022.pdf](http://br/servicos/sisdepen/relatorios-e-manuais/relatorios/relatorios-analiticos/br/brasil-junho-2022.pdf). Acesso em: 12 jan. 2023.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (6. Turma). **Recurso Em Habeas Corpus Nº 158580** – BA. Recurso Em Habeas Corpus. Tráfico De Drogas. Busca Pessoal. Ausência De Fundada Suspeita. Alegação Vaga De “Atitude Suspeita”. Insuficiência. Ilícitude Da Prova Obtida. Trancamento Do Processo. Recurso Provido. Recorrente: Mateus Soares Rocha. Recorrido: Ministério Público do Estado da Bahia. Relator: Ministro Rogerio Schietti Cruz, 19 de abril de 2022. Disponível em: [https://processo.stj.jus.br/processo/julgamento/electronico/documento/media/do/?documento\\_tipo=integra&documento\\_sequencial=151144910&registro\\_número=202104036090&peticao\\_numero=&publicacao\\_data=20220425&formato=PDF](https://processo.stj.jus.br/processo/julgamento/electronico/documento/media/do/?documento_tipo=integra&documento_sequencial=151144910&registro_número=202104036090&peticao_numero=&publicacao_data=20220425&formato=PDF). Acesso em 13 jan. 2023.

CASARA, José Rubens. **O estado pós-democrático**: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

GIORGI, Alessandro Di. Cárcel y estrutura social em las sociedades tardocapitalistas. In: ANITUA, Gabriel Ignacio. **La privación de la libertad**: una violencia práctica punitiva. Buenos Aires: Didot, 2016.

FLAUZINA, Ana Luiza. Pinheiro. **Corpo negro caído no chão**: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

FORMIGA, Glêides Simone de. **A cor vigiada: uma crítica ao discurso racializado de prevenção ao crime**. 2010. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

PACHUKANIS, Evguiéni Bronislávovitch. **Teoria Geral do Direito e Marxismo**. São Paulo: Editora Acadêmica, 1988.

PASTANA, Débora Regina. **Política e punição na América Latina**: Uma análise comparativa acerca da consolidação do estado punitivo no Brasil e na Argentina. Rio de Janeiro: Revan, 2019.

RAMOS, Silvia; et al. **Negro trauma**: racismo e abordagem policial no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: CESec, 2022. *E-Book*.

RIO DE JANEIRO (Estado). Conselho Nacional dos Defensores Públicos Gerais. Diretoria de Estudos e Pesquisas de Acesso à Justiça. **Relatório Sobre Reconhecimento Fotográfico Em Sede Policial**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: [https://trellow-attachments.s3.amazonaws.com/5ed9417e30b44d560232a308/60772821f2f8e58a1b92f563/a9a3f1f6a00bf3b6dbfb4dc9ba61ea79/Relat%C3%B3rio\\_CONDEG\\_E\\_-\\_DPERJ\\_reconhecimento\\_fotogr%C3%A1fico.pdf](https://trellow-attachments.s3.amazonaws.com/5ed9417e30b44d560232a308/60772821f2f8e58a1b92f563/a9a3f1f6a00bf3b6dbfb4dc9ba61ea79/Relat%C3%B3rio_CONDEG_E_-_DPERJ_reconhecimento_fotogr%C3%A1fico.pdf). Acesso em 15 jan. 2023.

ZAFFARONI, Eugênio Raul; BATISTA, Nilo. **Direito penal Brasileiro** – I. 2<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.



A standard linear barcode is positioned vertically. Below the barcode, the numbers "9 786553 811317" are printed in a small, dark font.